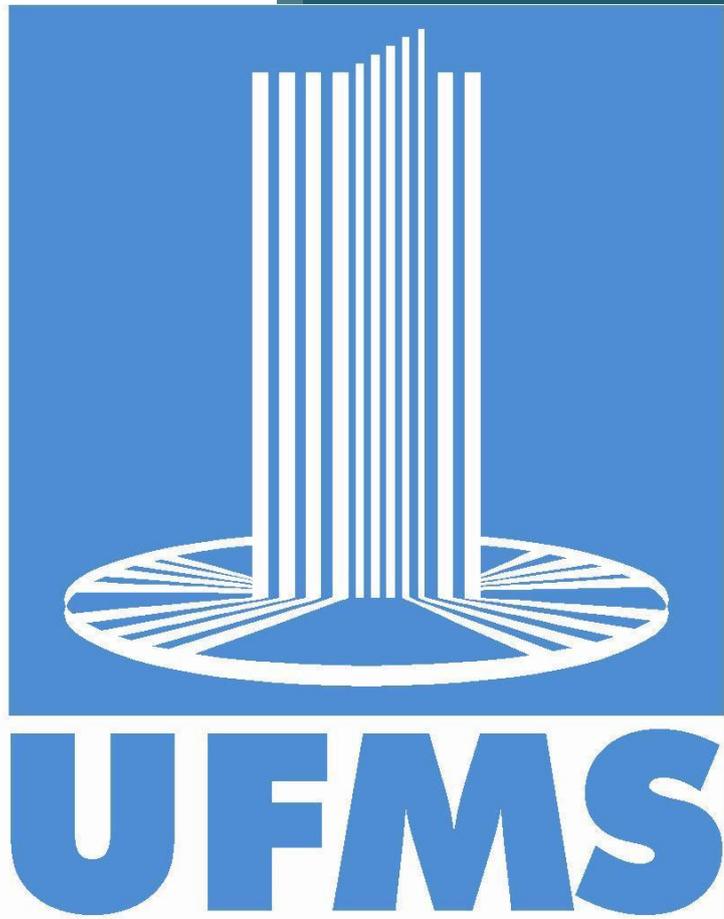


2016

AUTOAVALIAÇÃO SETORIAL
UNIDADE



COMISSÃO SETORIAL CPA/FADIR

Composição indicada pela INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 63, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2015 e alterada pela INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 16, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

Docentes:

GLEICY DENISE VASQUES MOREIRA

LUCIANE GREGIO SOARES LINJARDI

Técnico-administrativos:

SANDRO FABIAN FRANCILIO DORNELLES

Discente:

CARLO ZANANDREIS LOPES

DIRIGENTE

YNES DA SILVA FÉLIX

SUMÁRIO

1	Introdução	4
2	Avaliação de Cursos de Graduação	6
	2.1 Bacharelado em Direito Noturno	6
	2.2 Bacharelado em Direito Integral	17
3	Pesquisa e Pós-graduação	28
	3.1 Pós-graduação <i>lato sensu</i> em Direitos Humanos	28
	3.2 Pós-graduação <i>stricto sensu</i> em Direitos Humanos	28
	3.3 Pesquisa	29
4	Extensão e Apoio ao Discente	38
5	Avaliação da comunidade universitária	39
	5.1 Avaliação pelos Discentes	39
	5.2 Avaliação pelos Docentes	64
	5.3 Avaliação pelos Coordenadores	67
	5.4 Avaliação pelos Técnicos-Administrativos	69
6	Considerações Finais	73

1 INTRODUÇÃO

O Curso de Direito/diurno/CCHS foi criado pela Resolução nº 60, COUN, de 22.12.1995, e implantado no primeiro semestre de 1996. O Curso de Direito/noturno/CCHS, por sua vez, foi criado pela Resolução nº 10, COUN, de 03.05.2001, e implantado no segundo semestre de 2001.

O Curso de Direito foi reconhecido pela Portaria MEC nº 436, de 15.02.2002.

O Curso de Direito/diurno/CCHS teve início com 45 vagas e, posteriormente, foi ampliado para cinquenta e, no ano de 2000, passou a oferecer sessenta vagas, situação que permanece até a presente data. O Curso de Direito/noturno/CCHS teve início com sessenta vagas e assim continua até a presente data. Assim, na atualidade, o Curso de Direito-FADIR, como um todo, oferece o total de 120 vagas.

Em 2002, o Curso passou pela avaliação das Condições de Oferta de Curso, obtendo os seguintes conceitos por item de avaliação: a) CORPO DOCENTE: “Bom”; b) ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA: “Bom”; e c) INSTALAÇÕES: “Regular”.

Na avaliação do Exame Nacional de Cursos (ENC), nos anos de 2000, 2001 e 2002, o curso recebeu por três anos consecutivos o conceito “A”.

No Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE 2006) o curso recebeu a seguinte avaliação: a) ENADE: 5; e b) IDD: 4. No Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE 2009) o curso recebeu a seguinte avaliação: a) ENADE: 5; e b) IDD: 4.

A Faculdade de Direito, criada através de Resolução nº 99/2008 do Conselho Universitário (COUN), de 10/11/2008, publicada no BS nº 4447 de 21/11/2008 e implantada através de Resolução nº 69/2009 do Conselho Universitário (COUN), publicada no BS nº 4660 de 09/10/2009, tem sua organização e funcionamento estabelecidos pela Legislação Federal, pelo Estatuto da UFMS, pelo Regimento Geral da UFMS, pelas Resoluções dos Conselhos Superiores da UFMS e por seu Regimento Interno, com a seguinte estrutura organizacional: I- Secretaria Acadêmica; e II- Departamento de Direito Público, Internacional e Privado. A referida Resolução foi homologada pelo COUN por meio da Resolução nº 85, de 07 de Dezembro de 2009.

No ano de 2016 o curso de direito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, FADIR, recebeu o selo de qualidade da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O selo “OAB Recomenda” leva em conta o índice de aprovação dos alunos da faculdade nos exames da Ordem, e também a base das notas do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade).

Alguns destaques que a FADIR trouxe a comunidade acadêmica no início de 2017:

- ✓ o curso de Direito da FADIR/UFMS alcançou a nota 5 (diurno) e 4 (noturno) no ENADE, além da nota 5 na avaliação feita in loco pelo INEP em 2015.

- ✓ a revista científica na área jurídica foi classificada com Qualis B2, na área do Direito, em avaliação divulgada pela CAPES.
- ✓ a comunidade acadêmica de Campo Grande/MS recebeu entre os dias 19 a 20 de abril, o V CONGRESSO NACIONAL DA FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PÓS-GRADUANDOS EM DIREITO – FEPODI – Ética, Ciência e Cultura Jurídica, voltado a discussão de temas relacionados a formação de pesquisadores na graduação e pós-graduação em Direito no país.
- ✓ a parceria entre o Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FADUSP) e a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) foi firmada para a realização do Doutorado Interinstitucional (DINTER), que promove a formação de docentes em nível Doutorado em Direito, fato que propicia o fortalecimento do ensino, da pesquisa e da extensão por meio de turmas de doutorado conduzidas por uma instituição promotora (FADUSP) nas dependências de uma instituição de ensino e pesquisa receptora (UFMS).

A FADIR ofereceu, em 2016, dois cursos de graduação:

Bacharelado em Direito Noturno e

Bacharelado em Direito Matutino.

Além dos dois cursos de graduação, a FADIR ofereceu ainda uma pós-graduação *latu sensu*, em Direito, área de concentração em Direitos Humanos e uma pós-graduação *stricto sensu*, em Direito, área de concentração em Direitos Humanos. Projetos de pesquisa e extensão foram também desenvolvidos pela FADIR, proporcionando aos seus alunos e à comunidade acesso a diversas oportunidades de aperfeiçoamentos científico e prático nas várias subáreas do Direito.

Este documento apresenta a autoavaliação da Faculdade de Direito da UFMS no ano de 2016, e tem como objetivo apresentar todos os aspectos relevantes e importantes dentro da Unidade, buscando o desenvolvimento integral e a melhoria constante na qualidade dos processos educacionais e científicos nela produzidos.

Além disso, as análises feitas a partir desta avaliação deverão servir como instrumentos norteadores das políticas e ações futuras da FADIR, visando sempre promover o oferecimento à comunidade de ensino e pesquisa de qualidade, ao mesmo tempo que fornece subsídios à CPA da UFMS em sua autoavaliação.

O relatório é organizado como segue. A seção 2 mostra a avaliação dos cursos de graduação. A seção 3 apresenta os resultados da avaliação dos cursos de pós-graduação. Os itens de extensão e apoio ao estudante são descritos na Seção 4. Avaliações feitas pelos discentes, docentes e coordenadores da FADIR são apresentadas na Seção 5. Ao final, na Seção 6, algumas considerações finais são apresentadas.

2 AVALIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO

A FADIR ofereceu até 2016, os seguintes dois cursos de graduação:

Bacharelado em Direito Noturno e

Bacharelado em Direito Integral.

Esta seção apresenta a descrição, as características, assim como os pontos fortes e fracos de cada um dos cursos oferecidos em 2015.

2.1 Curso de Bacharelado em Direito Noturno

Habilitação	<i>Bacharelado em Direito</i>
Área de Concentração	Humanas
Local de oferta	Campus Campo Grande
Duração	10 semestres
Implantação	1996
Autorização	Resolução nº 10*, Coun, de 03.05.2001
Reconhecimento	Portaria MEC nº 436, de 15.02.2002.
Turno	Noturno e sábado (manhã e tarde)
Número de vagas	60 – segundo semestre (Noturno)
Carga Horária	3.934 horas
Coordenação	Profa. Luciane Gregio Soares Linjardi

2.1.1 Indicadores

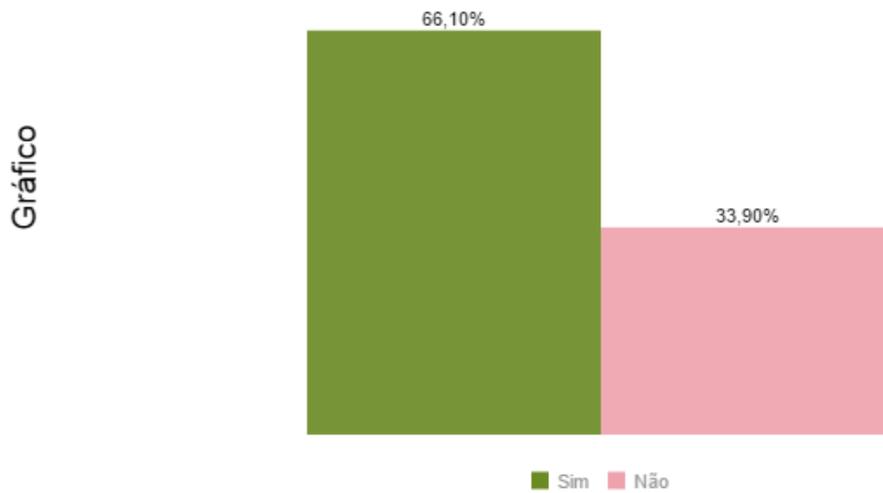
Ingressantes	60 – segundo semestre (Noturno)
Formados	39
Evasão	35

2.1.2 Avaliação Interna: por Discentes

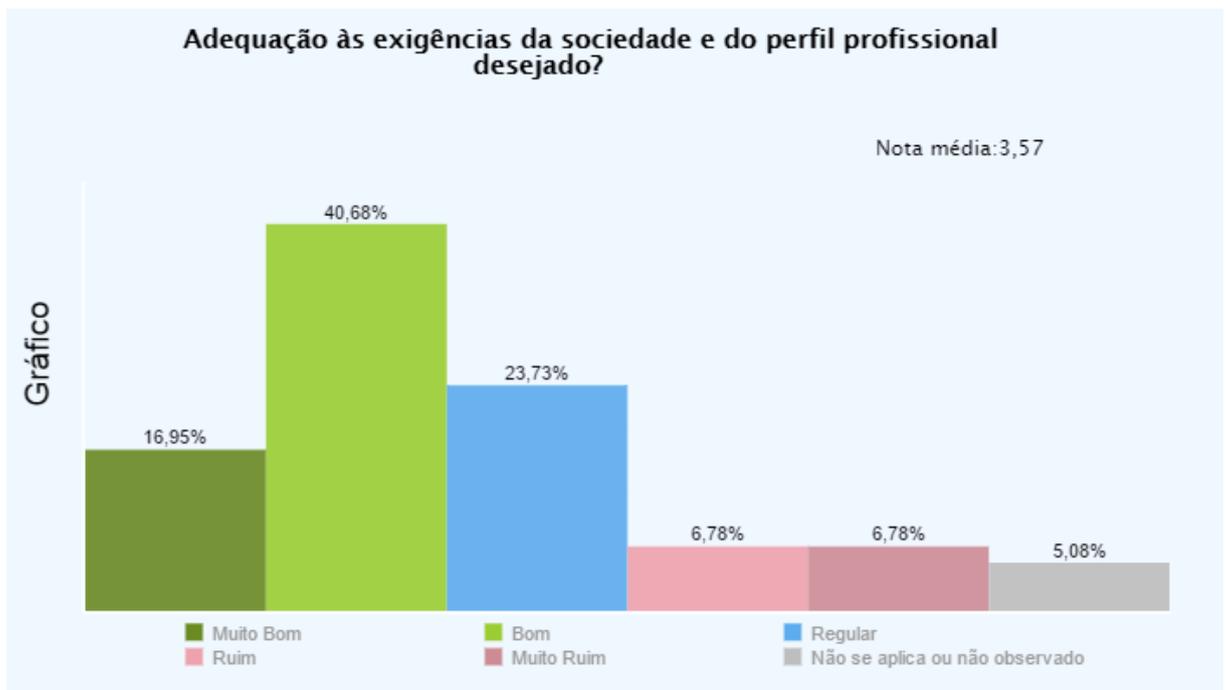
CURSO

a) Conhecimento do PPC (Projeto Pedagógico do Curso)?

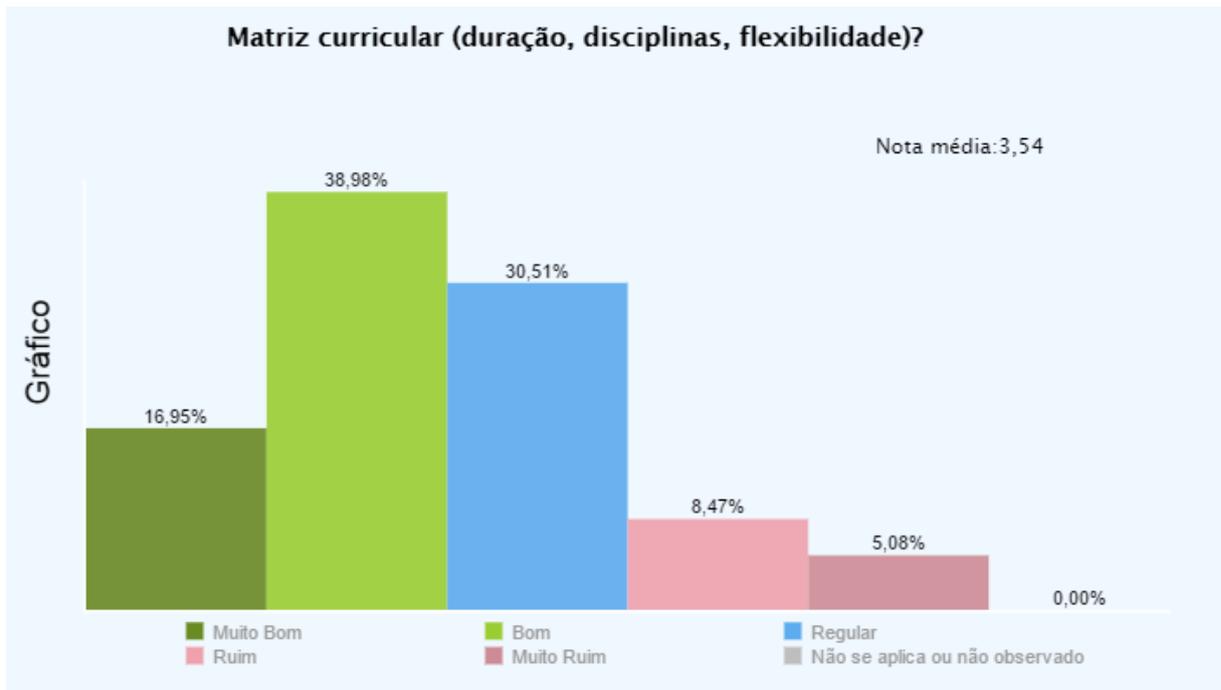
Conhecimento do PPC (Projeto Pedagógico do Curso)?



b) Adequação às exigências da sociedade e do perfil profissional desejado?



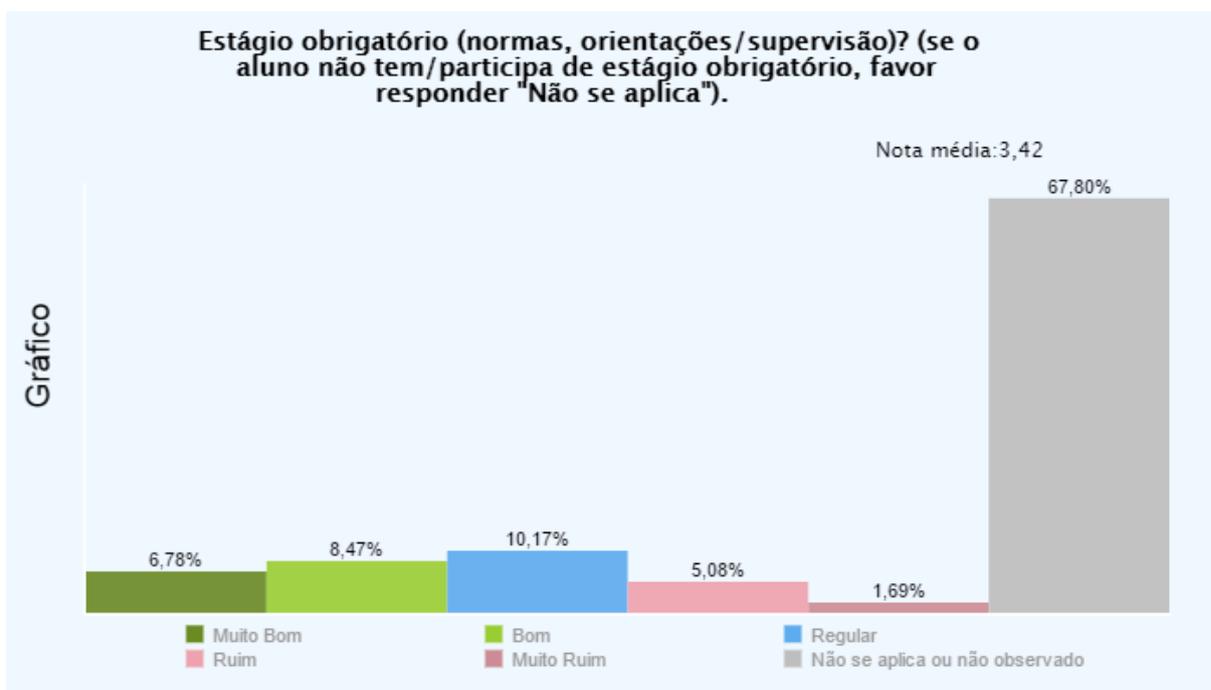
c) Matriz curricular (duração, disciplinas, flexibilidade)?



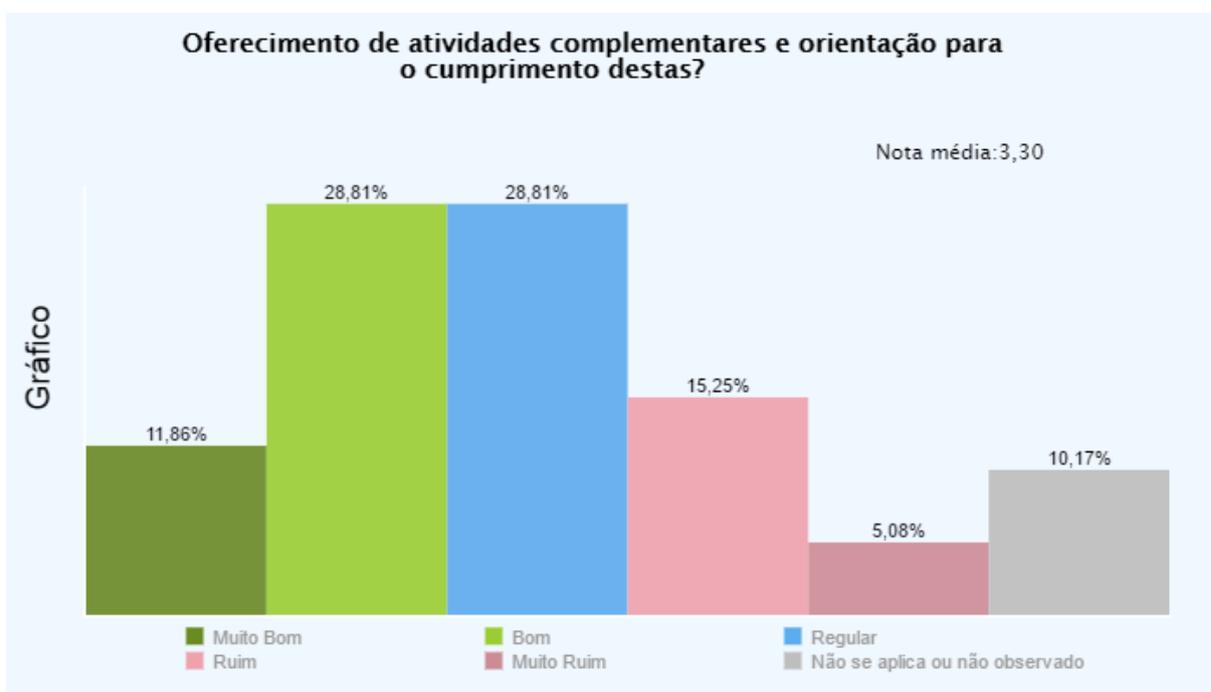
d) Atuação/qualidade dos professores?



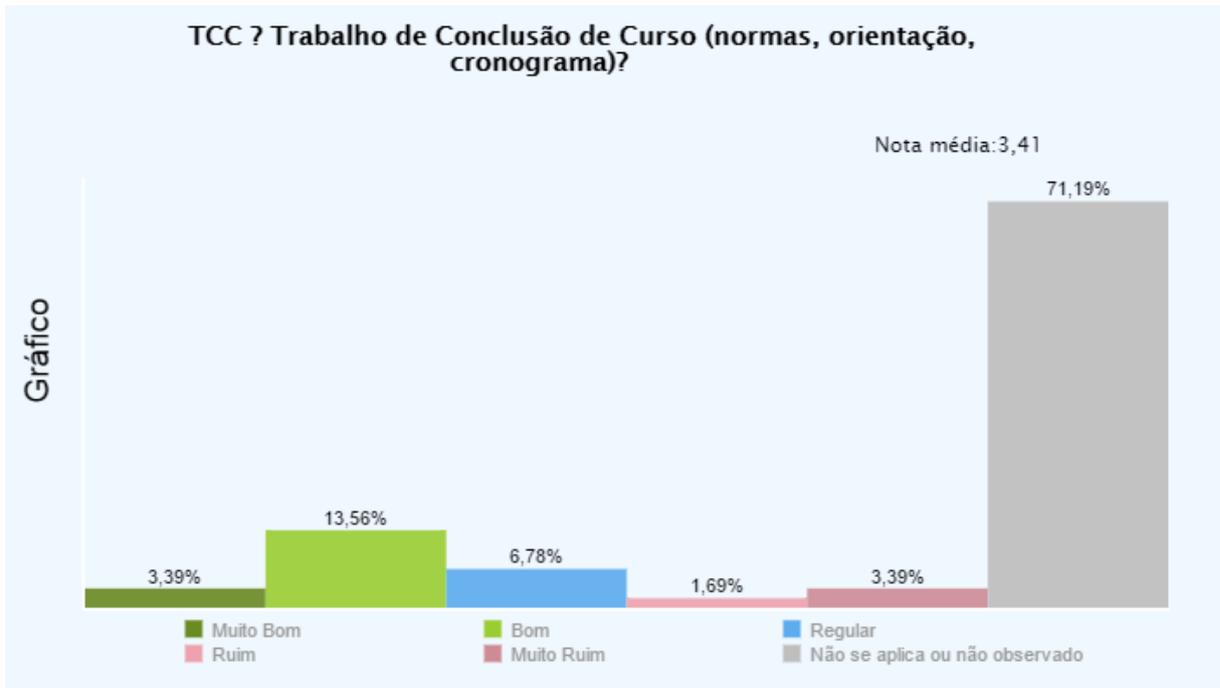
- e) Estágio obrigatório (normas, orientações/supervisão)? (se o aluno não tem/participa de estágio obrigatório, favor responder "Não se aplica").



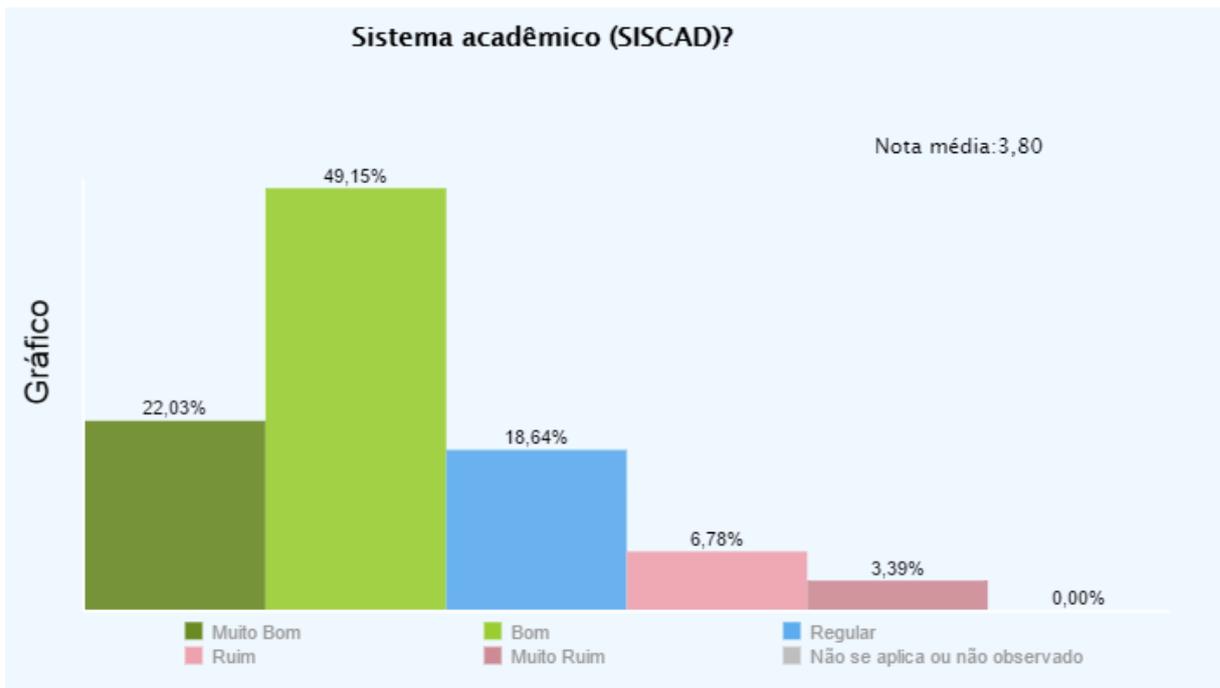
- f) Oferecimento de atividades complementares e orientação para o cumprimento destas?



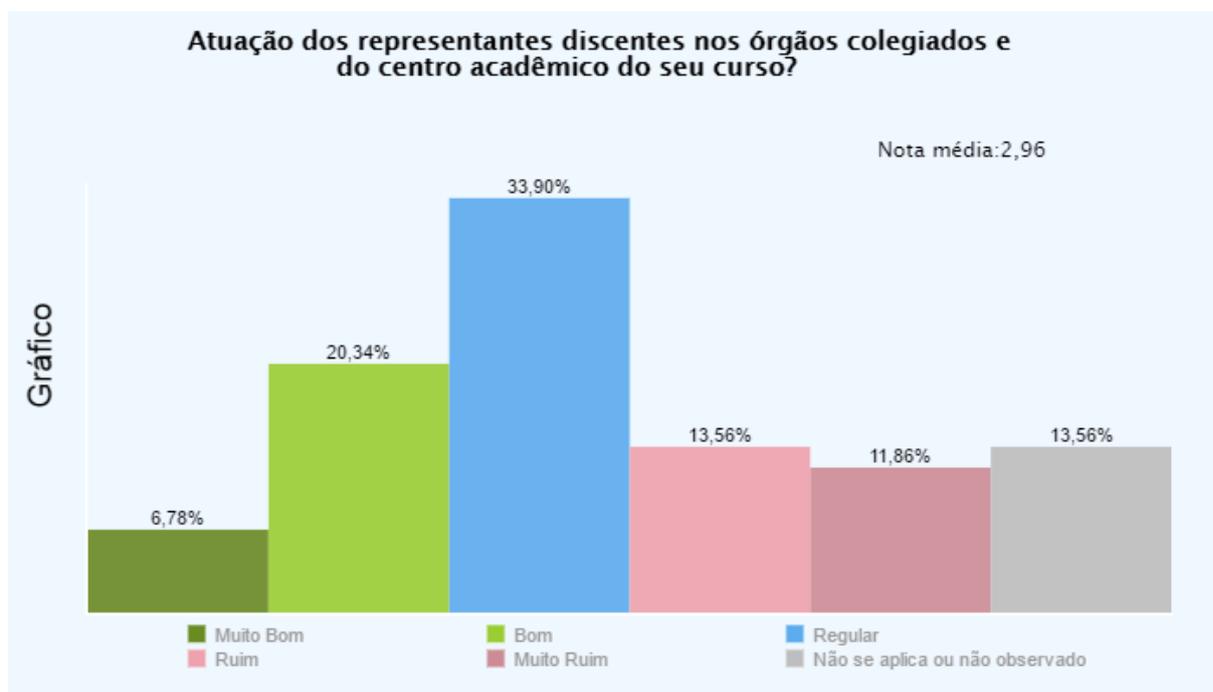
g) TCC ? Trabalho de Conclusão de Curso (normas, orientação, cronograma)?



h) Sistema acadêmico (SISCAD)?

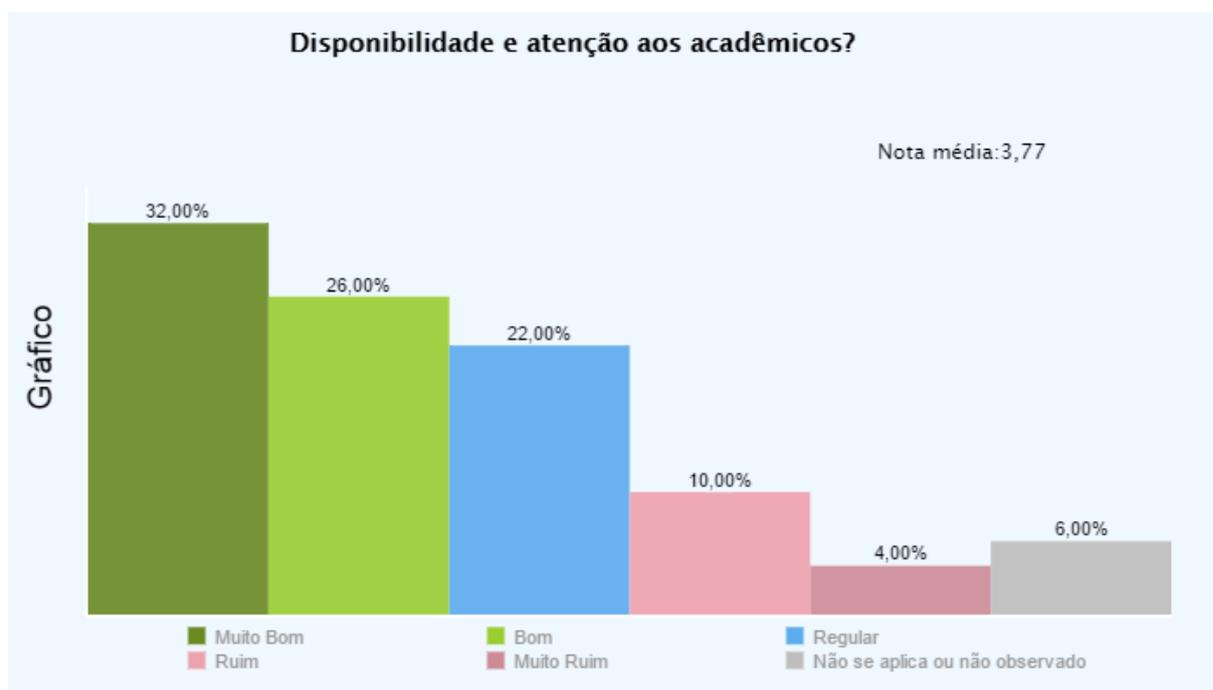


- i) Atuação dos representantes discentes nos órgãos colegiados e do centro acadêmico do seu curso?

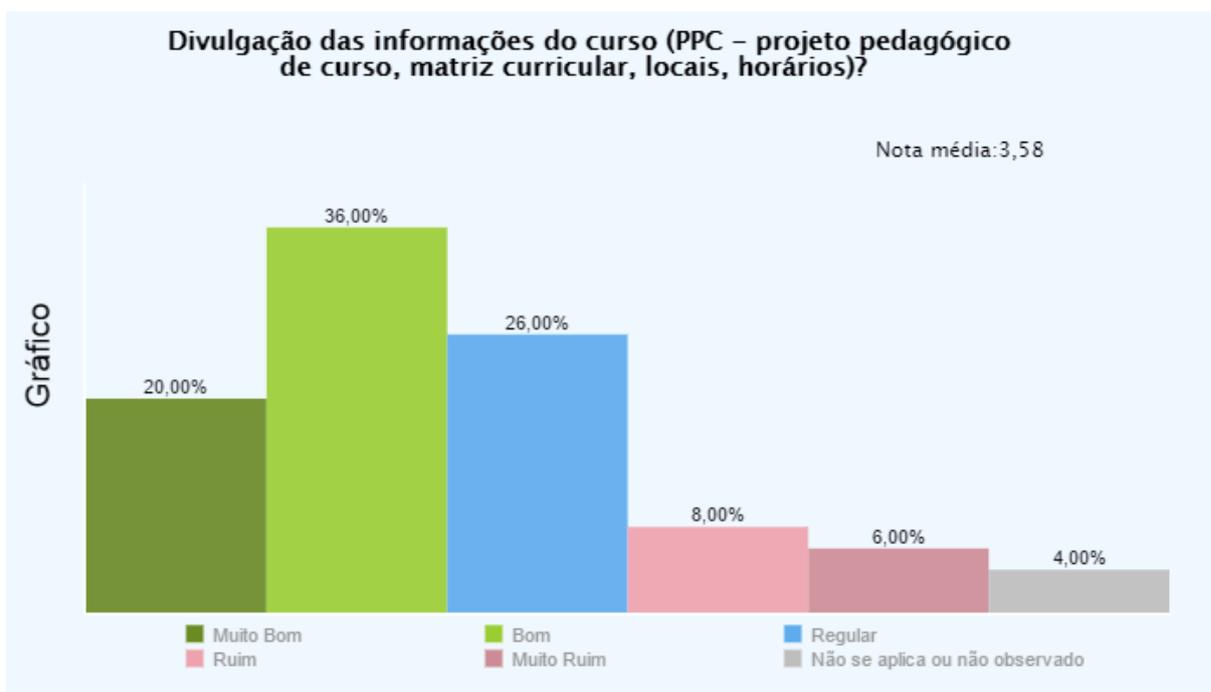


COORDENAÇÃO DE CURSO

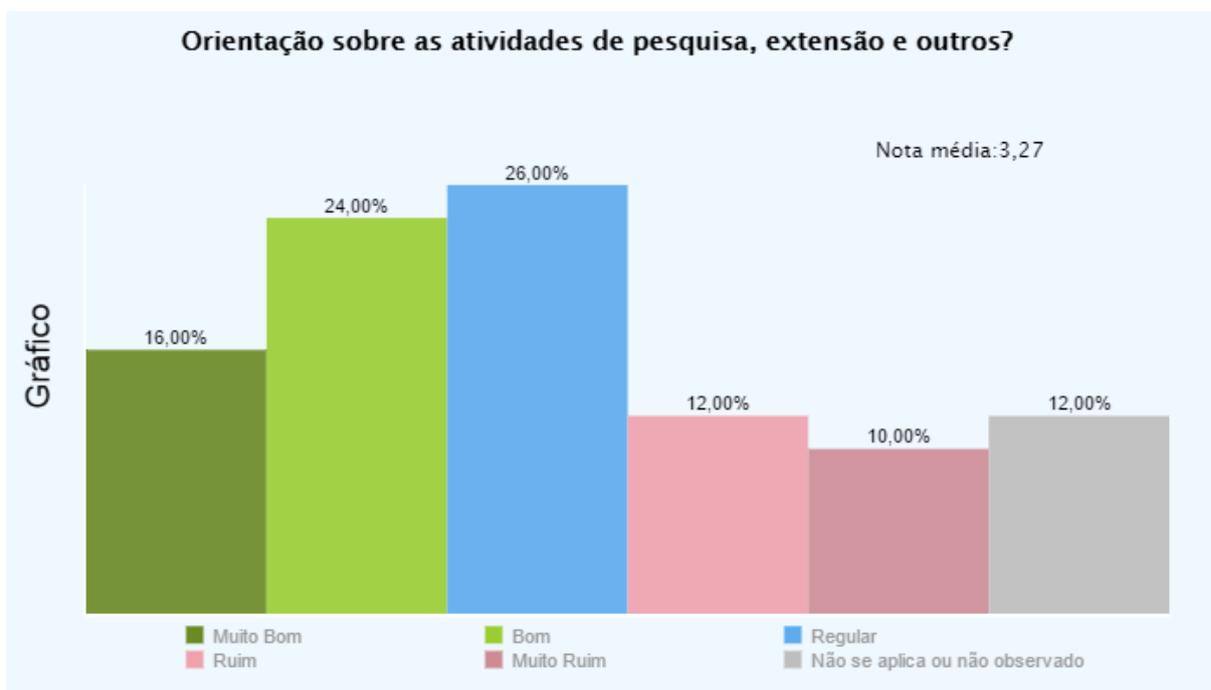
- a) Disponibilidade e atenção aos acadêmicos?



b) Divulgação das informações do curso (PPC - projeto pedagógico de curso, matriz curricular, locais, horários)?

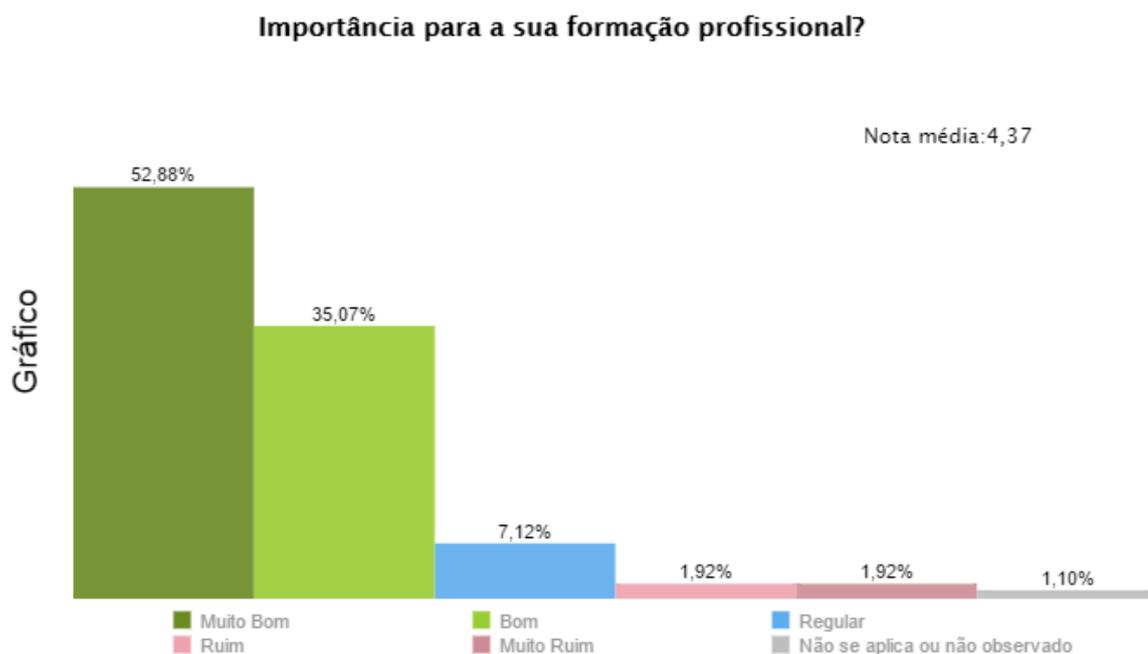


c) Orientação sobre as atividades de pesquisa, extensão e outros?

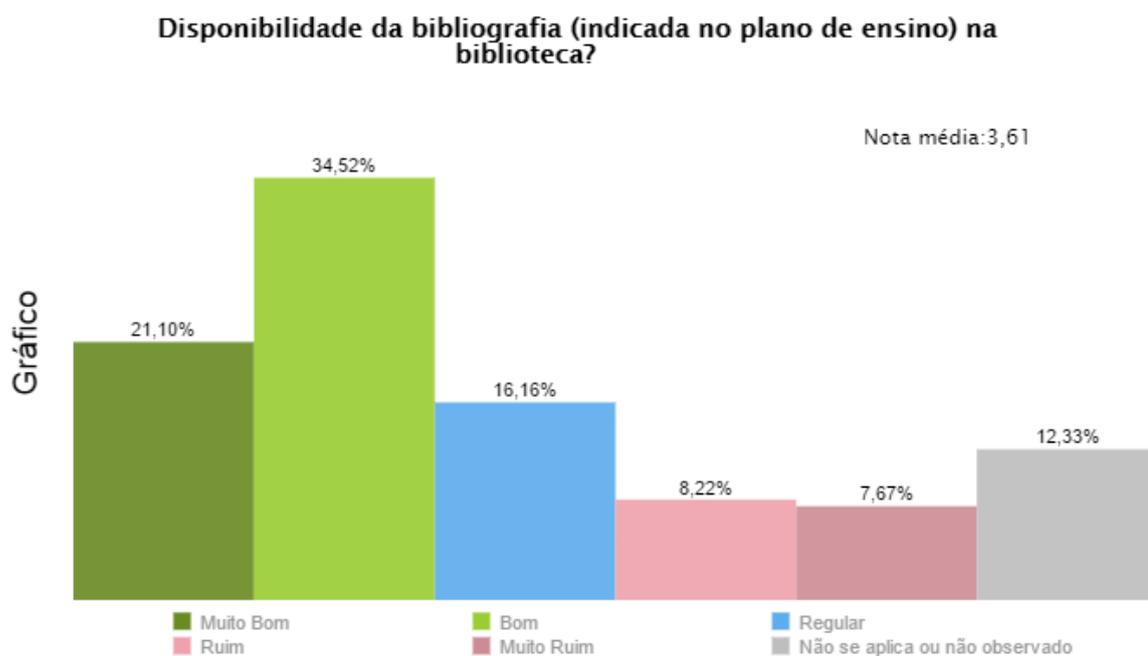


DISCIPLINAS

a) Importância para a sua formação profissional?



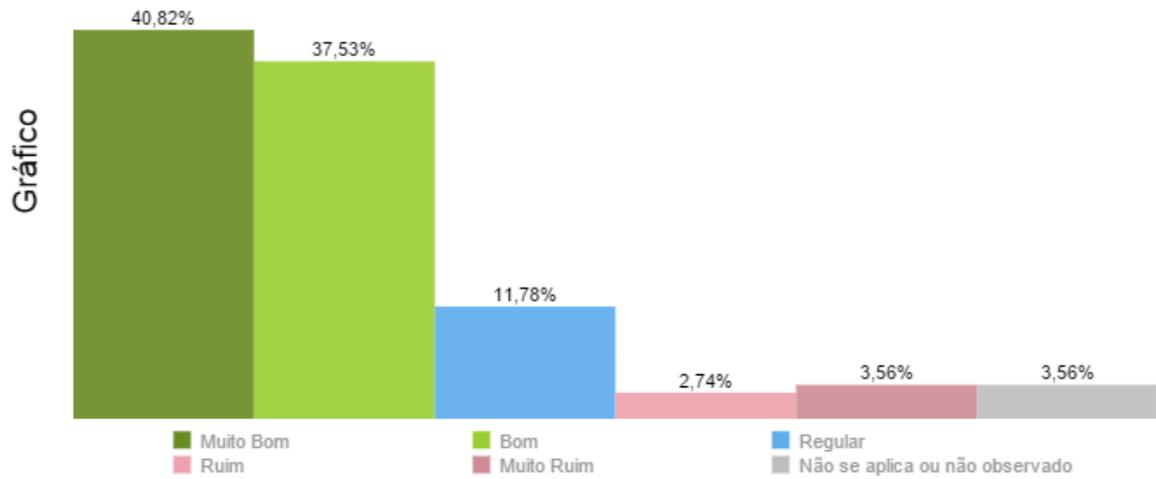
b) Disponibilidade da bibliografia (indicada no plano de ensino) na biblioteca?



c) Adequação dos conteúdos da disciplina à proposta do curso?

Adequação dos conteúdos da disciplina à proposta do curso?

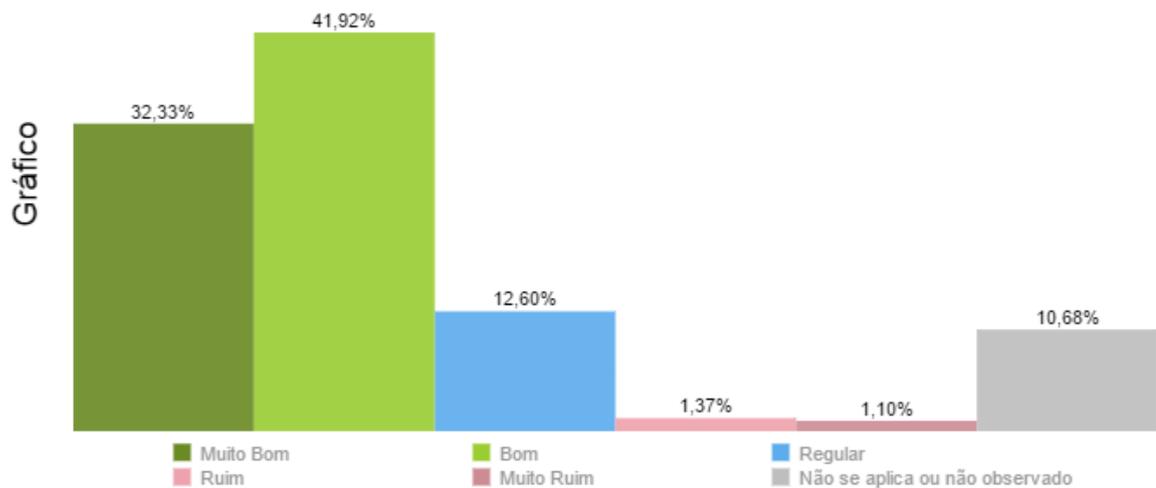
Nota média: 4,13



d) Número de alunos, quantidade de equipamentos e espaço físico das aulas práticas?

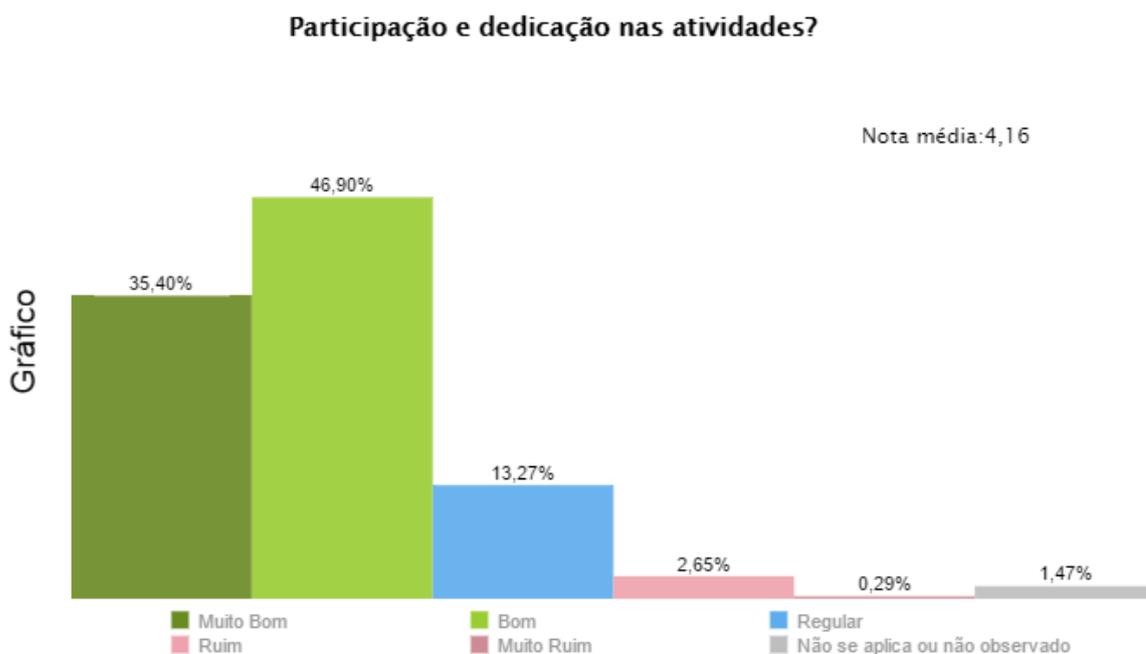
Número de alunos, quantidade de equipamentos e espaço físico das aulas práticas?

Nota média: 4,15

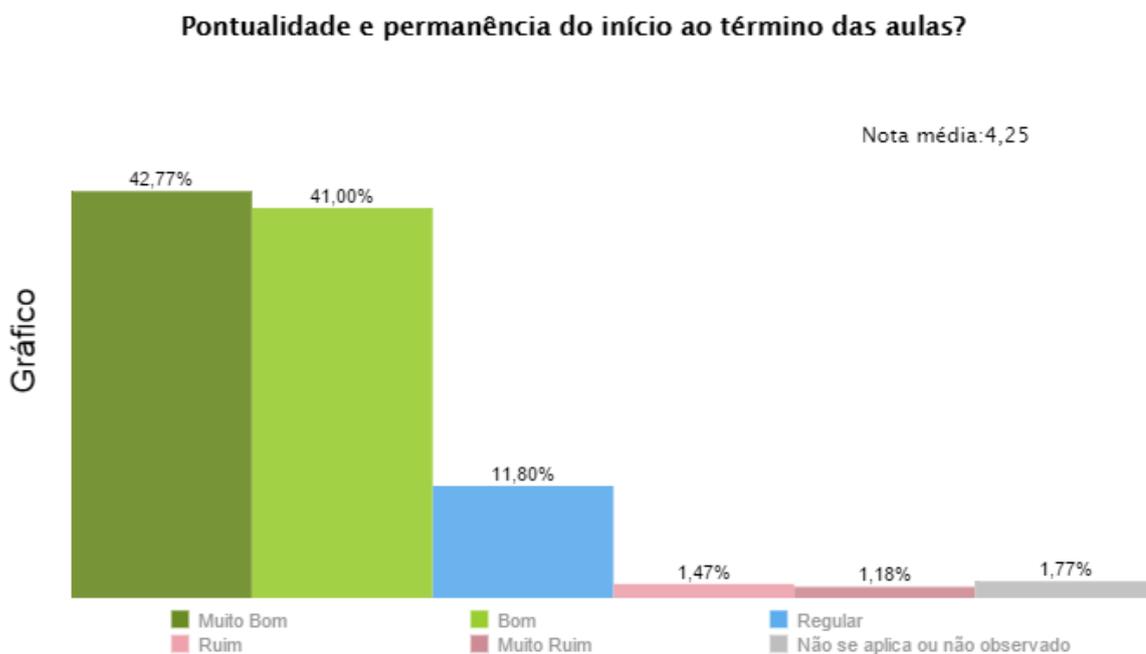


DESEMPENHO DISCENTE

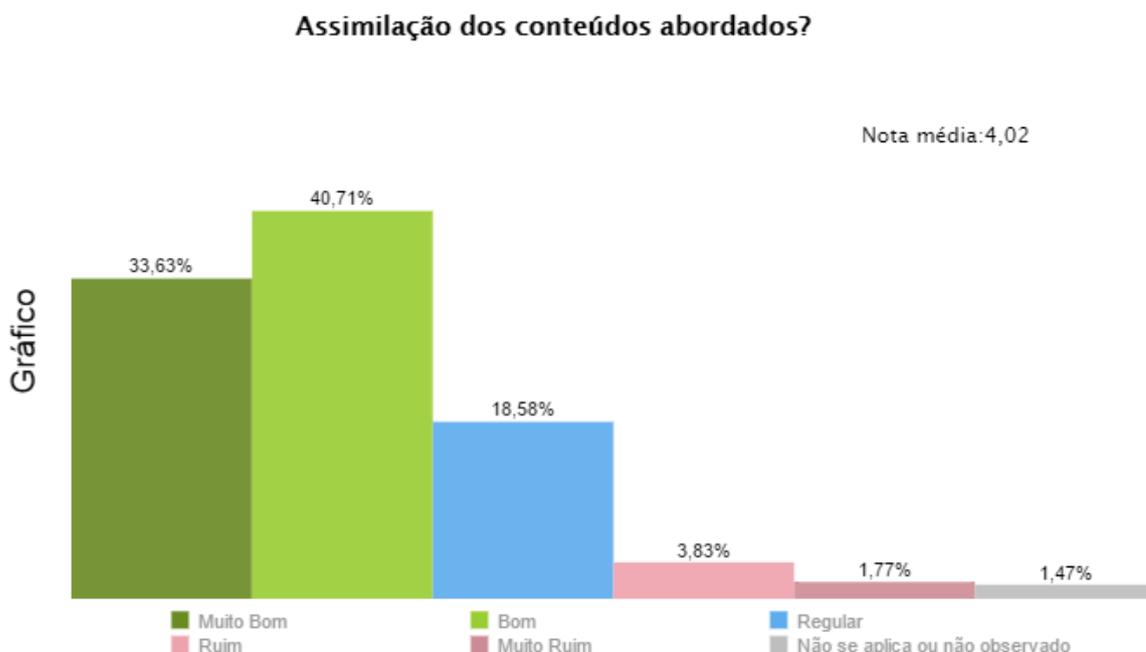
a) Participação e dedicação nas atividades?



b) Pontualidade e permanência do início ao término das aulas?



c) Assimilação dos conteúdos abordados?



2.1.6 Considerações da Comissão Setorial

A partir dos resultados das figuras acima apresentadas, nota-se, em geral, que o curso foi bem avaliado pelos discentes, onde grande parte das questões foi respondida como Muito Bom ou Bom.

Aproximadamente 70% dos alunos consideram o curso adequado às exigências da sociedade e ao perfil profissional desejado.

As questões que tiveram as piores avaliações foram as que estão relacionadas a temas como oferecimento de atividades complementares e representação discente no colegiado e demais órgãos deliberativos.

Podemos perceber que a maioria dos discentes está satisfeita com o trabalho da coordenação do curso. A maioria respondeu às questões como Muito bom ou Bom.

Além disso, a maioria dos discentes considera o seu desempenho satisfatório, de acordo com as questões respondidas.

2.2 Curso de Bacharelado em Direito Integral

Habilitação	<i>Bacharelado em Direito</i>
Área de Concentração	Humanas
Local de oferta	Campus Campo Grande
Duração	10 semestres
Implantação	1996
Autorização	Resolução nº 10*, Coun, de 03.05.2001
Reconhecimento	Portaria MEC nº 436, de 15.02.2002.
Turno	Integral e sábado (manhã e tarde)
Número de vagas	60 – primeiro semestre (Integral)
Carga Horária	3.934 horas
Coordenação	Profa. Luciane Gregio Soares Linjardi

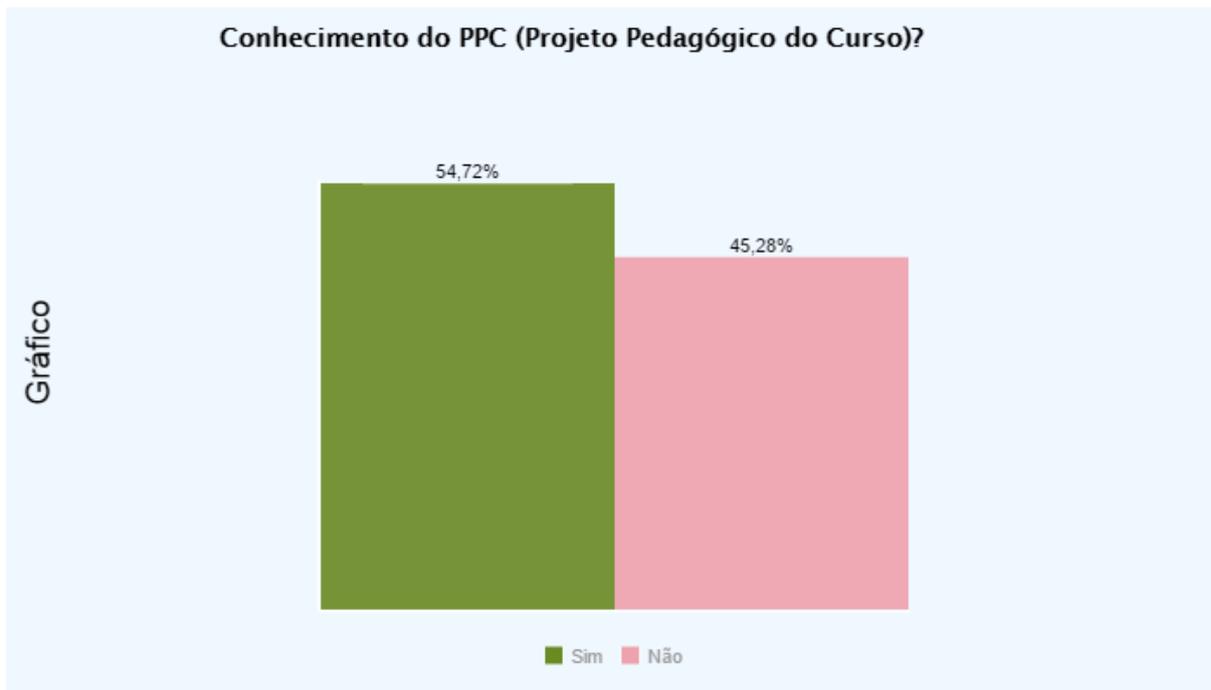
2.2.1 Indicadores

Ingressantes	60 – primeiro semestre (Integral)
Formados	39
Evasão	23

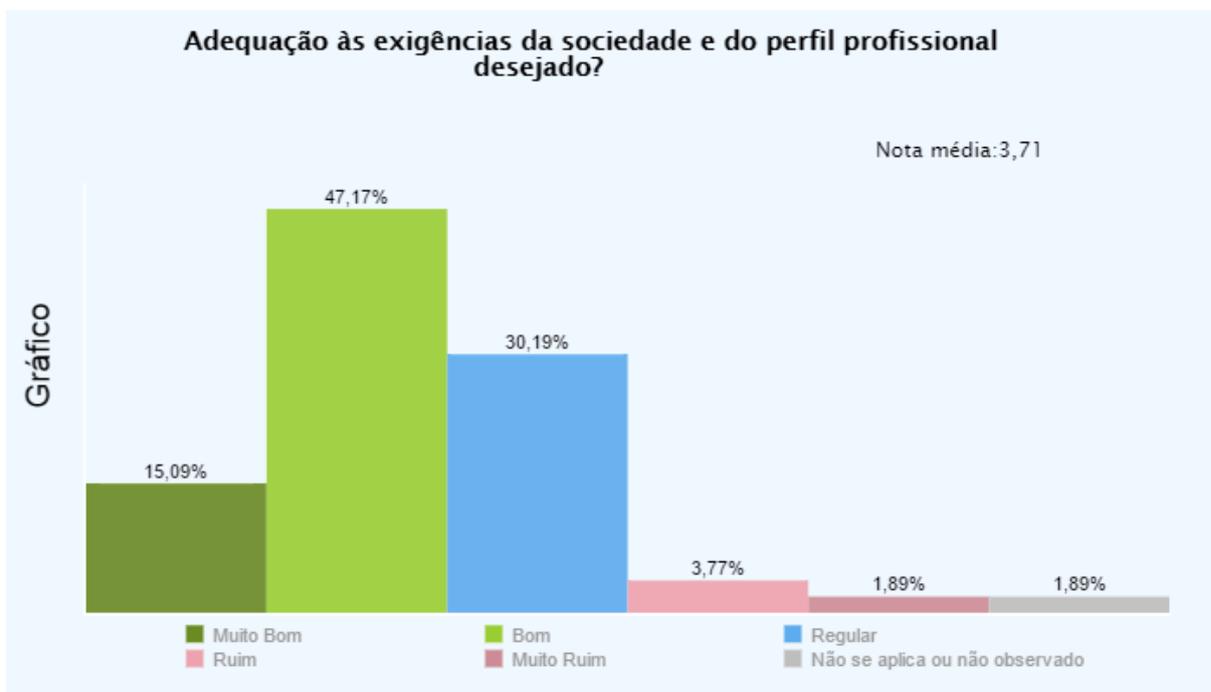
2.2.2 Avaliação Interna: por Discentes

CURSO

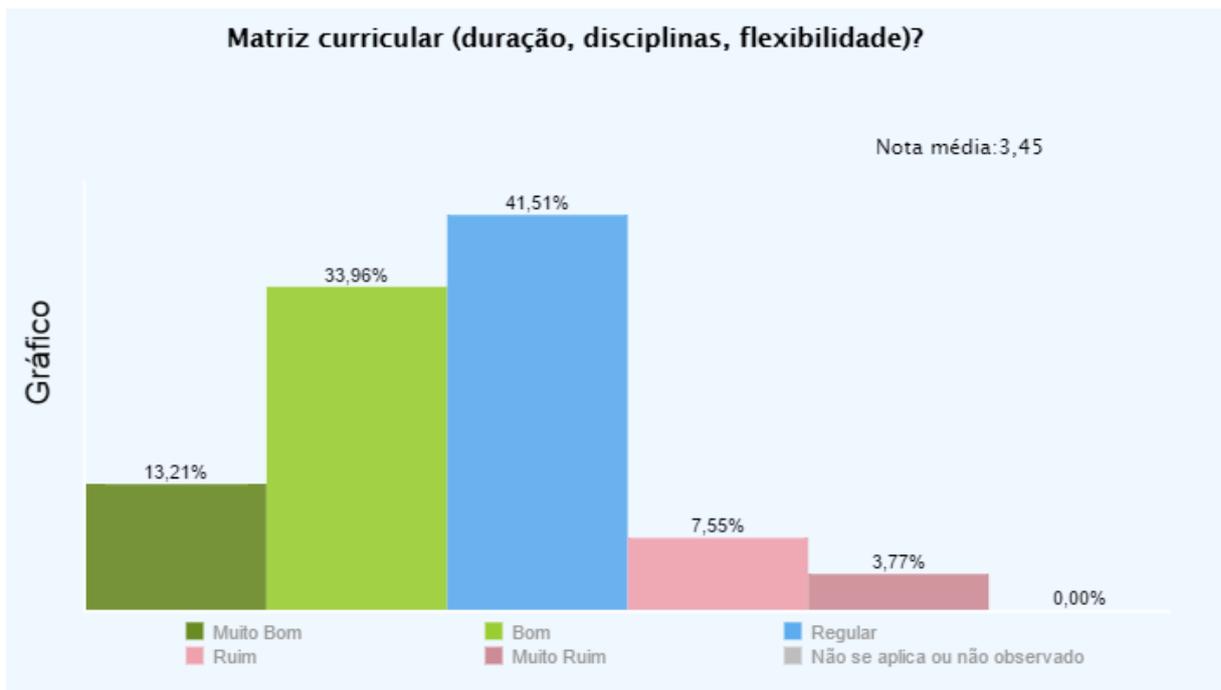
a) Conhecimento do PPC (Projeto Pedagógico do Curso)?



b) Adequação às exigências da sociedade e do perfil profissional desejado?



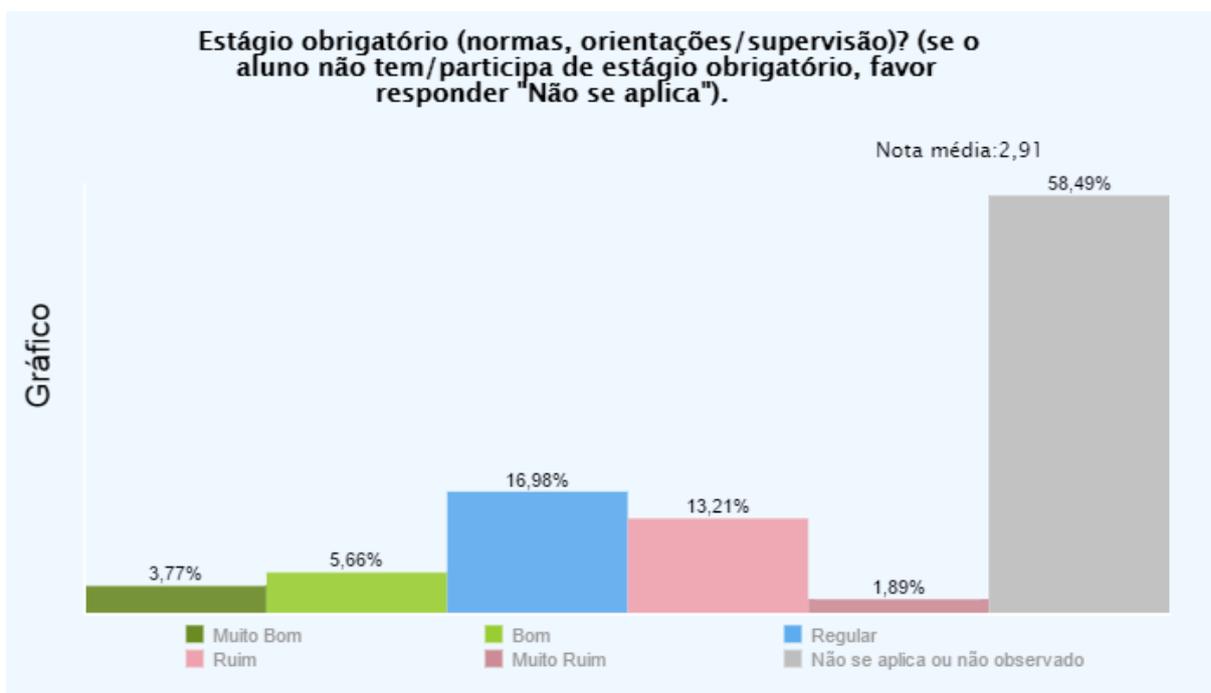
c) Matriz curricular (duração, disciplinas, flexibilidade)?



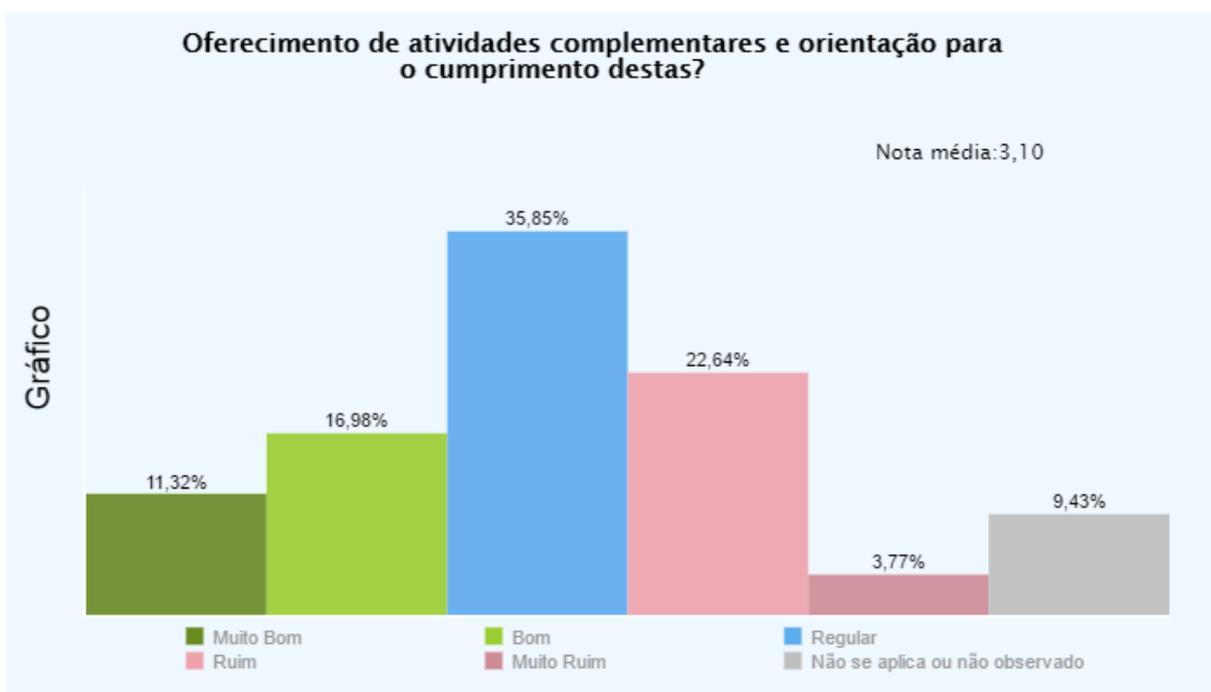
d) Atuação/qualidade dos professores?



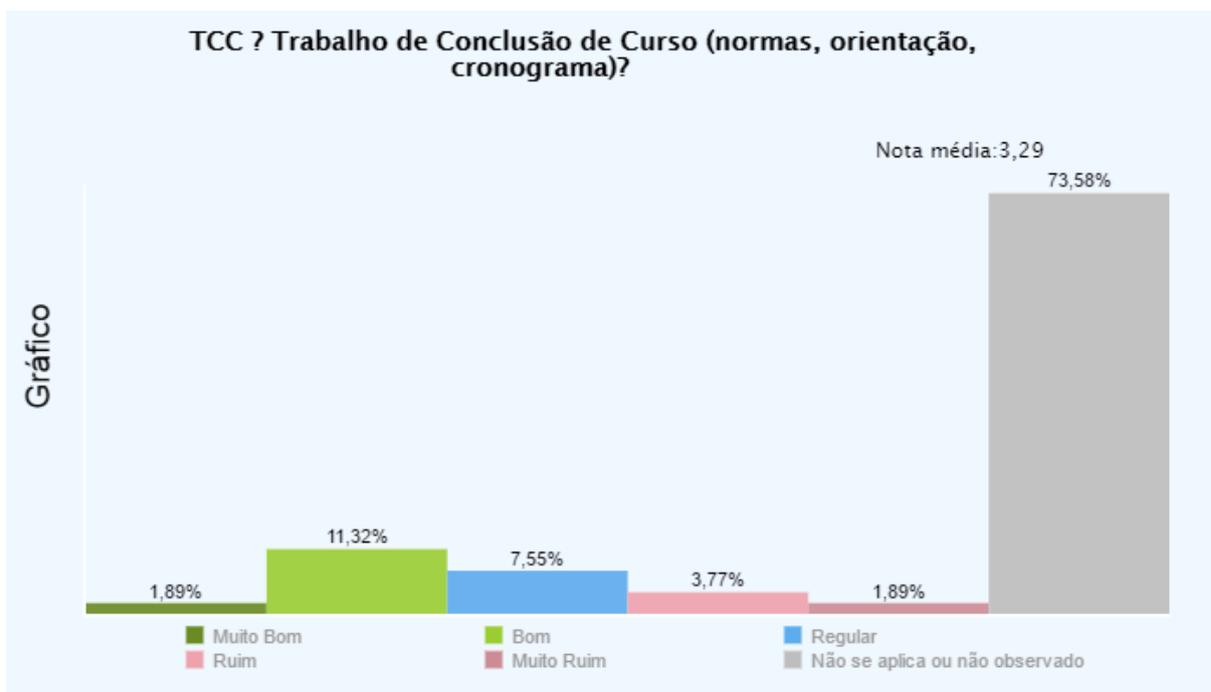
e) Estágio obrigatório (normas, orientações/supervisão)? (se o aluno não tem/participa de estágio obrigatório, favor responder "Não se aplica").



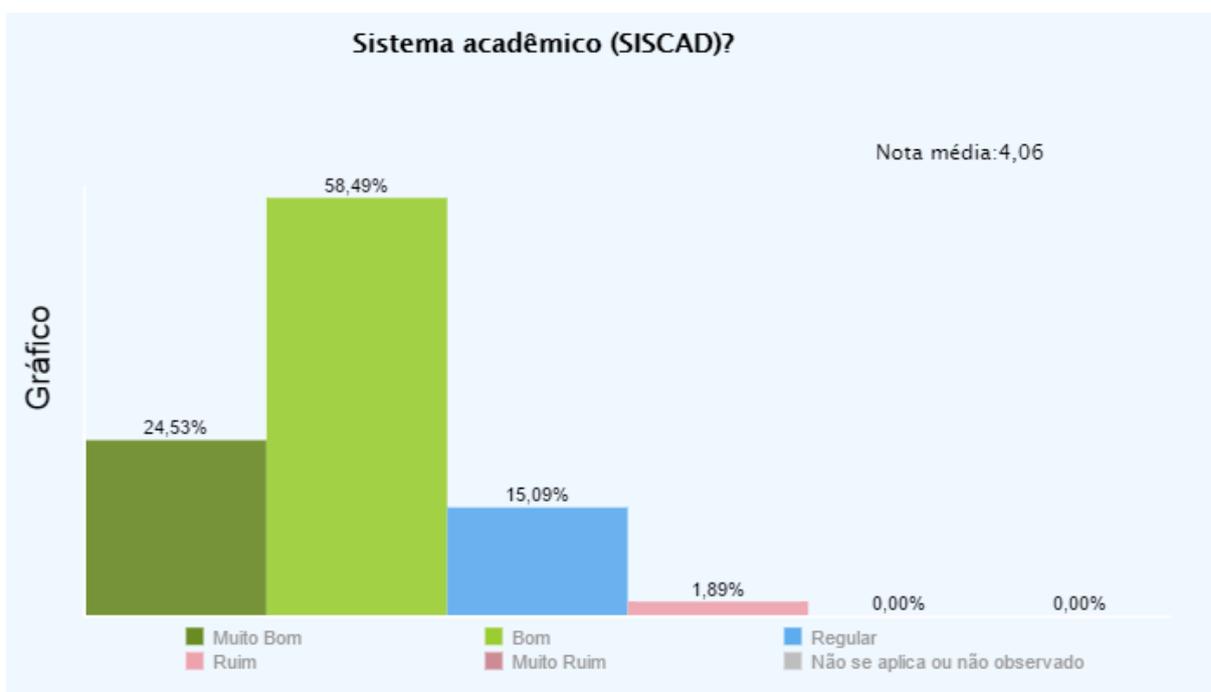
f) Oferecimento de atividades complementares e orientação para o cumprimento destas?



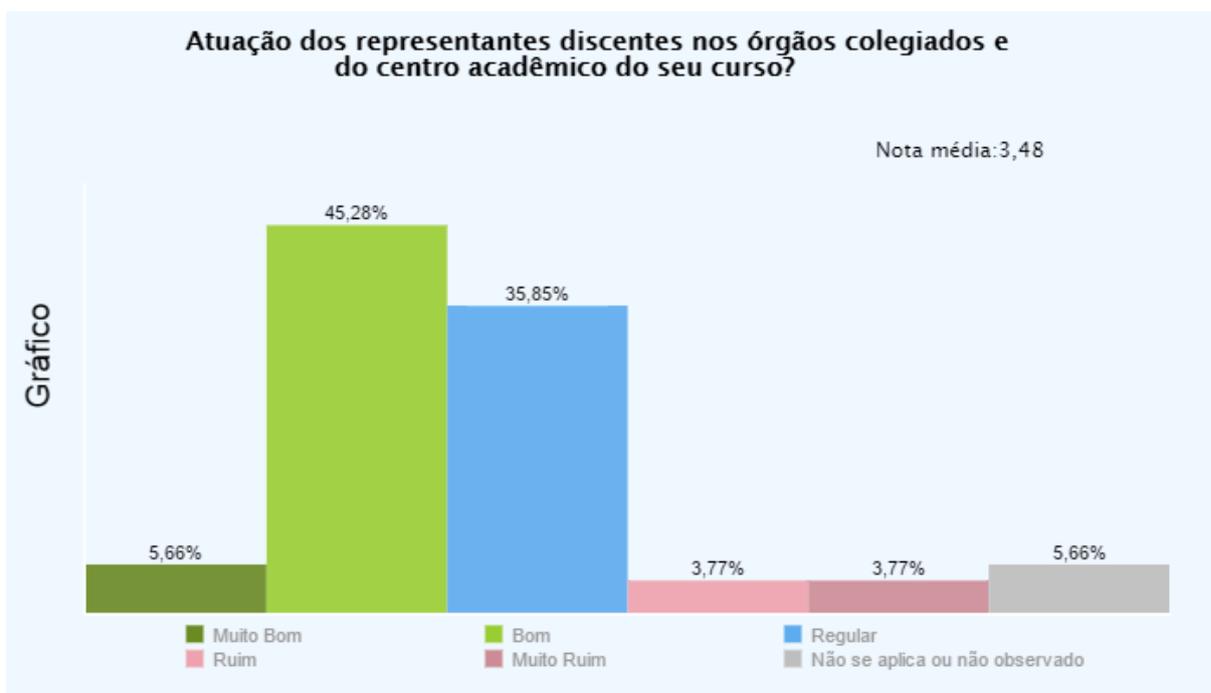
g) TCC ? Trabalho de Conclusão de Curso (normas, orientação, cronograma)?



h) Sistema acadêmico (SISCAD)?

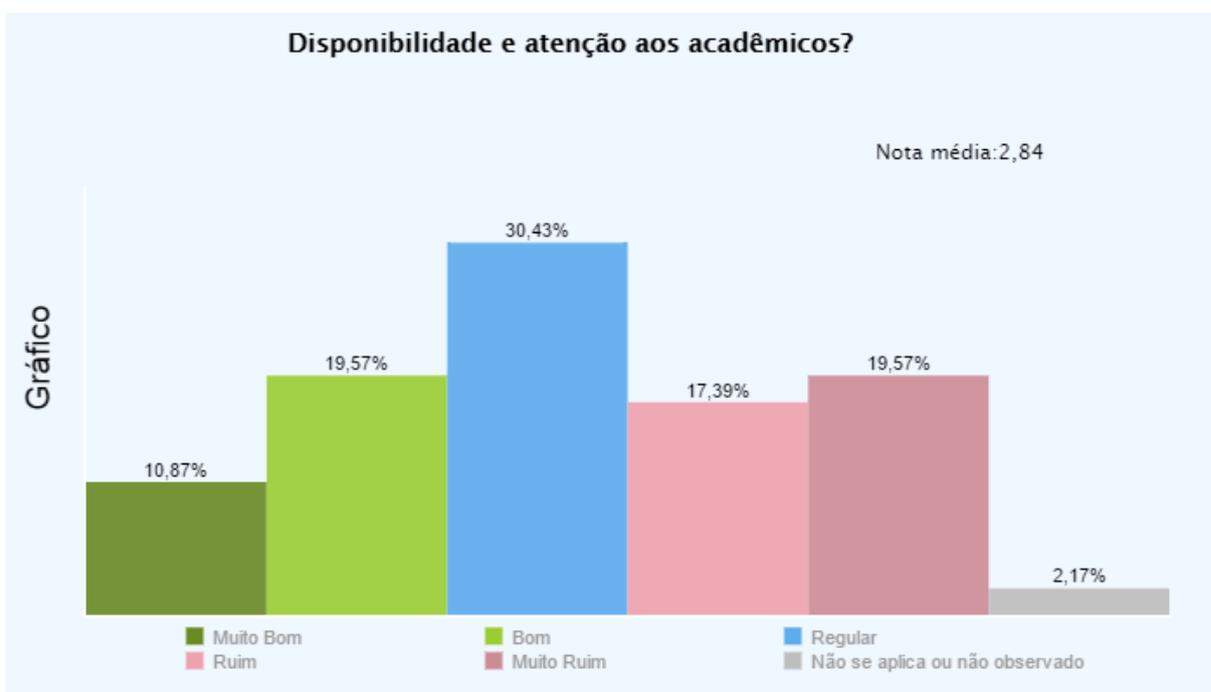


- i) Atuação dos representantes discentes nos órgãos colegiados e do centro acadêmico do seu curso?

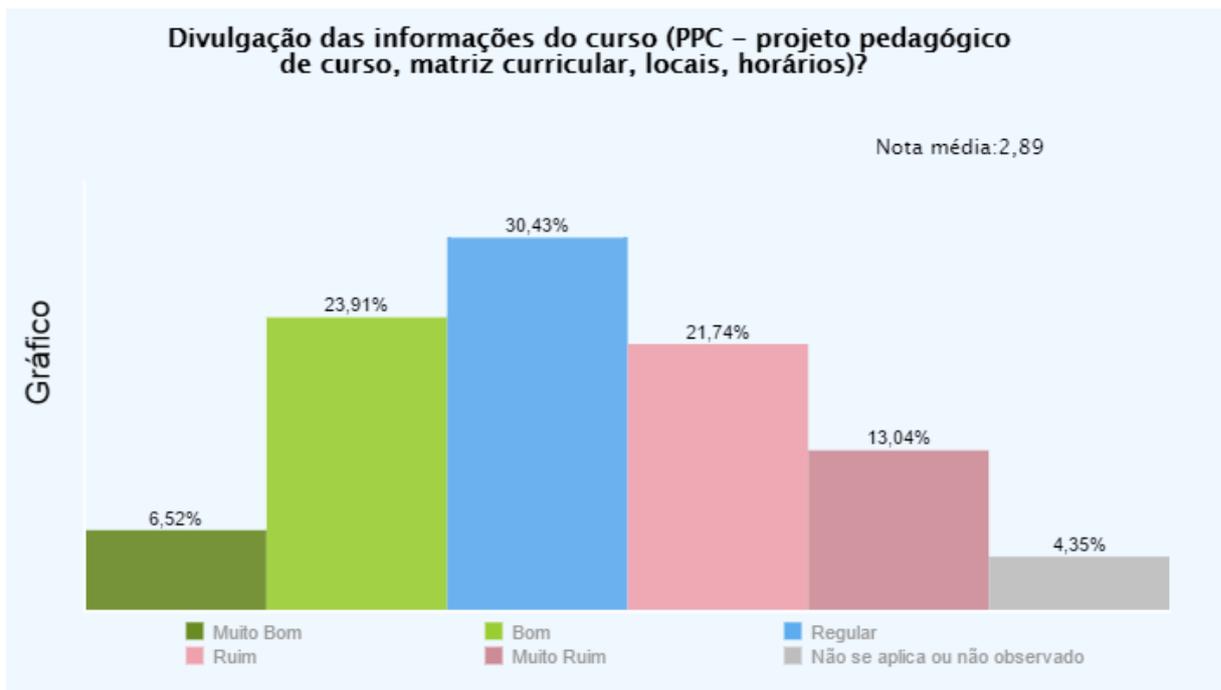


COORDENAÇÃO DE CURSO

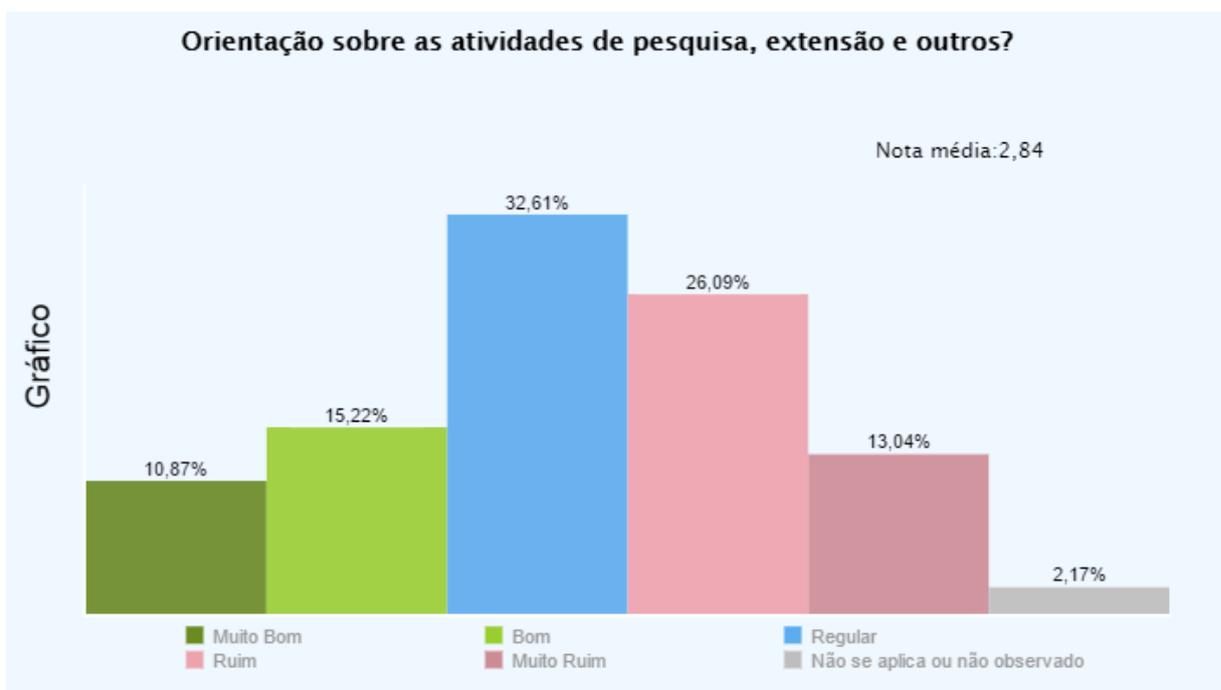
- a) Disponibilidade e atenção aos acadêmicos?



- b) Divulgação das informações do curso (PPC - projeto pedagógico de curso, matriz curricular, locais, horários)?

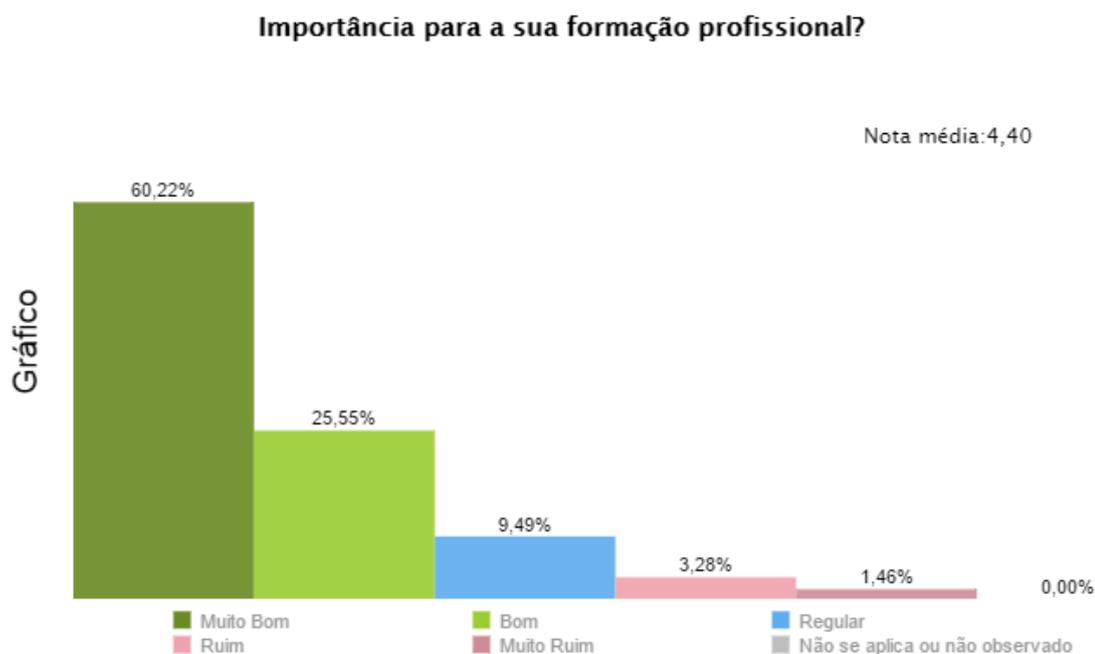


- c) Orientação sobre as atividades de pesquisa, extensão e outros?

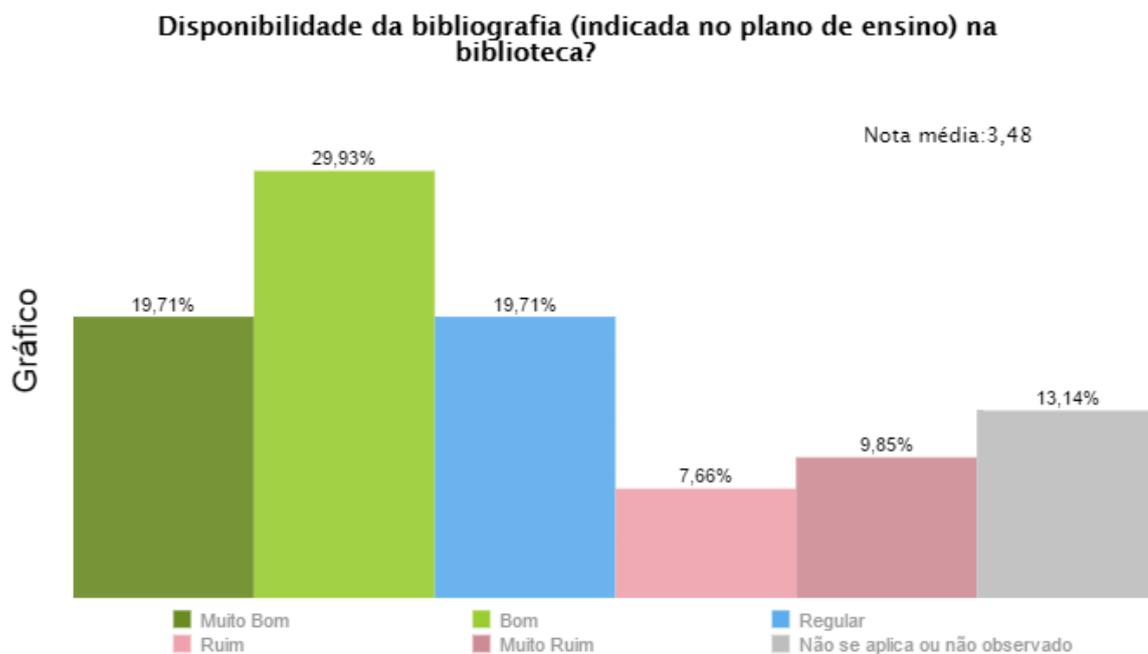


DISCIPLINAS

a) Importância para a sua formação profissional?



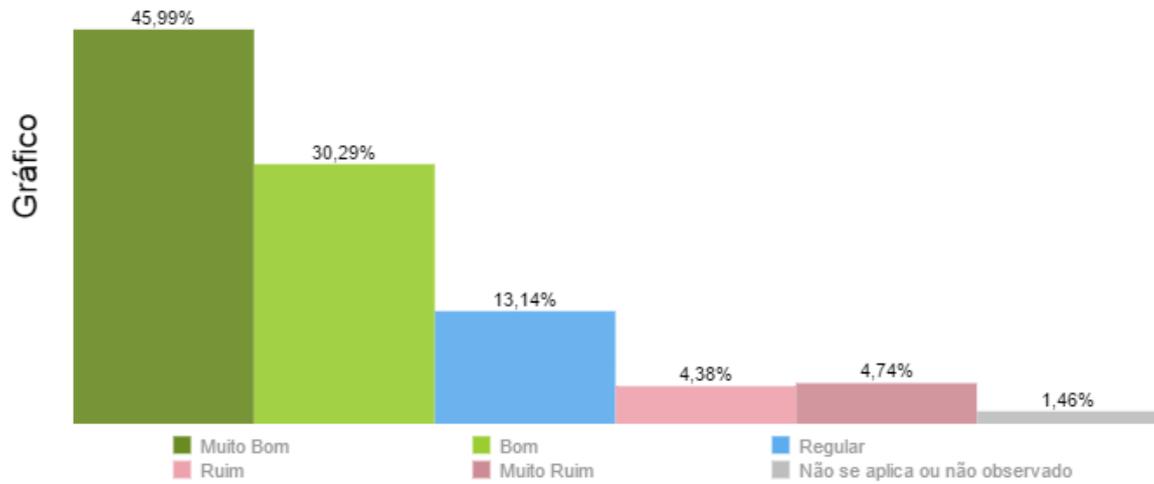
b) Disponibilidade da bibliografia (indicada no plano de ensino) na biblioteca?



c) Adequação dos conteúdos da disciplina à proposta do curso?

Adequação dos conteúdos da disciplina à proposta do curso?

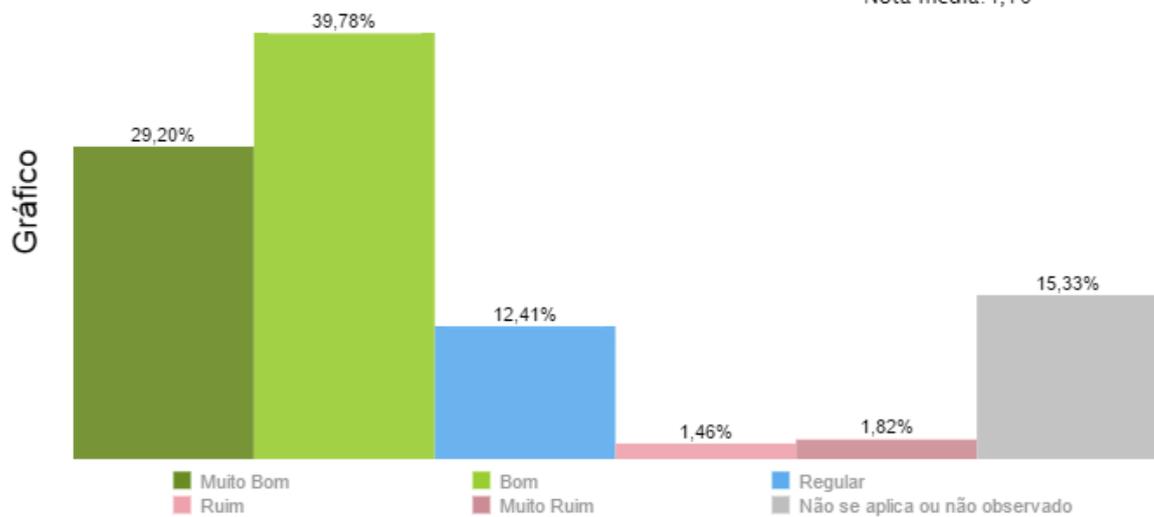
Nota média: 4,10



d) Número de alunos, quantidade de equipamentos e espaço físico das aulas práticas?

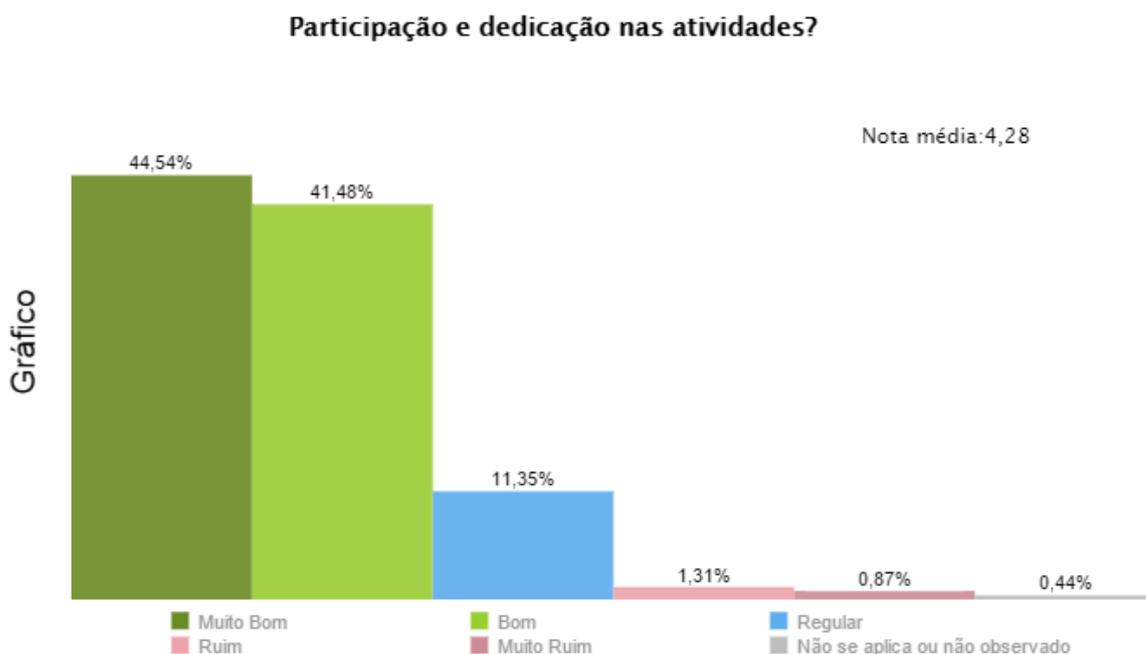
Número de alunos, quantidade de equipamentos e espaço físico das aulas práticas?

Nota média: 4,10

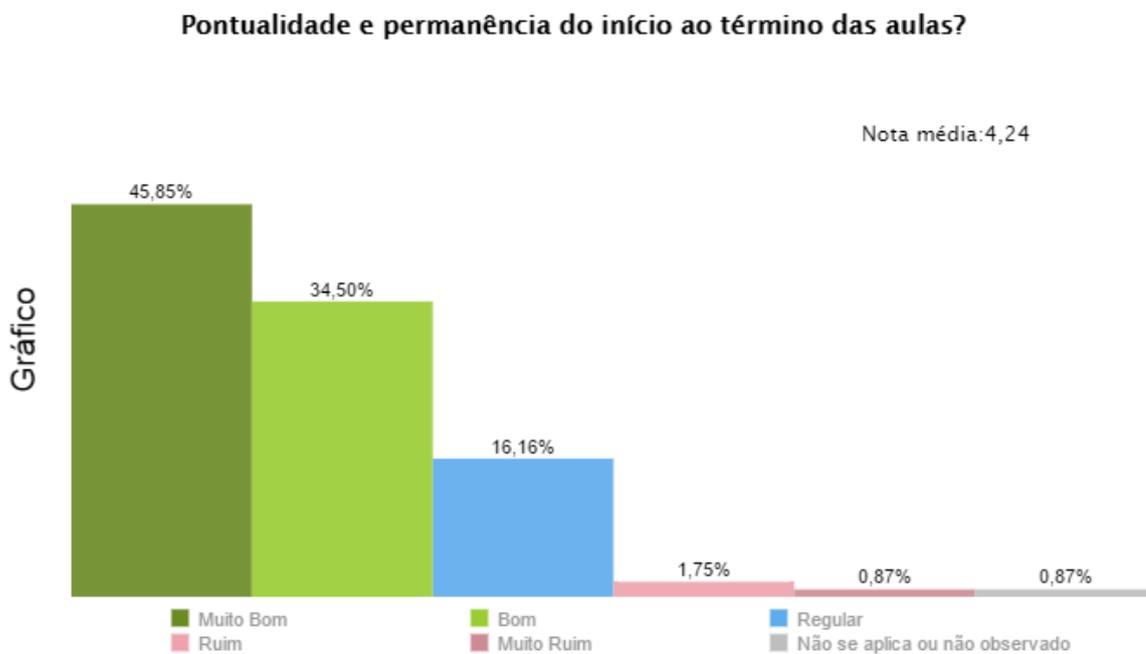


DESEMPENHO DISCENTE

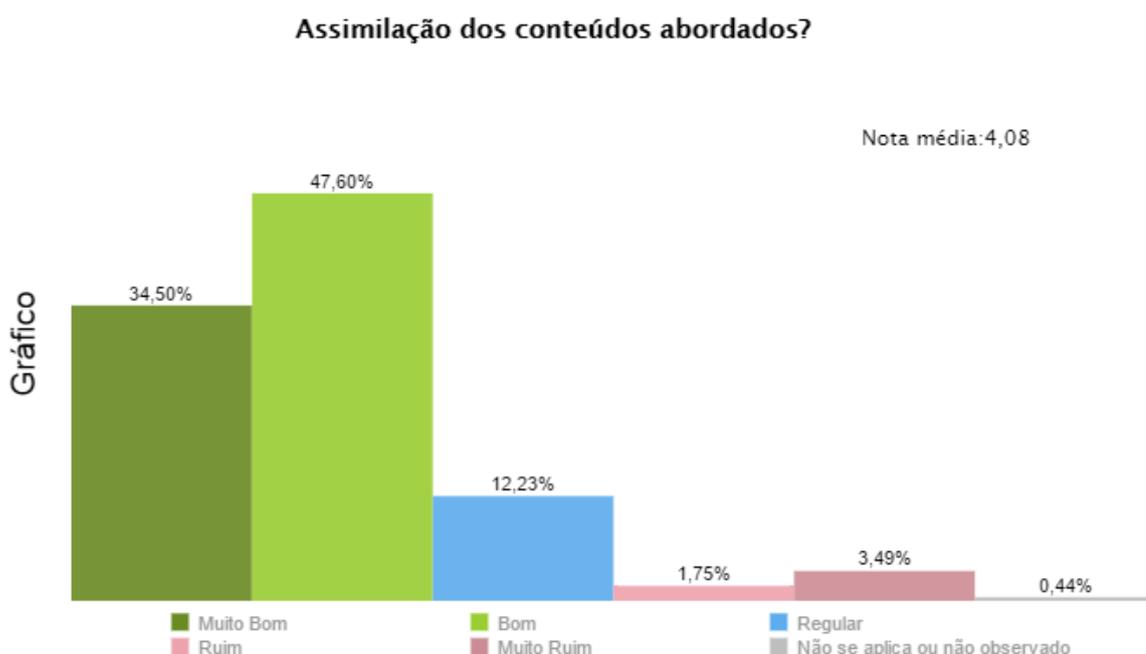
a) Participação e dedicação nas atividades?



b) Pontualidade e permanência do início ao término das aulas?



c) Assimilação dos conteúdos abordados?



2.2.6 Considerações da Comissão Setorial

A partir dos resultados das figuras acima apresentadas, nota-se, em geral, que o curso foi bem avaliado pelos discentes, onde grande parte das questões foi respondida como Muito Bom ou Bom.

Mais de 50% dos alunos consideram o curso adequado às exigências da sociedade e ao perfil profissional desejado.

As questões que tiveram as piores avaliações foram as que estão relacionadas a temas como oferecimento de atividades complementares e representação discente no colegiado e demais órgãos deliberativos.

Podemos perceber que a maioria dos discentes está satisfeita com o trabalho da coordenação do curso. A maioria respondeu às questões como Muito bom ou Bom.

Além disso, a maioria dos discentes considera o seu desempenho satisfatório, de acordo com as questões respondidas.

3 PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

3.1 Pós-Graduação

3.1.1 Curso de pós-graduação *lato sensu* em Educação em Direitos Humanos

O curso de pós-graduação em Educação em Direitos Humanos, ofertado pela FADIR/UFMS, na modalidade a distância, foi o primeiro curso de especialização ofertado pela Faculdade, desde sua criação em 2009.

O curso ofertou no processo seletivo duzentas vagas, distribuídas em quatro polos: Aquidauana, Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas.

O processo seletivo para ingresso como aluno no curso contou com 1.126 inscrições. Foram aprovados 291 candidatos. Foram convocados 268 candidatos para matrícula.

O curso iniciou-se em 18 de maio de 2015 e terminou em 30 de novembro de 2016. Concluíram o curso 120 alunos.

3.1.2 Curso de pós-graduação *stricto sensu* Mestrado em Direito

O curso de Mestrado em Direito, ofertado pela UFMS, foi aprovado pela CAPES em março/2015 e começou as atividades em fevereiro/2016.

Com oferta de 20 vagas por processo seletivo, iniciado em julho/2015 e finalizado em novembro/2015, contou com a participação de 234 candidatos.

Além dos 20 alunos regulares, o curso contou em 2016 com outros 56 alunos especiais matriculados.

3.2 Pesquisa

Teses de Doutorado

1. GUTIERREZ, José Paulo. A circularidade das crianças Kaiowá na Aldeia Laranjeira Ñanderu, Rio Brilhante, Mato Grosso do Sul. Doutorado em Educação (Conceito CAPES 4). Universidade Católica Dom Bosco, UCDB, Brasil. 2016.
2. MOREIRA, Gleicy Denise Vasques. Divisão Territorial do Trabalho nas Regiões Carboníferas do Rio Grande do Sul: dinâmicas diferenciais nos usos do território. Doutorado em Desenvolvimento Regional (Conceito CAPES 5). Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC, Brasil. 2016.

Livros publicados/organizados

1. André Puccinelli Júnior. Curso de Direito Constitucional. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. v. 1. 824p.
2. André Puccinelli Júnior; Allan Thiago Barbosa Arakaki (Org.) ; Alexandre Ávalo Santana (Org.) ; José de Andrade Neto (Org.) ; Carlos Alexandre Moraes (Org.) ; Cid Eduardo Brown da Silva (Org.) ; Alessandro Carlo Meliso Rodrigues (Org.) ; Valéria Silva Galdino (Org.) . Manual de Direito Civil. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. v. 1. 1007p.
3. André Puccinelli Júnior; Andrea Flores (Org.) ; LOPES, J. G. (Org.) . Manual de Direito Penal. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. v. 1. 678p .
FLORES, A.; LOPES, J. G. . Manual de Direito Penal. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. 669p .
4. BARBOSA, C. M. ; COUTO, M. B. ; FÉLIX, Y. S. . Política Judiciária, Gestão e Administração da Justiça. 1. ed. Florianópolis: CONPEDI, 2016. v. 1. 25p .
5. CAMPELLO, L. G. B.; CANCIO, G. S. T. (Org.) . Temas contemporâneos de direito ambiental e sustentabilidade. 1. ed. São Paulo: Editora Clássica, 2016. v. 1. 300p .
6. CAMPELLO, L. G. B.; GORDILHO, H. J. S. (Org.) ; SOUZA, M. C. S. A. (Org.) . Direito ambiental e socioambientalismo II. 1. ed. , 2016.
7. CAMPELLO, L. G. B.; SOUZA, M. C. S. A. (Org.) ; GORDILHO, H. J. S. (Org.) . Direito Ambiental e Socioambientalismo IV. 1. ed. Florianópolis: CONPEDI, 2016. 140p .
8. CAMPELLO, Lívia Gaigher Bósio; MELEU, M. (Org.) ; PADILHA, N. S. (Org.) . Direito Ambiental e Socioambientalismo I. 1. ed. Florianópolis: CONPEDI, 2015. 541p.
9. CAMPELLO, Lívia Gaigher; PADILHA, N. S. (Org.) ; MARES FILHO, C. F. (Org.) . Direito Ambiental e Socioambientalismo. 1. ed. Florianópolis: Conpedi, 2015. v. 1. 000p .
10. FÉLIX, Y. S.; LIMA, E. M. (Org.) ; SCHNEIDER, Y. (Org.) . Direitos sociais e políticas públicas II. 1ª. ed. Florianópolis: conpedi, 2015. v. 1.
11. FÉLIX, Y. S.; RIBEIRO, M. C. P. (Org.) . Responsabilidade da empresa e cidadania social. 1. ed. curitiba: conpedi, 2016. v. 1.
12. FÉLIX, Y. S.; SANTIAGO, M. R. (Org.) ; ORSINI, A. G. S. (Org.) . Teoria dos direitos fundamentais. 1ª. ed. Florianópolis: conpedi, 2015. v. 1.
13. FÉLIX, Y. S.; SARLO, O. (Org.) . Filosofia do Direito I. 1. ed. curitiba: conpedi, 2016. v. FÉLIX, Y. S.; RIBEIRO, M. C. P. (Org.) . Regulamentação e solução de conflitos do comercio internacional. 1. ed. curitiba: conpedi, 2016. v. 1.
14. FÉLIX, Y. S.; VERAS, N. A. ; PUCCINELLI JUNIOR, A. ; FLORES, A. ; ARRUDA, R. A. ; MAYER, R. ; OLIVEIRA, S. R. M. ; COSTA, N. C. A. ; PADIAL, N. P. M. ; AMARAL, A. P. M. ; CARVALHO, L.C. ; URQUIZA, A. H. A. ; PRADO, C. M. A. ; RIBAS, L. M. ; UJACOW, T. A. ; LEITE, I. C. ; LINJARDI, L. G. S. ; NOGUEIRA, F. L. ; MON-

- TEIRO, L. A. S. . Dicionário Jurídico. 1. ed. campo grande: contemplar, 2015. v. 1. 516p.
15. FLORES, A. ; ARRUDA, R. A. . Questões Práticas de Direito Penal e Processual Penal. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015. 217p .
 16. FLORES, A.; ARRUDA, R. A. . Código de Trânsito Brasileiro: Crimes e Processo. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. v. 1. 165p .
 17. PILAU SOBRINHO, L. L. (Org.) ; ZIBETTI, F. W. (Org.) ; PIAIA, T. C. (Org.) ; GUTIERREZ, José Paulo (Org.) ; AQUILERA URQUIZA, A. H. (Org.) ; Amaral, A. P. M. (Org.) . Balcão do consumidor: constitucionalismo, novas tecnologias e sustentabilidade. 1. ed. Passo Fundo/RS: Universidade de Passo Fundo, 2015. v. 1. 414p.
 18. VERAS, Ney Alves; RICALDE, Mário do Carmo (Org.) . Novo Código de Processo Civil - Lei 13.105/2015. 1. ed. Campo Grande-MS: Editora Contemplar, 2015. v. 1. 191p .
 19. VERAS, Ney Alves; RICALDE, Mário do Carmo . Códigos de Processo Civil Comparados (2015-1973 / 1973-2015). 1. ed. Campo Grande - MS: Contemplar, 2016. v. 1. 502p .
 20. VERAS, Ney Alves; RICALDE, Mário do Carmo . Execução e Recursos: cumprimento de sentença, processo de execução e meios de impugnação das decisões judiciais. 1. ed. Campo Grande - MS: Contemplar, 2016. v. 1. 607p .
 21. VERAS, Ney Alves; RICALDE, Mário do Carmo . Novo Código de Processo Civil Comparado. 1. ed. Campo Grande: Contemplar, 2015. v. 1. 695p .
 22. VERAS, Ney Alves; RICALDE, Mário do Carmo ; CORREIA, Jonas Ricardo . A prática do Novo Código de Processo Civil: comentários e modelos práticos de petições (de acordo com a Lei 13.256/2016). 1. ed. Campo Grande - MS: Contemplar, 2016. v. 1. 938p .

Capítulos de livros publicados

1. AMARAL, A. P. M.; ALCOVA, E. F. ; ALMEIDA, L. P. . Tráfico de Pessoas e a proteção das crianças. In: Urquiza, Antonio Hilário Aguilera. (Org.). Nascimento: Os direitos Humanos nas Fronteiras (Brasil e Europa). 1ed.Campo Grande: Editora UFMS, 2016, v. 1, p. 61-76.
2. AMARAL, A. P. M.; AMORIM, E. C. R. . Direito da Mulher e Violência doméstica no Sistema Global e Interamericano de Direitos Humanos: Um Estudo da Lei Maria da Penha. In: María de la Paz Pando Ballesteros, Alicia Muñoz Ramírez, Pedro Garrido Rodríguez. (Org.). Pasado y presente de los derechos humanos : Mirando al futuro. 1ed.Madri: Editorial La Catarata, 2016, v. 1, p. 460-474.
3. AMARAL, A. P. M.; ZEPHYR, M.F.N. . Análise do Fluxo Migratório de Haitianos em Campo Grande - MS. In: Urquiza, Antonio Hilário Aguilera. (Org.). Fronteiras dos Direitos Humanos: Direitos Humanos nas Fronteiras. 1ed.Campo Grande: Ed. UFMS, 2016, v. 1, p. 141-165.
4. ARRUDA, R. A.; MIOZZO, R. F. . O Direito Economico Constitucional - Capítulo XVIII - A aplicação do principio da insignificância ao crime de descaminho. In: Vilma Maria Inocência Carlo. (Org.). O Direito Economico Constitucional. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, v. 1, p. 231-245.
5. CAMPELLO, L. G. B. ; CARVALHO, Luciani Coimbra de . Direitos humanos e meio ambiente: potencializando duas expressões em um link. In: María de la Paz Pando Ballesteros; Alicia Muñoz Ramírez; Pedro Garrido Rodríguez. (Org.). (Org.). Pasado y presente de los derechos humanos: mirando al futuro. 1ed.Salamanca: Los libros de la Catarata,, 2016, v. 1, p. 625-638.
6. CAMPELLO, L. G. B.; CARVALHO, L. C. . Licitações verdes: desenvolvimento sustentável como objetivo das licitações. In: Liton Lanes Pilau Sobrinho; Fabíola Wüst Zibetti; Thami Covatti Piaia. (Org.). Balcão do consumidor constitucionalismo, novas tecnologias e sustentabilidade. 1ed.Passo Fundo: UPF Editora, 2015, v. , p. 341-363.

7. CAMPELLO, Livia Gaigher Bósio; AMORIM, G. N. S. . Proteção do meio ambiente e desenvolvimento sustentável à luz da ordem constitucional econômica. In: Alexandra Aragão; Gisela Maria Bester; Gloriete Marques Alves Hilário. (Org.). Direito e ambiente para uma democracia sustentável. 1ed.Curitiba: Instituto Memória Editora & Projetos Culturais, 2015, v. , p. 279-302.
8. CAMPELLO, Livia Gaigher Bósio; SILVEIRA, V. O. . Limpando o carbono: carbon capture and storage e o regime internacional das mudanças climáticas. In: Glna Pompeu; Wagner Menezes; Natércia Sampaio. (Org.). Comércio, Globalização e Formação do Capital Social. 1ed.Belo Horizonte: Arraes, 2015, v. 1, p. 472-484.
9. CAMPELLO, Livia; SANTIAGO, M. R. . Novas dinâmicas da locação de coisas: resignificação da propriedade e efetivação do consumo solidário e sustentável. In: Viviane Coêlho de Séllos Knoerr; Joana Stelzer; Keila Pacheco Ferreira. (Org.). Direito, globalização e responsabilidade nas relações de consumo. 1ed.Florianópolis: Conpedi, 2015, v. 1, p. 000-000.
10. CARVALHO, Luciani Coimbra de; CAMPELLO, L. G. B. . Licitações verdes: desenvolvimento sustentável como objetivo das licitações. In: PILAU SOBRINHO, Liton Lanes; ZIBETT, Fabíola Wüst Zibetti; PIAIA, Thami Covatti. (Org.). Balcão do consumidor constitucionalismo, novas tecnologias e sustentabilidade. 1aed.Passo Fundo: UPF EDITORA, 2015, v. 1, p. 341-363.
11. CONCEICAO, O. F. ; ARAUJO, APC ; CARVALHO, Luciani Coimbra de . A escola no Brasil para brasileiros e bolivianos. In: URQUIZA, Antonio Hilario Aguilera. (Org.). Fronteiras dos direitos humanos: direitos humanos nas fronteiras. 1ed.Campo Grande: Editora UFMS, 2016, v. 1, p. 167-184.
12. COSTA, Nilton César Antunes da; SANTANA, A. A. . Da Apelação no Novo CPC. In: Alexandre Ávalo Santana; José de Andrade Neto. (Org.). Novo CPC: Análise Doutrinária sobre o novo direito processual brasileiro. 1aed.Campo Grande: Contemplar, 2015, v. 3, p. 606-622.
13. DOMINGOS, T. O. ; RIBAS, L. M. . Tributação e Desenvolvimento Sustentável: reflexões sobre não-cumulatividade e crédito presumido do IPI. In: Bleine Queiroz Caúla; Gerardo Clésio Maia Arruda; Nathalie de Paula Carvalho; Valter Moura do Carmos. (Org.). Diálogo Ambiental, Constitucional e Internacional. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, v. 3 T II, p. 41-55.
14. FÉLIX, Y. S.. O contrato instituído em 1999 para regular o trabalho dos indígenas nas usinas de açúcar e álcool em mato grosso do sul. In: Maria de la Paz Pando Ballesteros, Alicia Muñoz Ramírez y Pedro Garrido Rodríguez. (Org.). PASADO Y PRESENTE DE LOS DERECHOS HUMANOS: MIRANDO AL FUTURO. 01ed.MADRID: CATARATA, 2016, v. 01, p. 609-621.
15. FÉLIX, Y. S.; ALVES, M. . A IMPOSIÇÃO DE UMA MORAL POR MEIO DO DIREITO: O QUE DIRIA HART SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 6.583/2013?. In: FÉLIX, Ynes da S.; SARLO, Oscar. (Org.). Filosofia do Direito I. 1ed.curitiba: conpedi, 2016, v. 1, p. 05-20.
16. FÉLIX, Y. S.; LORO, K. L. . REFLEXÕES ACERCA DOS TRATADOS INTERNACIONAIS E DE DIREITOS HUMANOS NO ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS. In: Vladimir Oliveira da Silveira; Ana Maria D'Ávila Lopes; Karyna Batista Sposato. (Org.). Direito internacional dos direitos humanos. 24ed.Florianópolis: conpedi, 2015, v. , p. 650-663.
17. FÉLIX, Y. S.; SANTOS, J. P. ; MELLO, S. B. M. . A JURISPRUDÊNCIA DEFENSIVA NO NOVO CPC E SUA APLICABILIDADE NO PROCESSO DO TRABALHO. In: JACKSON PASSOS SANTOS E SIMONE BARBOSA MARTINS MELLO. (Org.). A APLICAÇÃO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NO PROCESSO DO TRABALHO. 1ed.são paulo: LTr, 2016, v. 1, p. 105-.
18. FLORES, A. ; ARRUDA, R. A. . Honorários advocatícios nas ações penais privadas e os critérios para sua fixação no novo CPC. In: Marcus Vinicius Furtado Coelho, Luiz Henrique Volpe Camargo, Fredie Didier Jr. (Org.). Honorários Advocatícios. 0ed.Salvador: Juspodivm, 2015, v. 2, p. 0-.

19. FLORES, A.; ARRUDA, R. A. . Capítulo 61: Honorários Advocatícios nas Ações Penais Privadas e os Critérios para sua Fixação no Novo CPC. In: Marcus Vinicius, Furtado Coêlho; Luiz Henrique Volpe Camargo. (Org.). Honorários Advocatícios. 2ed.Salvador: Jus Podivm, 2016, v. 2, p. 985-995.
20. FLORES, A.; ARRUDA, R. A. . Honorários advocatícios nas ações penais privadas e os critérios para sua fixação no novo CPC. In: Marcos Vinicius Furtado Coelho, Luiz Henrique Volpe Camargo, Fredie Didier Jr. (Org.). Honorários Advocatícios. 0ed.Salvador: Juspodivm, 2015, v. 2, p. 0-.
21. FLORES, A.; ARRUDA, R. A. . Honorários advocatícios nas ações penais privadas e os critérios para sua fixação no novo CPC. In: Marcos Vinicius Furtado Coelho, Luiz Henrique Volpe Camargo, Fredie Didier Jr. (Org.). Honorários Advocatícios. 0ed.Salvador: Juspodivm, 2015, v. 2, p. 0-.
22. RIBAS, L. M.. Efetivação da Justiça e Gestão Descentralizada dos Conflitos: Mecanismos sustentáveis de solução. In: Ana Paula Araújo de Holanda; Bleine Queiroz Caúla; Gerardo Clésio Maia Arruda; Valter Moura do Carmos. (Org.). Diálogo Ambiental, Constitucional e Internacional. 1ed.Lisboa: LumenJuris, 2015, v. 3 TII, p. 153-166.
23. RIBAS, L. M.; SAAB, S. . Políticas Públicas de Fronteira: a educação de base na integração transfronteiriça em Ponta Porã. In: Henrique Sartori de Almeida Prado; Tomaz Espósito Neto. (Org.). FRONTEIRAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS. 1ed.Curitiba: ÍTHALA, 2015, v. , p. 131-150.
24. SGARBOSSA, Luís Fernando; IENSUE, G. . Análise econômica dos Direitos Humanos: algumas reflexões preliminares.. In: Alencar Frederico Margraf; Rafael de Lazari. (Org.). A consolidação substancial dos Direitos Humanos: perspectivas e tendências.. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, v. 1, p. 219-234.
25. SGARBOSSA, Luís Fernando; OPUSZKA, P. ; PORTO, P. A. C. . Reflexões críticas sobre a regulação jurídica a partir da Teoria Econômica.. In: Paulo Opuszka; Pedro Augusto Cruz Porto. (Org.). Reflexões da Economia Política para um Direito Econômico Brasileiro.. 1ed.Curitiba: Instituto Memória, 2015, v. 1, p. 61-73.
26. VERAS, Ney Alves. Litisconsórcio no Novo Código de Processo Civil. Novo CPC - Análise doutrinária sobre o novo direito processual brasileiro. 1ed.Campo Grande - MS: Contemplar, 2015, v. 1, p. 363-379.
27. VERAS, Ney Alves. Teoria geral da execução no novo código de processo civil: proposta metodológica, princípios, partes, competência, título executivo e responsabilidade patrimonial. In: Alexandre Ávalo Santana e José de Andrade Neto. (Org.). Novo CPC - Análise doutrinária sobre o novo direito processual brasileiro. 1ed.Campo Grande - MS: Contemplar, 2015, v. 3, p. 42-100.

Artigos completos publicados em periódicos científicos

1. AMARAL, A.P.M.; CARVALHO, L. C. . Mecanismos de retirada forçada do estrangeiro do Território Nacional: A família como causa impeditiva da expulsão.. Revista Direito UFMS, v. 2, p. 153, 2016.
2. ARAUJO, APC ; FILARTIGAS, D. M. E. ; CARVALHO, Luciani Coimbra de . Bolivianos no Brasil: migração internacional pelo corredor fronteiriço Puerto Quijarro (BO)/Corumbá (MS). Interações (Campo Grande), v. 16, p. 131-141, 2015.
3. CAMPELLO, L. G. B.. A participação das ONG's nos acordos multilaterais ambientais: Uma análise da Convenção sobre o Comércio de Espécies da Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES). Revista de Direito Brasileira, v. 14, p. 01-30, 2016.
4. CAMPELLO, L. G. B.; SANTIAGO, M. R. . Função social e solidária da empresa na dinâmica da sociedade de consumo. Scientia Iuris (online), v. 20, p. 119-143, 2016.

5. CAMPELLO, L. G. B.; SILVEIRA, V. O. . Educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) e o greening das universidades. *Revista Thesis Juris*, v. 5, p. 549-572, 2016.
6. CAMPELLO, Livia Gaigher Bósio; SANTIAGO, M. R. . Relações de consumo na perspectiva da solidariedade social: a função solidária dos contratos de consumo. *Revista de Direito do Consumidor*, v. 99, p. 71-98, 2015.
7. COSTA, N.C.A.; COSTA, W. R. G. . Questões Mediáveis. *JUSTIÇA DO DIREITO (UPF)*, v. 30, p. 188-199, 2016.
8. FELIX, Y.S.; COSTA, W. O. S. . Desafios da Homoafetividade: Uma Breve Aproximação da Identidade LGBT com as Garantias Constitucionais e as Formas de Cidadania. *Revista de Gênero, sexualidade e direito*, v. 2, p. 80-94, 2016.
9. FLORES, A.; RIBEIRO, L. . Crime e Castigo: O Sistema Penal Positivista e o Direito Consuetudinário Indígena. *Revista Thesis Juris*, v. 5, p. 481-504, 2016.
10. INSUE, G. ; CARVALHO, Luciani Coimbra de . Cooperação Jurídica Internacional e Direitos Humanos: para além da interação rumo à harmonização. *Revista Thesis Juris*, v. 4, p. 521-553, 2015.
11. INSUE, G. ; CARVALHO, Luciani Coimbra de . Educação e Ações Afirmativas como Direito à Participação e ao Procedimento. *Revista de Direito Brasileira*, v. 10, p. 200-227, 2015.
12. RIBAS, L. M.; GOUVEIA, J. B. . Os Conflitos nas Sociedades Brasileira e Portuguesa do Século XXI: assunção de mecanismos alternativos de solução. *Revista Jurídica Themis*, v. 28/29, p. 7-21-21, 2015.
13. RODRIGUES, M. A. ; RODRIGUES, A. L. C.; CARVALHO, L.C. TRABALHO, FRONTEIRA E MIGRANTES BOLIVIANOS NA CIDADE DE CORUMBÁ/MS: UMA ANÁLISE À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E DO DIREITO AO PLENO EXERCÍCIO DA CIDADANIA. *Revista Direito UFMS*, v. 1, p. 73-85, 2016.
14. SANTIAGO, MARIANA RIBEIRO ; CAMPELLO, LIVIA GAIGHER BÓSIO . A Responsabilidade Civil por Atividade de Risco e o Paradigma da Solidariedade Social. *Veredas do Direito*, v. 12, p. 25-169, 2015.
15. SGARBOSSA, Luís Fernando. Reflexões ontológicas e epistemológicas sobre o campo jurídico.. *Revista da Faculdade de Direito da UERJ*, v. 1, p. 158-174, 2016.
16. SGARBOSSA, Luís Fernando. Reflexões teórico-metodológicas sobre a Ciência do Direito e seu objeto. *Revista de Direito e Liberdade*, v. 17, p. 209-229, 2015.
17. SGARBOSSA, Luís Fernando; IENSUE, G. . A revisibilidade judicial de decisões desituintes decorrentes de responsabilidade política: uma análise a partir de diferentes contextos institucionais.. *Revista de Direito Brasileira*, v. 14, p. 264-285, 2016.
18. SGARBOSSA, Luís Fernando; IENSUE, G. . Constituição como auto-restrição ou como restrição ao outro: um cotejo entre as visões de Elster e Buchanan-Tullock.. *Argumentum (UNIMAR)*, v. 16, p. 17-36, 2015.
19. SGARBOSSA, Luís Fernando; IENSUE, G. . Remédios constitucionais na América Latina: garantias fundamentais no Brasil e o Amparo Latino-americano.. *Revista Eletrônica da Academia Brasileira de Direito Constitucional*, v. 7, p. 496-516, 2015.
20. SGARBOSSA, Luís Fernando; IENSUE, Geziela . A mitigação da nulidade da lei inconstitucional.. *Pensar (UNIFOR)*, v. 20, p. 874-895, 2015.
21. SILVA, H. P. ; RIBAS, L. M. . Transação Tributária como Ato-Negócio Administrativo: uma perspectiva de colaboração. *Nomos (Fortaleza)*, v. 35, n. 1, p. 121-137-137, 2015.
22. WENCESLAU, Maurinice Evaristo; SANTOS, D. O. . A GLOBALIZAÇÃO DO TRABALHO E OS MOVIMENTOS SINDICALISTAS FRENTE AO MERCOSUL: PROSPECTIVAS E PROJEÇÕES. *REVISTA DE DIREITO (VIÇOSA)*, v. 68, p. 1-31, 2016.
23. WENCESLAU, Maurinice Evaristo; SANTOS, D. O. . ANÁLISE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO MERCOSUL PARA INCLUSÃO DIGITAL NA EDUCAÇÃO. *INTERMIO (UFMS)*, v. 2643, p. 1-16, 2016.

Trabalhos completos publicados em anais de eventos científicos

1. CAMPELLO, L. G. B.; COIMBRA, L. . Direitos humanos e meio ambiente: potencializando duas expressões em um link. In: María de la Paz Pando Ballesteros; Alicia Muñoz Ramírez; Pedro Garrido Rodríguez. (Org.). Pasado y presente de los derechos humanos: mirando al futuro. 1ed.Salamanca: Los libros de la Catarata, 2016, v. 1, p. 625-638.
2. CAMPELLO, Livia Gaigher Bósio; SANTIAGO, M. R. . O consumo colaborativo e sustentável na sociedade de informação. In: III Encontro de Internacionalização do CONPEDI / Universidad Complutense de Madrid, 2015, Madrid. III Encontro de Internacionalização do CONPEDI / Universidad Complutense de Madrid. Madrid: Ediciones Laborum, 2015. v. 9. p. 141-154.
3. CARVALHO, L. C. ; CARVALHO, Luciani Coimbra de ; DUPAS, E. . Os 35 anos do Estatuto do Estrangeiro e a incompatibilidade com a Constituição Federal Brasileira e com os preceitos internacionais de direitos humanos. In: XII Congresso Internacional de Direitos Humanos, 2015, Campo Grande. Anais Congresso Internacional de Direitos Humanos. Campo Grande: Ed. UFMS, 2015. v. I. p. 1842-1856.
4. CARVALHO, Luciani Coimbra de; URQUIZA, A. H. A. . O Povo Kamba na Fronteira entre Brasil e Bolívia: Um Estudo Jurídico sobre. In: III Encontro de Internacionalização do CONPEDI MADRID/ESPANHA, 2015, Madrid. III Encontro de Internacionalização do CONPEDI Madrid/ Espanha. Madrid: Ediciones Laborum, 2015. v. 4. p. 8-25
5. COSTA, Nilton César Antunes da; SANTANA, A. A. . Recurso de Apelação no novo CPC. In: Luís Antônio Giampaulo Sarro. (Org.). Novo Código de Processo Civil: Principais Alterações do Sistema Processual Civil. 2ed.São Paulo: Editora Rideel, 2016, v. 1, p. 473-485.
6. FÉLIX, Y. S.; PEIXOTO, E. S. . A eficácia da norma que instituiu o documento especial fronteiriço Brasil-Bolívia,. In: XII Congresso Internacional de Direitos Humanos, 2015, Campo Grande. Anais do XII Congresso Internacional de Direitos Humanos. Campo Grande: ufms, 2015.
7. FÉLIX, Y. S.; SANTOS, A. C. . Análise do fluxo migratório haitiano a partir da Resolução Normativa nº 97 de 12 de Janeiro de 2012. In: XII Congresso Internacional de Direitos Humanos, 2015, Campo Grande. Anais do XII Congresso Internacional de Direitos Humanos. Campo Grande: ufms, 2015. v. XII.
8. FLORES, A.; RIBEIRO, L. . O Direito Consuetudinário Indígena nas Constituições Sul-Americanas. In: VII Seminário Internacional: Fronteiras Ético-Culturais e Fronteiras da Exclusão, 2016, Campo Grande. VII Seminário Internacional: Fronteiras Ético-Culturais e Fronteiras da Exclusão - Caderno de Resumos. CAMPO GRANDE: Editora UCDB, 2016. v. 1. p. 138-1387.
9. GUTIERREZ, José Paulo; AQUILERA URQUIZA, A. H. . Crianças indígenas Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul/Brasil: Direitos e desafios da educação tradicional. In: María de La Paz Pando Ballesteros; Alicia Muñoz Ramírez; Pedro Garrido Rodríguez. (Org.). Pasado Y Presente de Los Derechos Humanos. Mirando al Futuro. 1ed.Madrid: Catarata, 2016, v. 1, p. 587-599.
10. GUTIERREZ, José Paulo; FERRAO, A. S. ; ROSA, D. F. S. . A influência dos dogmas religiosos no direito à vida: os direitos fundamentais. Antonio Hilário Aguilera Urquiza. 1ed.Campo Grande/MS: Editora UFMS, 2016, v. 1, p. 77-95.
11. GUTIERREZ, José Paulo; URQUIZA, Antonio Hilario Aguilera . Processos Próprios de aprendizagem de crianças indígenas Guarani e Kaiowá na aldeia Laranjeira Nãnderu, Rio Brilhante: perspectivas e desafios. In: 6º SBECE - Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação 3º SIECE - Seminário Internacional de Estudos Culturais e Educação, 2015, Canoas/RS. 6º SBECE - Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação 3º SIECE - Seminário Internacional de Estudos Culturais e Educação. Canoas/RS: Editora da Ulbra, 2015. v. 1. p. 1-48.

12. QUILERA URQUIZA, A. H. ; GUTIERREZ, José Paulo . Interculturalidade e educação indígena entre o povo Guarani de Laranjeira Nãnderu/MS. In: Angel B. Espina Barrio, Luiz Nilton Corrêa, Telmo Pedro Vieira. (Org.). Educação, ecoturismo e Cultura em Ibero-América. 1ed.Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2016, v. 1, p. 100-110.
13. RIBAS, L. M.. Arbitragem e Transação na Gestão dos Conflitos Ambientais. In: Bleine Queiroz Caúla; Geraldo Clésio Maia Arruda; Valter Moura do Carmos. (Org.). Diálogo Ambiental, Constitucional e Internacional. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, v. Vol 6, p. 117-134.
14. RIBAS, L. M.; COSTA, T. N. G. . MEDIAÇÃO COMO SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS: UM PARADIGMA QUE ALTERA A CULTURA JUDICIÁRIA DA LITIGIOSIDADE PARA A HARMONIZAÇÃO E COOPERAÇÃO SOCIAL.. In: XXV CONGRESSO DO CONPEDI, 2016, Curitiba. XXV CONGRESSO DO CONPEDI - CURITIBA. CURITIBS: CONPEDI, 2016. p. 150-167.
15. RIBAS, L. M.; MIRANDA, K. K. G. D. . Aspectos tributários na defesa do meio ambiente: análise na gestão dos resíduos sólidos no brasil. In: MIRANDA GONÇALVES, R.. (Org.). DIMENSÕES DOS DIREITOS HUMANOS. 1ed.Porto: Universidade Portuguesa Infante D. Henrique, 2016, v. , p. 425-435.
16. RODRIGUES, M. A. ; CARVALHO, Luciani Coimbra de . Dignidade Humana e Fronteira: uma análise à luz do Estatuto do Estrangeiro e do Decreto N. 6975/2009. In: XII Congresso Inernacional de Direitos Humanos, 2015, Campo Grande. Anais XII Congresso Internacional de Direitos Humanos. Campo Grande: Ed. UFMS, 2015. v. 1. p. 829-839.
17. SGARBOSSA, Luís Fernando; IENSUE, G. . Migração Internacional, Direitos Humanos e Cidadania: Reflexões sob o paradigma da mobilidade e da autonomia.. In: Antonio Hilario Aguilera Urquiza. (Org.). Fronteira dos Direitos Humanos: Direitos Humanos nas fronteiras.. 1ed.Campo Grande: Editora UFMS, 2016, v. 1, p. 57-76.
18. SGARBOSSA, Luís Fernando; IENSUE, G. . Os poderes paralegais e paraconstituintes da jurisdição constitucional: técnicas de decisão dos órgãos da jurisdição constitucional na contemporaneidade e a produção jurídica.. In: Adriana Fasolo Pilati Scheleder; Ilton Norberto Robl Filho. (Org.). Jurisdição Constitucional e Democracia. 1ed.Itajaí: Editora da UNIVALI, 2016, v. 1, p. 165-190.
19. SGARBOSSA, Luís Fernando; JENSEN, Geziela . A circulação do modelo do amparo mexicano entre os ordenamentos nacional e internacional: um estudo de direito comparado.. In: Salete Casalli Rocha; Roseli Michalowski Alves; Daniela E. Urio Mujahed. (Org.). Direitos Humanos em Direito Comparado. 1ed.Francisco Beltrão, PR: Grafibem, 2016, v. 1, p. 15-30.
20. SILVA, F. C. T. ; WENCESLAU, Maurinice Evaristo . DA HISTÓRIA POLÍTICO-JURÍDICA AOS ESTUDOS CURRICULARES CRÍTICOS: cultura, diferença e cidadania. In: XII Congreso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana, 2016, Medellín. Memórias XII Congreso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana. Medellín - Colômbia: Universidad de Antioquia, 2016. v. 1. p. 345-361.
21. VERAS, Ney Alves. Comentários aos artigos 1.009 a 1.014 do Novo CPC (Recurso de Apelação). In: ALVIM, Angélica Arruda; ASSIS, Araken de; ALVIM, Eduardo Arruda; LEITE, George Salomão.. (Org.). Comentários ao Código de Processo Civil - Lei 13.105/2015. 1ed.São Paulo: Saraiva, 2016, v. 1, p. 1165-1173.
22. VERAS, Ney Alves. Comentários aos artigos 659 a 673 do Novo CPC (Arrolamento). In: Alvim, Angélica Arruda; Assis, Araken; Alvim, Eduardo Arruda; Leite, George Salomão.. (Org.). Comentários ao Código de Processo Civil. 1ed.São Paulo: Saraiva, 2016, v. 1, p. 759-774
23. WENCESLAU, Maurinice Evaristo; SORGATTO, M. . LEVANTAMENTO E ANÁLISE DAS DISSERTAÇÕES E TESES, DISPONIBILIZADAS NA BDTD, SOBRE DIREITO À EDUCAÇÃO E CIDADANIA (1992 A 2012). In: SABERES EM AÇÃO: III Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da UCDB, 2016, Campo Grande (MS). UNIVERSI-

- DADE: INOVAÇÃO, SUSTENTABILIDADE E COMPROMISSO SOCIAL. Campo Grande (MS): UCDB, 2016. v. 1. p. 253-267.
24. WENCESLAU, Maurinice Evaristo; DALL'ONDER, L. F. . ANÁLISE SOBRE A NECESSIDADE DE PROTEÇÃO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS INDÍGENAS NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL. In: VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL: FRONTEIRAS ÉTNICO-CULTURAIS E FRONTEIRAS DA EXCLUSÃO e II SEMINÁRIO NACIONAL DO OBEDUC, 2016, CAMPO GRANDE (MS). ANAIS. CAMPO GRANDE (MS): EDITORA UCDB, 2016. v. 1.
 25. WENCESLAU, Maurinice Evaristo; DALL'ONDER, L. F. . ANÁLISE SOBRE A NECESSIDADE DE PROTEÇÃO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS INDÍGENAS NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL. In: VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL: FRONTEIRAS ÉTNICO-CULTURAIS E FRONTEIRAS DA EXCLUSÃO e II SEMINÁRIO NACIONAL DO OBEDUC, 2016, CAMPO GRANDE (MS). ANAIS. CAMPO GRANDE (MS): EDITORA UCDB, 2016. v. 1.
 26. WENCESLAU, Maurinice Evaristo; SANTOS, D. O. . Articulação da Pesquisa Jurídica: O PNEDH e as Produções do CONPEDI em Educação em Direitos Humanos. In: SILVA, F.C.T.; RASSLAN, M.C.. (Org.). OBSERVATÓRIO DE CULTURA ESCOLAR: estudos e pesquisas sobre escola, currículo e cultura escolar. 1ed.Campo Grande: UFMS, 2016, v. 2, p. 109-132.
 27. WENCESLAU, Maurinice Evaristo; SANTOS, D. O. . DIÁLOGOS DO MERCOSUL PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NOS DOCUMENTOS DE 1991 A 2015. In: VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL: FRONTEIRAS ÉTNICO-CULTURAIS E FRONTEIRAS DA EXCLUSÃO e II SEMINÁRIO NACIONAL DO OBEDUC, 2016, CAMPO GRANDE (MS). CADERNO DE RESUMOS. CAMPO GRANDE (MS): EDITORA DA UCDB, 2016. v. 1.
 28. WENCESLAU, Maurinice Evaristo; SILVA, F. C. T. . UMA CONFIGURAÇÃO PARA O ENSINO SECUNDÁRIO (1930-1960): CULTURA, FORMAÇÃO HUMANA E BOA EDUCAÇÃO. In: XI Congresso Luso-Brasileiro da História da Educação, 2016, Oporto/PT. XI Congresso Luso-Brasileiro da História da Educação. Oporto/PT: NOR-PRINT, 2016. v. 1. p. 311-326.

Resumos publicados em anais de eventos científicos

1. ARRUDA, R. A.; CARRER, K. B. . A Remição da Pena pelo Estudo na Comarca de Campo Grande Ms. In: XIX Encontro de Iniciação Científica da UCDB, 2015, CAMPO GRANDE. XIX Encontro de Iniciação Científica da UCDB. CAMPO GRANDE: UCDB, 2015. p. 171.
2. ARRUDA, R. A.; FERREIRA, M. P. D. . O Crime de Tráfico de Drogas na Visão do Supremo Tribunal Federal. In: XIX Encontro de Iniciação Científica da UCDB, 2015, CAMPO GRANDE. XIX Encontro de Iniciação Científica da UCDB. CAMPO GRANDE: UCDB, 2015. p. 174.
3. ARRUDA, R. A.; SILVA, E. N. S. . A Remição da Pena pelo Estudo na Comarca de Campo Grande MS. In: XIX Encontro de Iniciação Científica da UCDB, 2015, CAMPO GRANDE. XIX Encontro de Iniciação Científica da UCDB. CAMPO GRANDE: UCDB, 2015. p. 161.
4. CAMPELLO, L. G. B.; LARA, C. S. . O formato do resumo expandido no desenvolvimento da pesquisa jurídica: a experiência dos Congressos Nacionais da FEPODI. In: Congresso Nacional da Associação Brasileira de Ensino do Direito, 2015, Brasília. Anais completos do VIII Congresso Nacional da Associação Brasileira de Ensino do Direito (ABEDi). Brasília: Abedi. p. 176-176.
5. FLORES, A.; MARTINS, T. H. R. . O Crime de Tráfico de Drogas na Visão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. In: XIX Encontro de Iniciação Científica da UCDB,

- 2015, CAMPO GRANDE. XIX Encontro de Iniciação Científica da UCDB. CAMPO GRANDE: UCDB, 2015. p. 188.
6. FLORES, A.; MARTINS, T. H. R. . O Crime de Tráfico de Drogas na Visão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. In: XIX Encontro de Iniciação Científica da UCDB, 2015, CAMPO GRANDE. XIX Encontro de Iniciação Científica da UCDB. CAMPO GRANDE: UCDB, 2015. p. 188.
 7. FLORES, A.; REDO, E. L. O. . O entendimento do Superior Tribunal de Justiça acerca do crime de tráfico de drogas. In: Pibic, 2015, CAMPO GRANDE. XIX Encontro de Iniciação Científica da UCDB. CAMPO GRANDE: UCDB, 2015. p. 159.
 8. FLORES, A.; REDO, E. L. O. . O entendimento do Superior Tribunal de Justiça acerca do crime de tráfico de drogas. In: Pibic, 2015, CAMPO GRANDE. XIX Encontro de Iniciação Científica da UCDB. CAMPO GRANDE: UCDB, 2015. p. 159.
 9. GUTIERREZ, José Paulo; NASCIMENTO, A. C. . As crianças indígenas Guarani e Kaiowá: observação do processo próprio de aprendizagem na aldeia Laranjeira Nanderu, Rio Brilhante, MS. In: VI Seminário Povos indígenas e Sustentabilidade: Saberes indígenas e a contemporaneidade, 2015, Campo Grande. VI Seminário Povos Indígenas e Sustentabilidade: Saberes indígenas e a contemporaneidade. Campo Grande: UCDB, 2015. v. 1. p. 1-73.
 10. GUTIERREZ, José Paulo; NASCIMENTO, A. C. ; AQUILERA URQUIZA, A. H. . Situando o cenário pesquisado da aldeia Laranjeira Nanderu: o cotidiano das crianças indígenas Guarani e Kaiowá. In: XII Congresso Internacional de Direitos Humanos, 2015, Campo Grande. XII Congresso Internacional de Direitos Humanos - Caderno de Resumos. Campo Grande: UFMS, 2015. v. 1. p. 1-178.
 11. OLIVEIRA, A. M. ; CARVALHO, Luciani Coimbra de . Migração e Tráfico de Pessoas na Fronteira de Mato Grosso do Sul: Análise do direito à saúde dos migrantes e traficados. In: XII Congresso Internacional de Direitos Humanos, 2015, Campo Grande. Anais XII Congresso Internacional de Direitos Humanos. Campo Grande: Ed. UFMS, 2015. v. 1. p. 236-236.
 12. WENCESLAU, Maurinice Evaristo; SORGATTO, M. . A PROTEÇÃO DO TRABALHADOR ESTABELECIDOS EM CONVENÇÕES COLETIVAS DO SINDICATO DA CATEGORIA DOS METALÚRGICOS NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL. In: XII CIDH Congresso Internacional de Direitos Humanos, 2015, Campo Grande - MS. Fronteiras dos Direitos Humanos Direitos Humanos nas Fronteiras. Campo Grande - MS: UFMS, 2015. v. 01. p. 129-129.
 13. WENCESLAU, Maurinice Evaristo; SANTOS, D. O. . DEMOCRACIA NO SETOR EDUCACIONAL DO MERCOSUL: O PAPEL DA EDUCAÇÃO POLÍTICA NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO. In: XII CIDH Congresso Internacional de Direitos Humanos, 2015, Campo Grande - MS. Fronteiras dos Direitos Humanos Direitos Humanos nas Fronteiras. Campo Grande - MS: UFMS, 2015. v. 01. p. 165-165.

4 EXTENSÃO E APOIO AO DISCENTE

Considerando as questões analisadas nas Seções 5.1.2 e 5.1.3, em particular as que tratam de políticas de atendimento ao discente por parte da UFMS, percebe-se claramente que muito ainda pode ser feito para que o atendimento seja melhorado.

Com relação a participação da FADIR e ações de extensão, e de acordo com as questões respondidas pelos acadêmicos da FADIR e relatadas neste documento, em que, em torno de 20% dos acadêmicos disseram que tiveram boa ou muito boa oportunidade de participar de programa/projeto de extensão oferecido pela UFMS. Esse número, apesar de apresentar uma pequena melhora com relação ao ano de 2015, demonstra que há necessidade de uma divulgação maior dos projetos de extensão e das oportunidades de participação dos acadêmicos. Em torno de 45% dos acadêmicos consideram boa ou muito boa a qualidade das atividades de extensão, como complemento à formação acadêmica. Essa porcentagem tende a aumentar cada vez mais com a intensificação das atividades dos projetos da FADIR, tais como o Curso de Extensão Direito Constitucional Comparado, promovido pelo Prof. Luís Fernando Sgarbossa e o curso de extensão A Constituição vai à Escola, promovido pelo prof. Sandro Rogério Monteiro de Oliveira.

5 AVALIAÇÃO DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

No processo de autoavaliação da FADIR, contamos com a participação dos discentes, docentes e técnicos-administrativos, assim como com a coordenadora dos cursos. Nesta seção, apresentaremos os resultados obtidos a partir de questionários aplicados a estes grupos da comunidade universitária. Alguns resultados da avaliação realizada pelos discentes já foram apresentados na Seção 2.

5.1 Avaliação Discente

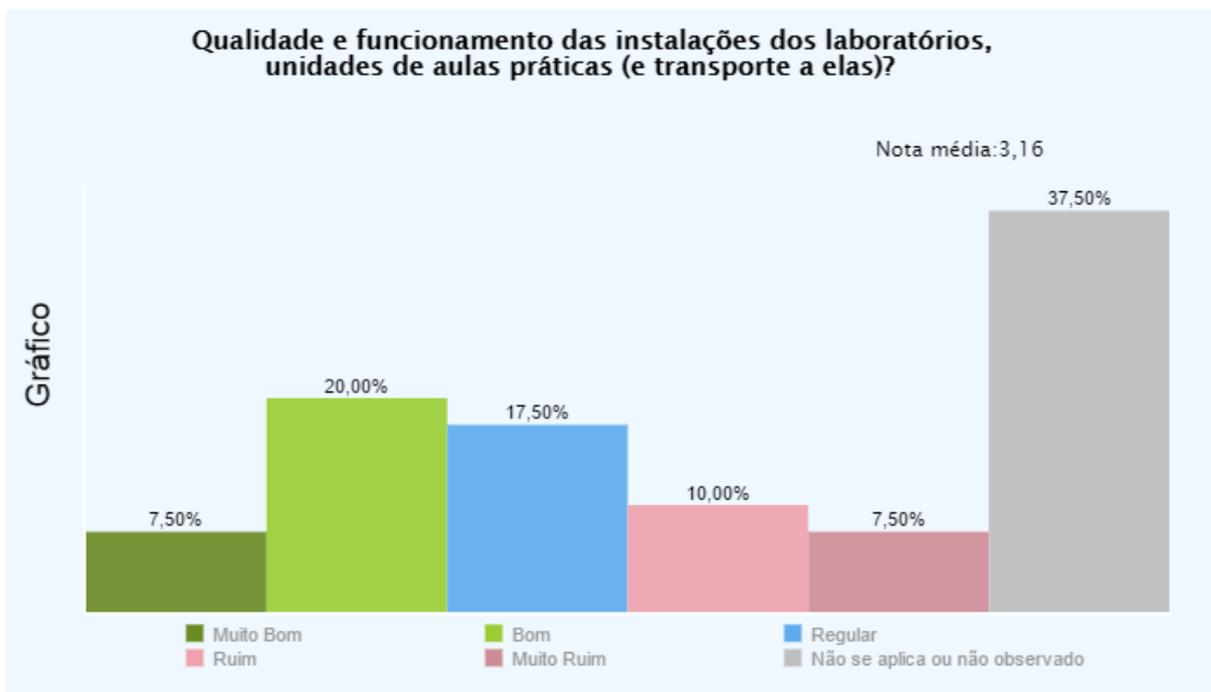
As próximas subseções agrupam as questões respondidas pelos acadêmicos da FADIR referentes ao ano de 2015. Foram abordadas questões a respeito da infraestrutura, pesquisa e extensão, políticas de atendimento aos discentes, organização e gestão da unidade e a comunicação com a sociedade por parte da FADIR.

DIREITO Noturno

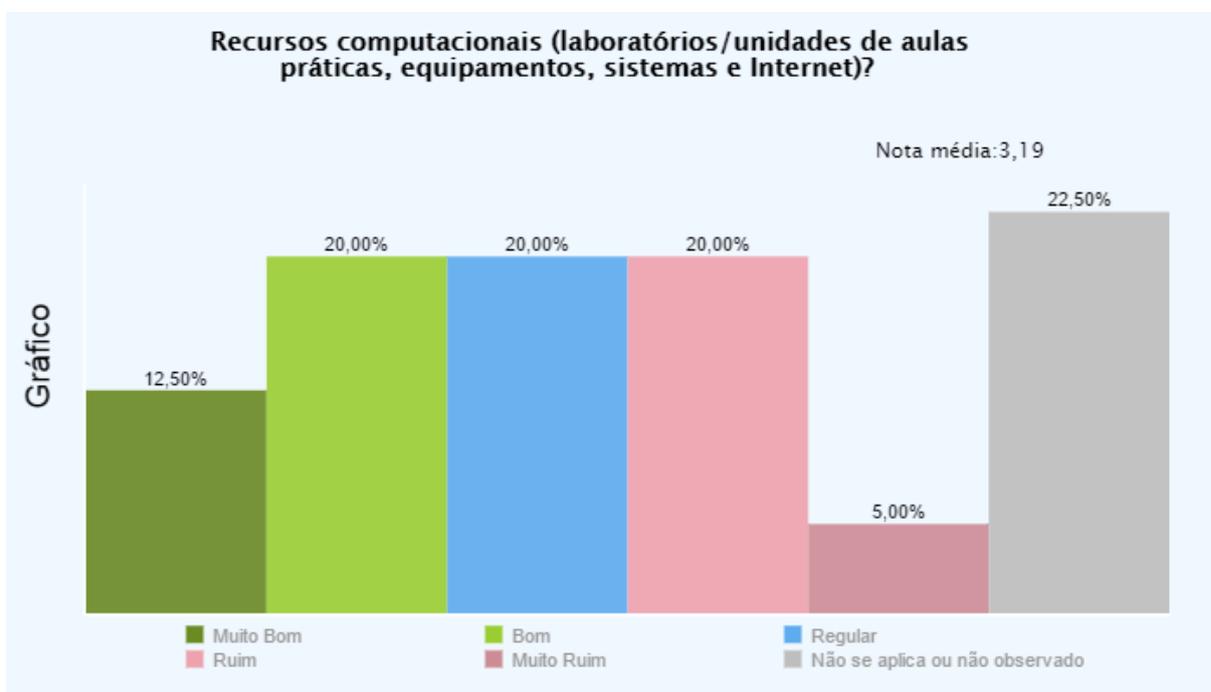
Os discentes avaliaram 05 (cinco) itens, quais sejam: Infra Estrutura, Pesquisa e Extensão, Políticas de Atendimento aos discentes, Organização e Gestão e Comunicação e Sociedade. Em cada um dos itens, desdobram-se as várias perguntas, que seguem com os resultados correspondentes, apresentados nos gráficos.

5.1.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA

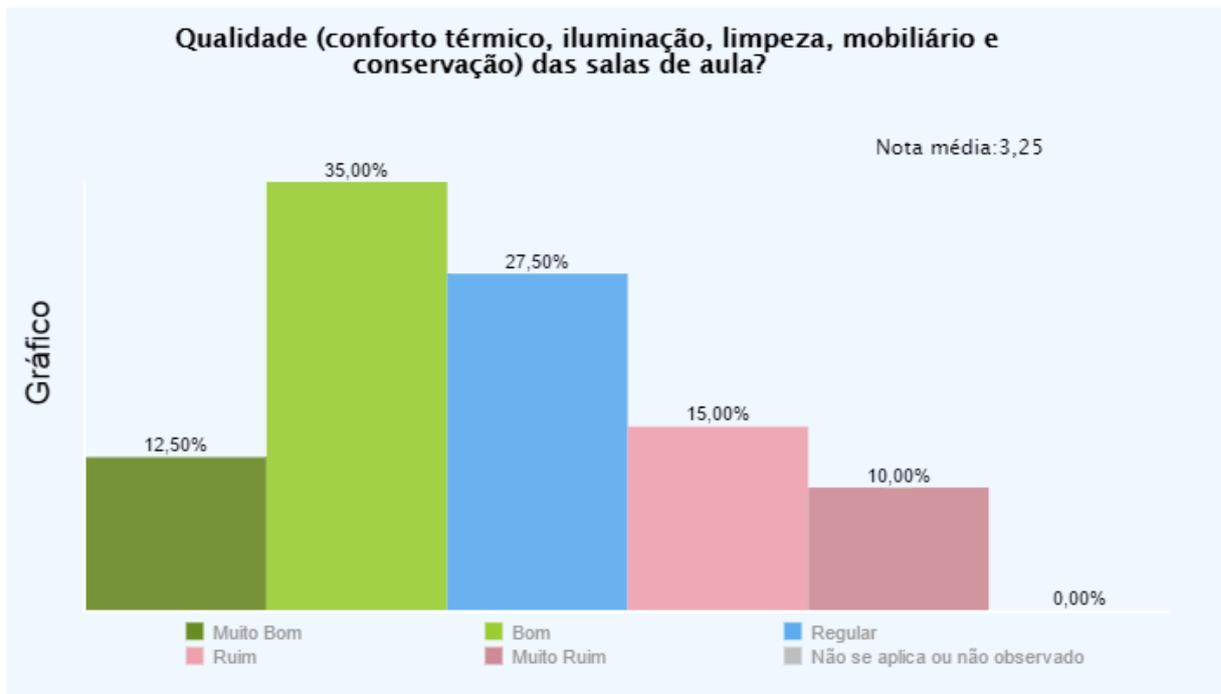
- a) Qualidade e funcionamento das instalações dos laboratórios, unidades de aulas práticas (e transporte a elas)?



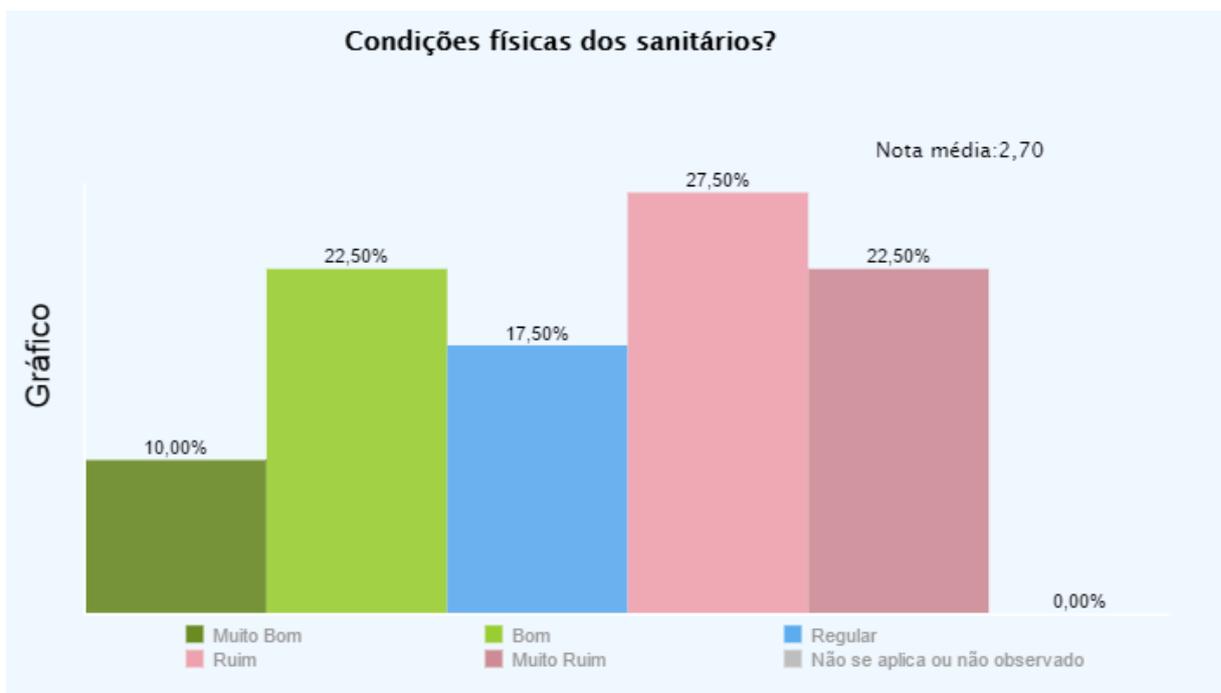
b) Recursos computacionais (laboratórios/unidades de aulas práticas, equipamentos, sistemas e Internet)?



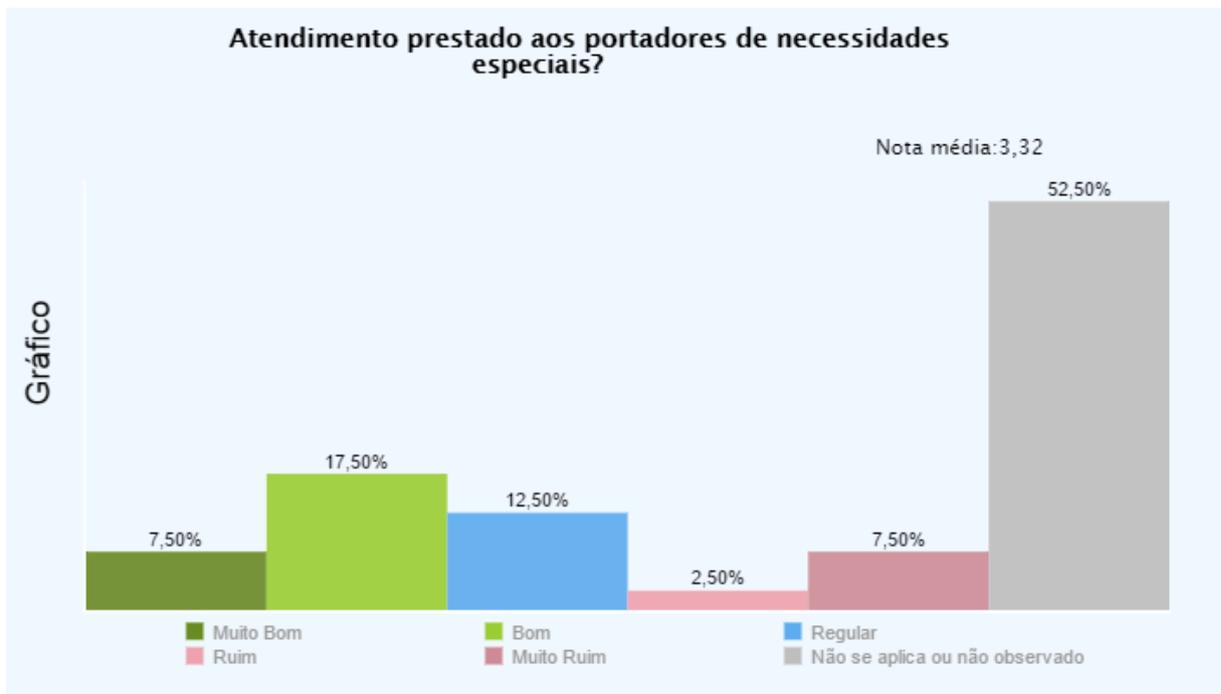
c) Qualidade (conforto térmico, iluminação, limpeza, mobiliário e conservação) das salas de aula?



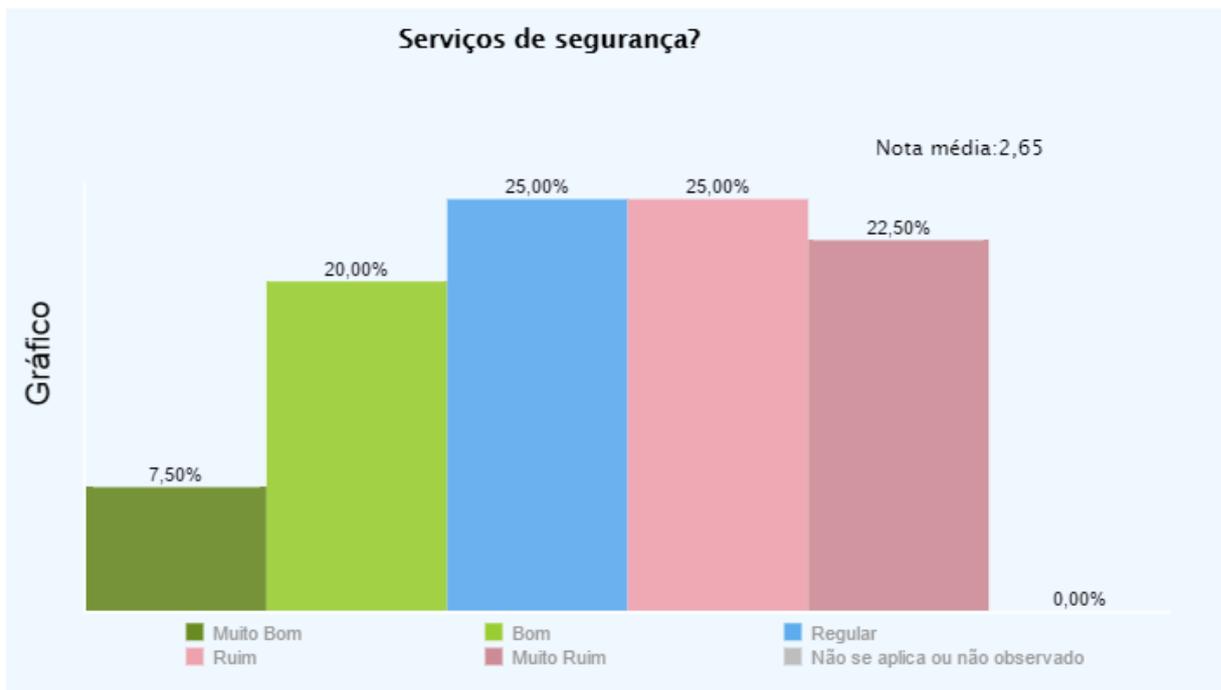
d) Condições físicas dos sanitários?



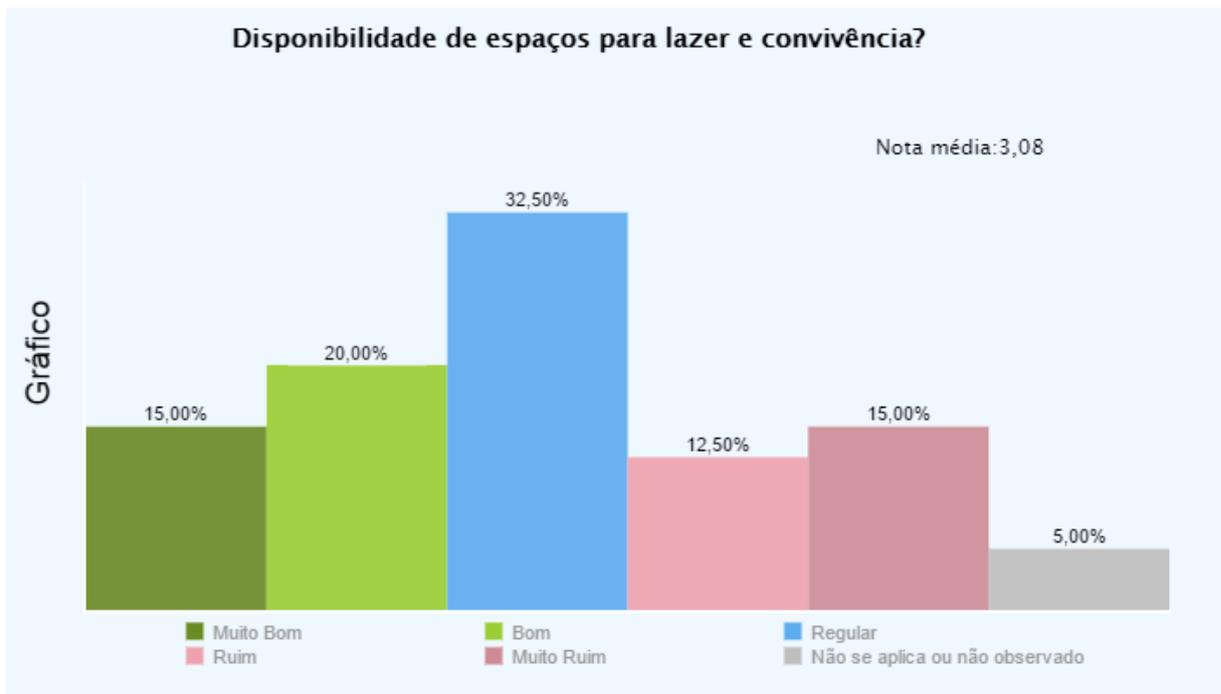
e) Atendimento prestado aos portadores de necessidades especiais?



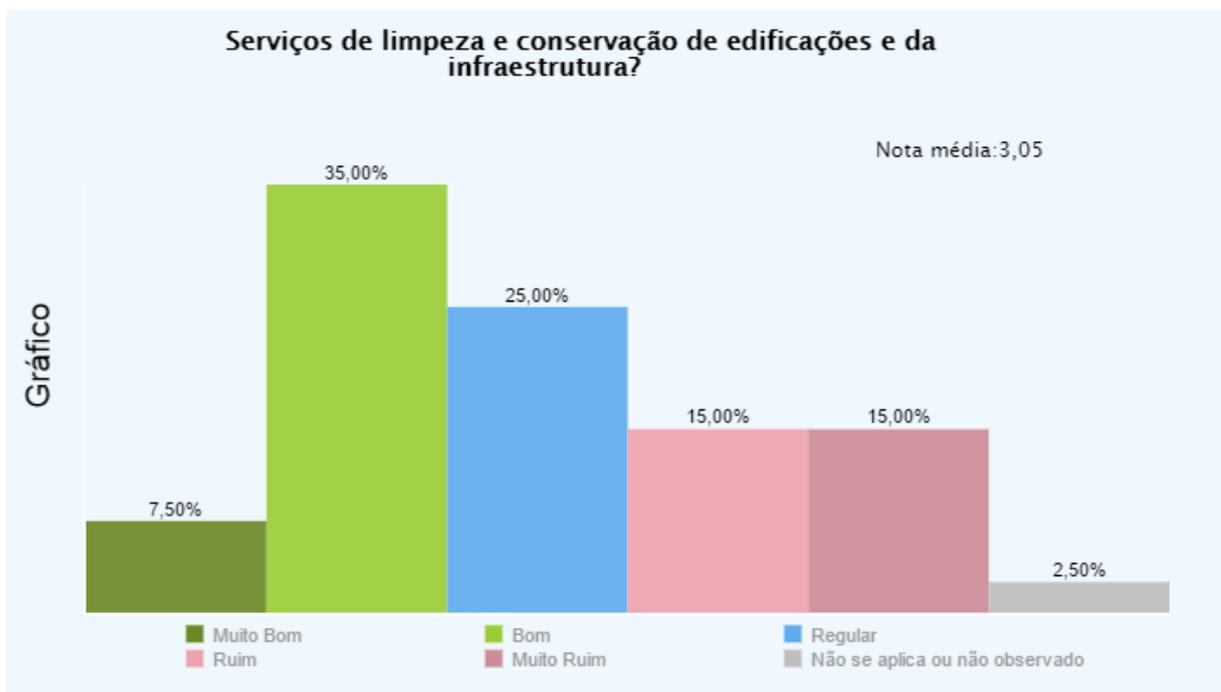
f) Serviços de segurança?



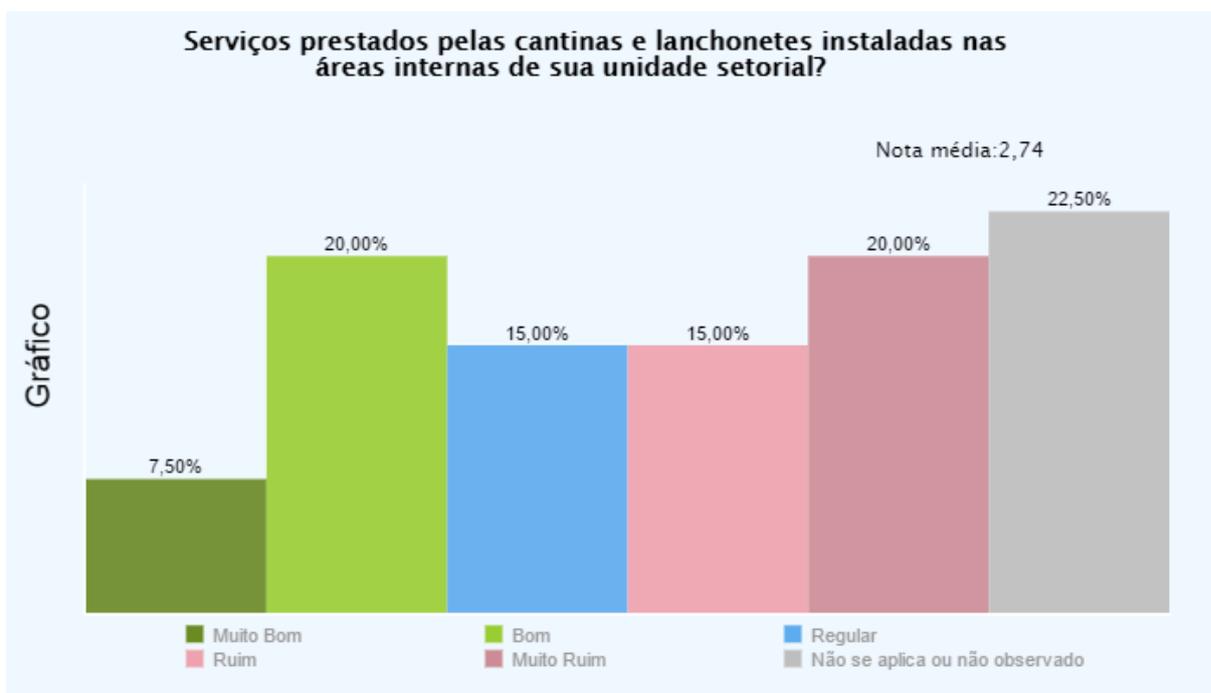
g) Disponibilidade de espaços para lazer e convivência?



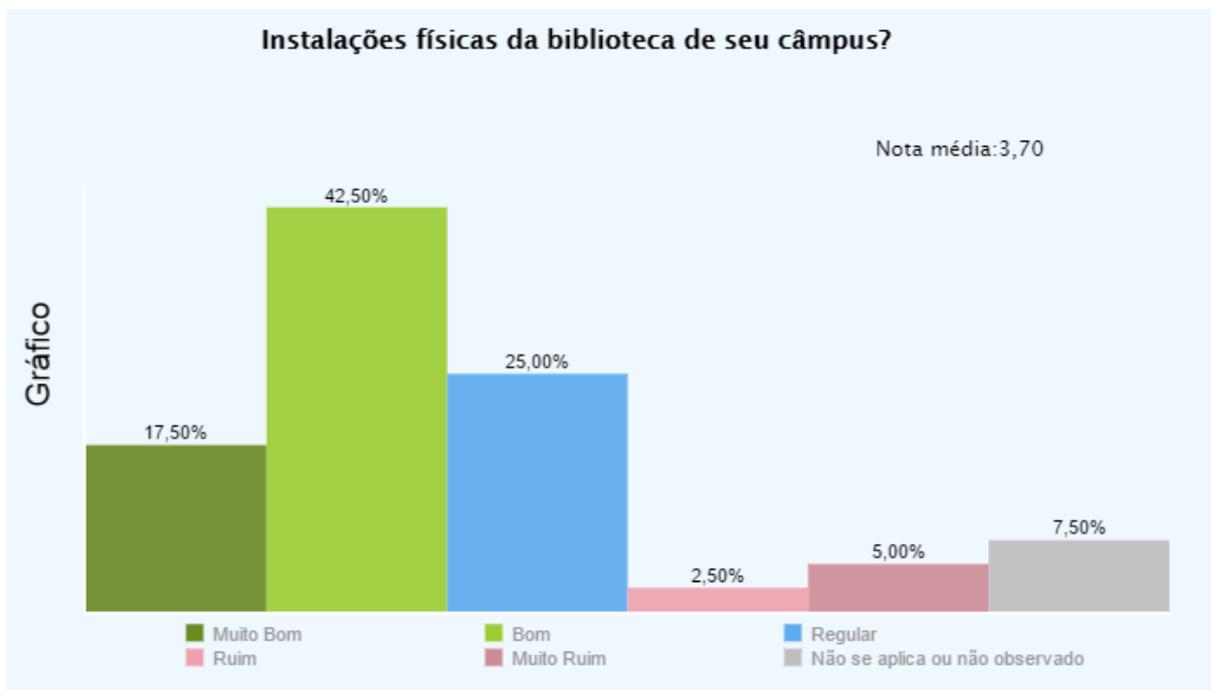
h) Serviços de limpeza e conservação de edificações e da infraestrutura?



- i) Serviços prestados pelas cantinas e lanchonetes instaladas nas áreas internas de sua unidade setorial?



- j) Instalações físicas da biblioteca de seu câmpus?



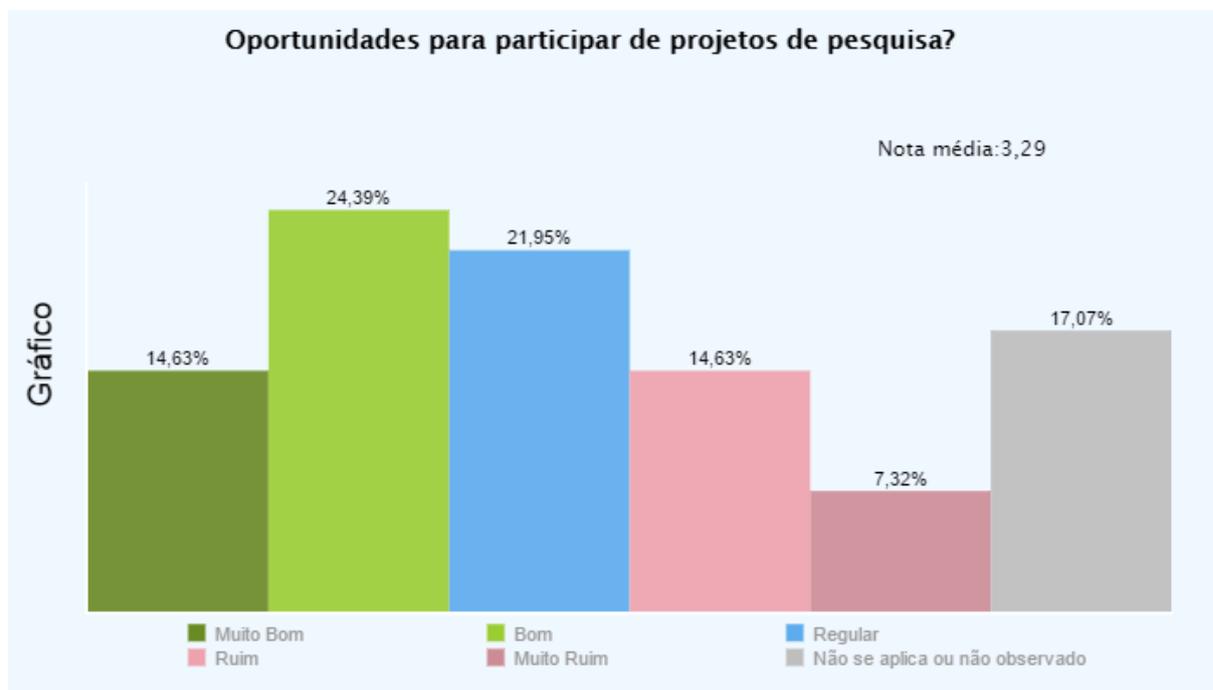
Os resultados são apresentados nas figuras anteriores (enumerar figuras), onde verificamos que, pela questão 1 os alunos necessitam de mais espaço para lazer/convivência. Pela questão 4, notamos que os discentes necessitam de locais mais adequados para alimentação, tal como cantinas e lanchonetes. A FADIR não possui lanchonete em sua área interna, e as lanchonetes localizadas nas proximidades são insuficientes em questão de quantidade e qualidade. Apesar de o Restaurante Universitário oferecer o almoço aos acadêmicos, em outros horários as opções de locais para alimentação são limitadas, tanto para os discentes quanto para os docentes e demais funcionários da Universidade. Uma das questões mais preocupantes diz respeito a forma como os acadêmicos se sentem com relação ao quesito segurança, já que as respostas reforçam a necessidade de melhorias.

5.1.2 PESQUISA E EXTENSÃO

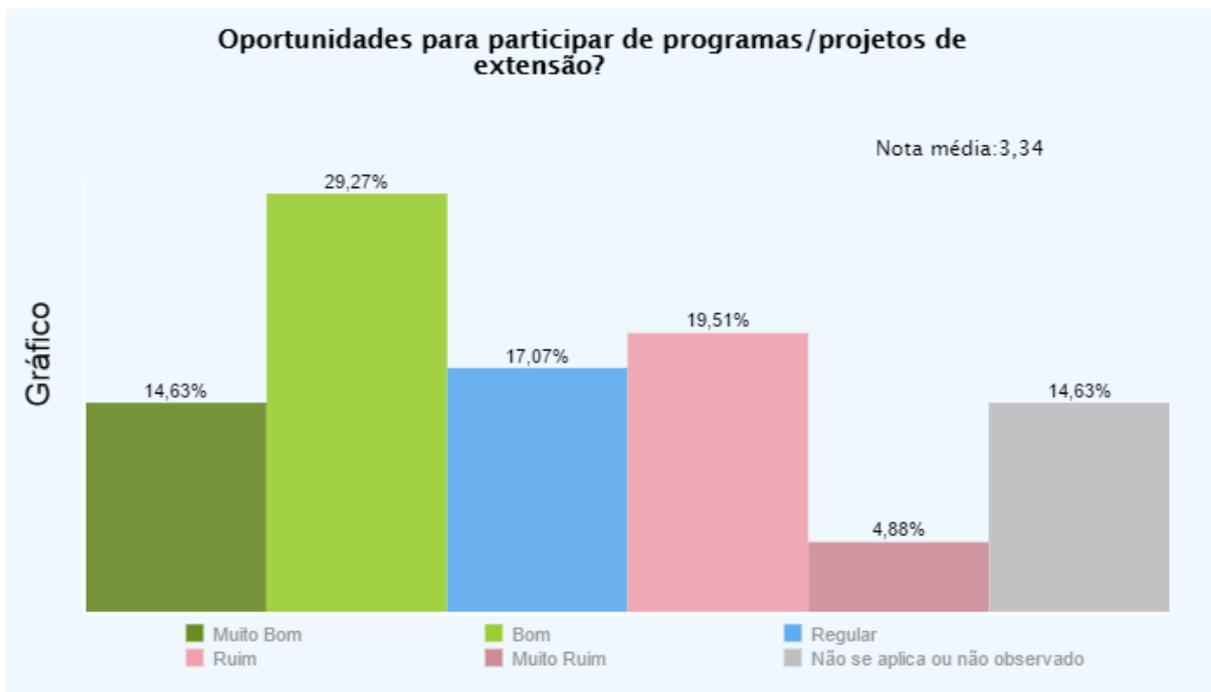
Sobre as atividades de pesquisa e extensão, os discentes da FADIR responderam as seguintes questões:

Como você avalia as atividades de pesquisa e extensão da FADIR com relação à(ao)

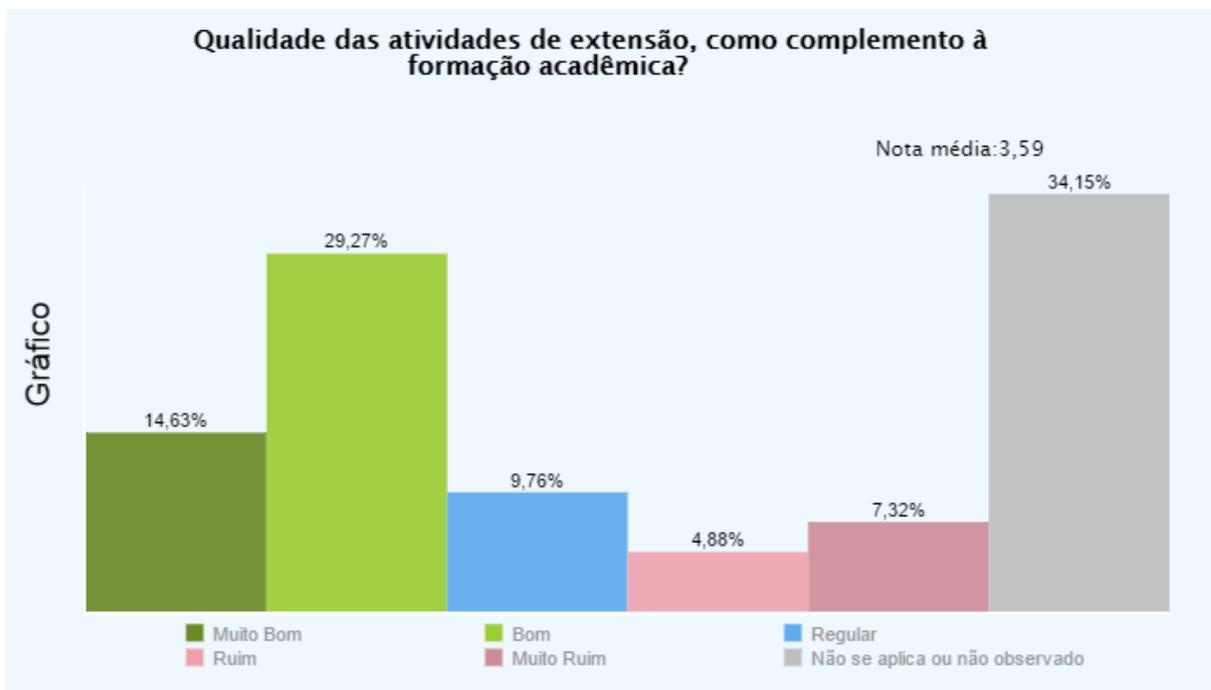
a) Oportunidades para participar de projetos de pesquisa?



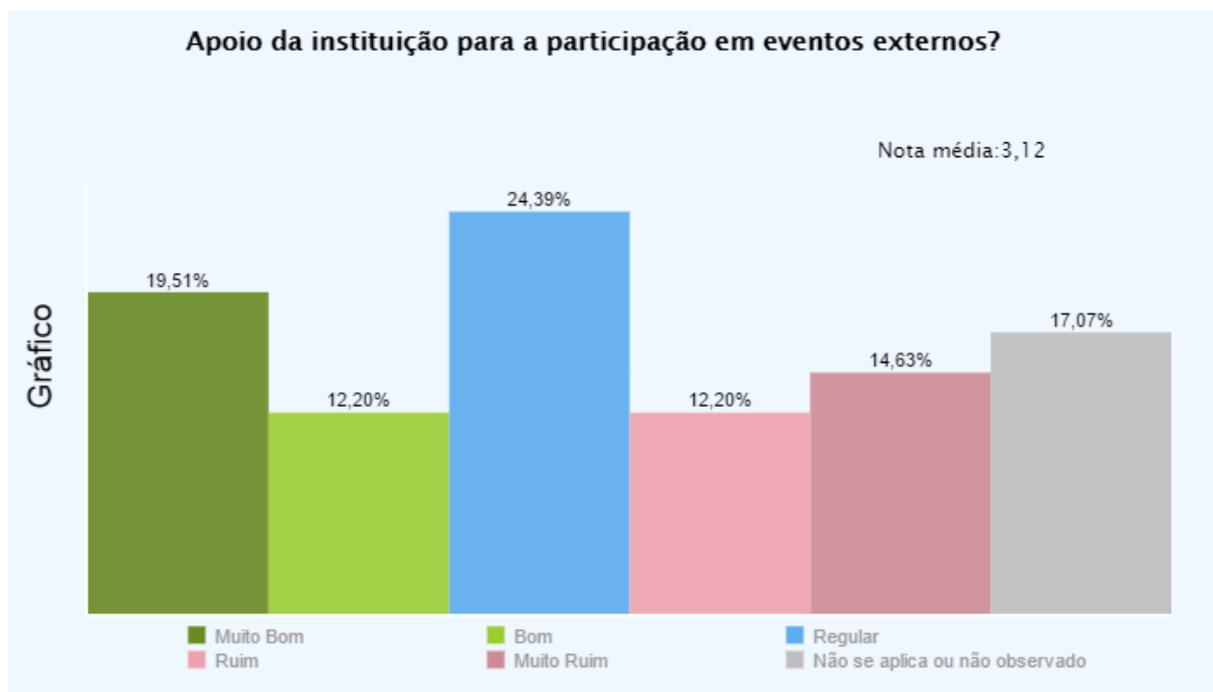
b) Oportunidades para participar de programas/projetos de extensão?



c) Qualidade das atividades de extensão, como complemento à formação acadêmica?



d) Apoio da instituição para a participação em eventos externos?

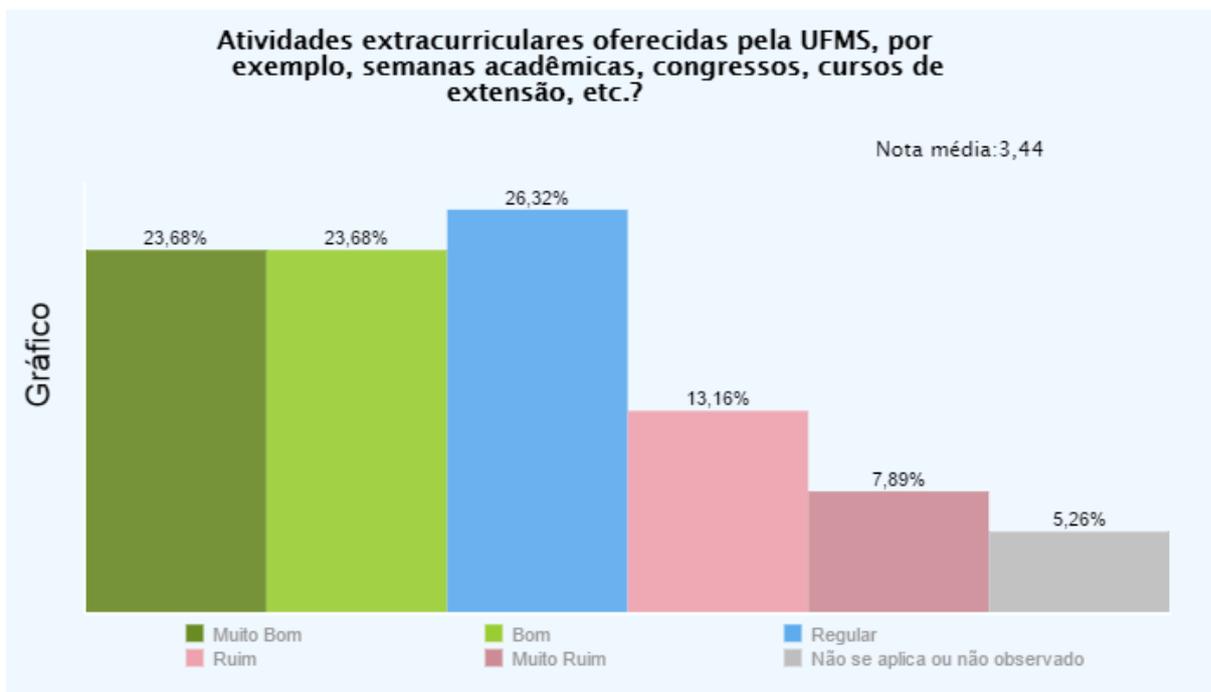


Os resultados são apresentados nas figuras acima. Podemos notar que este grupo de questões foi avaliado, em sua maior parte, de bom a regular. Na parte de pesquisa, os alunos de graduação têm a possibilidade de realizar as primeiras atividades como pesquisador através de programas de Iniciação Científica.

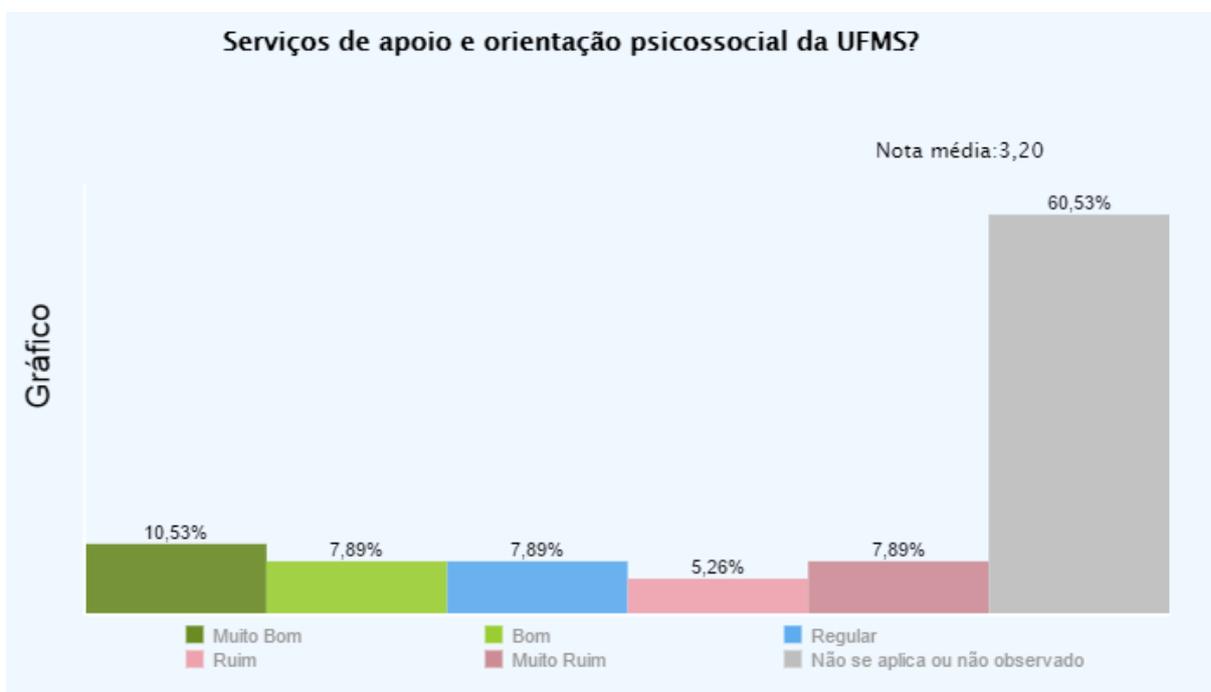
5.1.3 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

As políticas de atendimento aos discentes foram avaliadas de acordo com as questões:

- a) Atividades extracurriculares oferecidas pela UFMS, por exemplo, semanas acadêmicas, congressos, cursos de extensão, etc.?



b) Serviços de apoio e orientação psicossocial da UFMS?

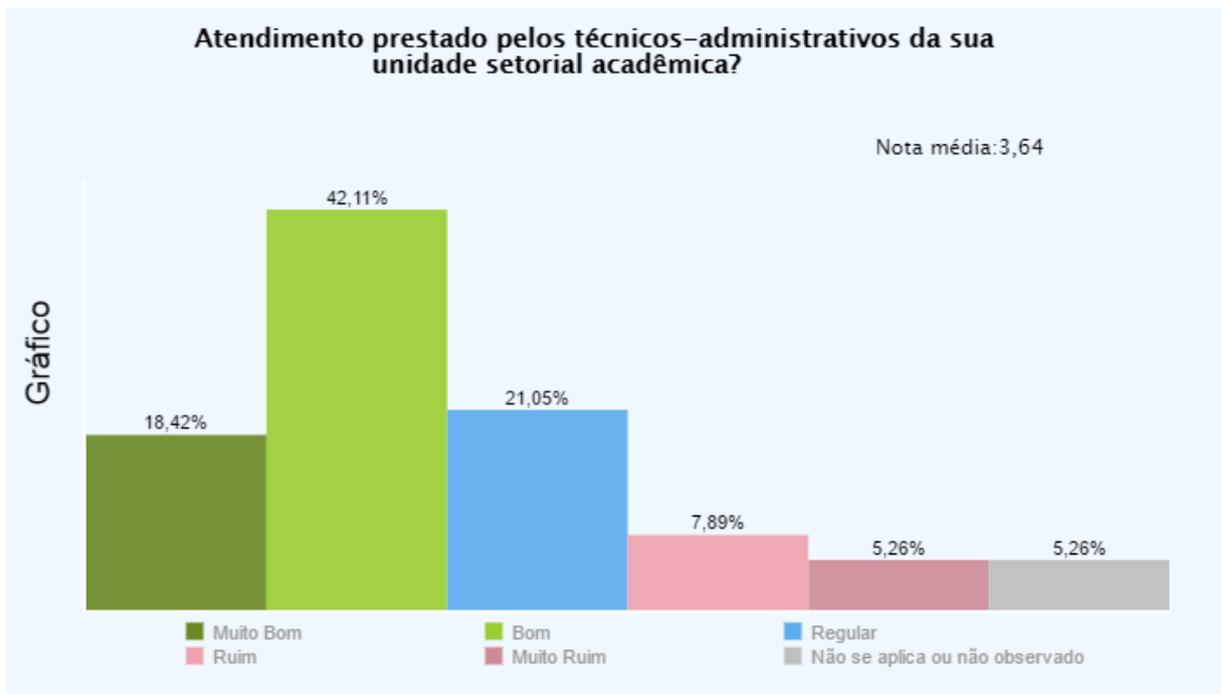


Como podemos ver nas figuras acima, grande parte dos discentes avaliam as atividades extracurriculares como Bom ou Regular.

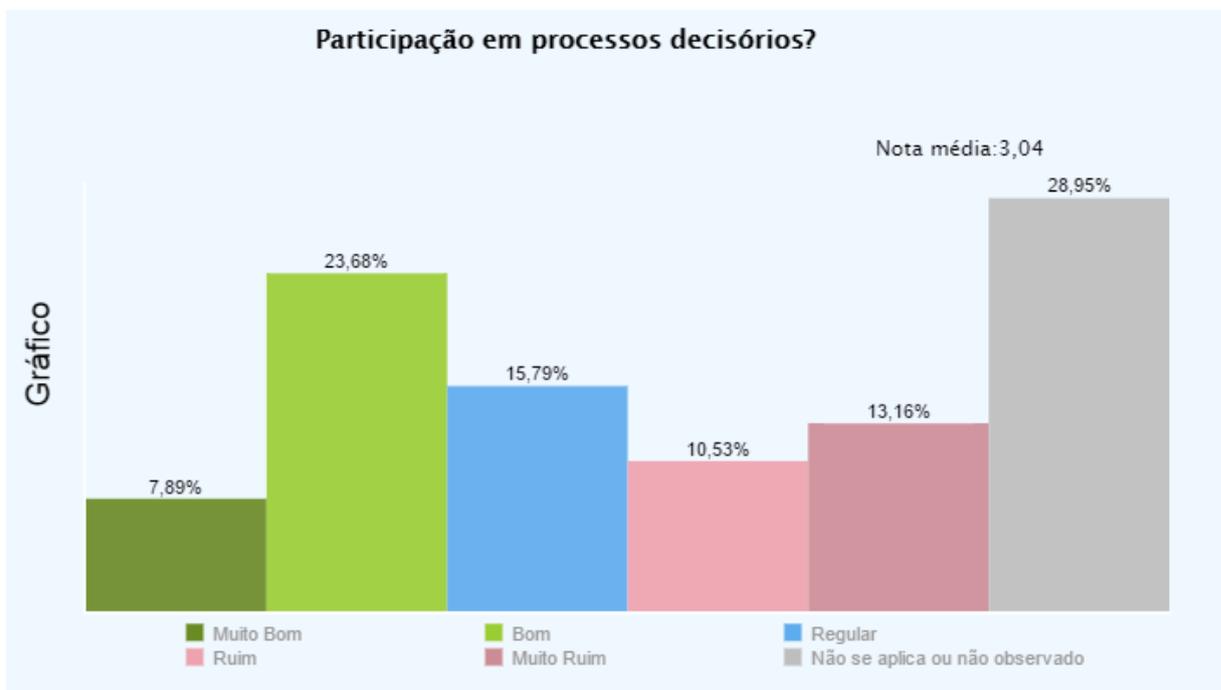
5.1.4 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO

A organização e gestão da FADIR foi avaliada pelos discentes que responderam as seguintes questões:

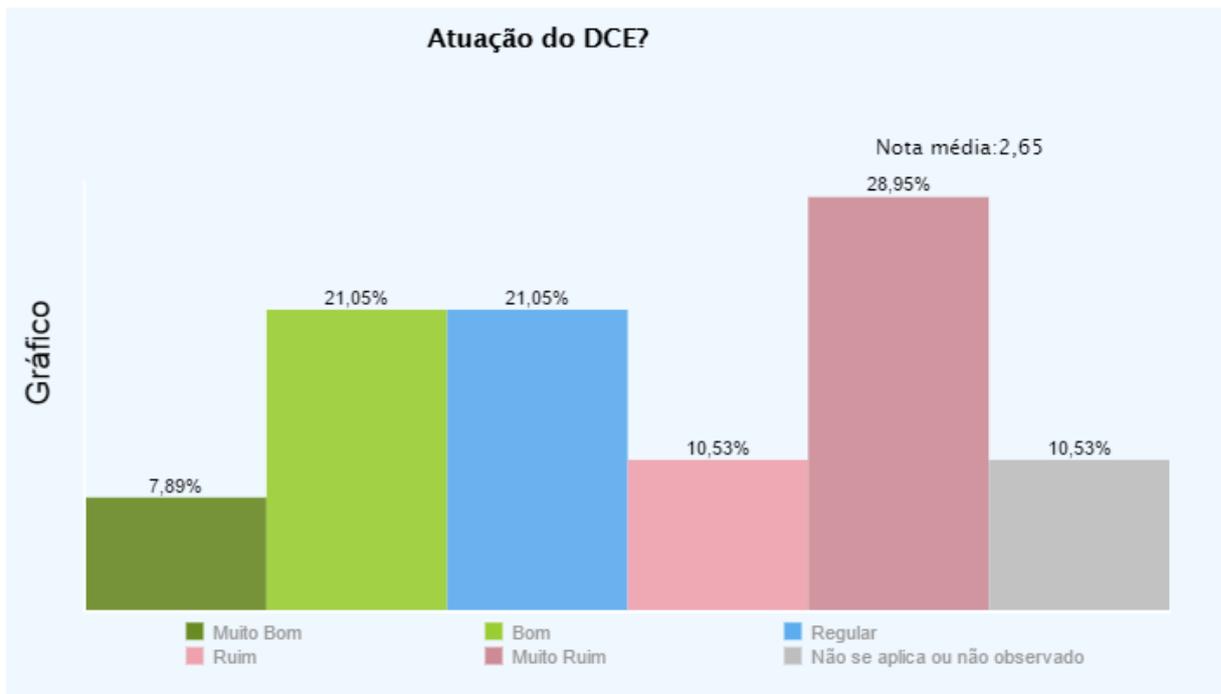
a) Atendimento prestado pelos técnicos-administrativos da sua unidade setorial acadêmica?



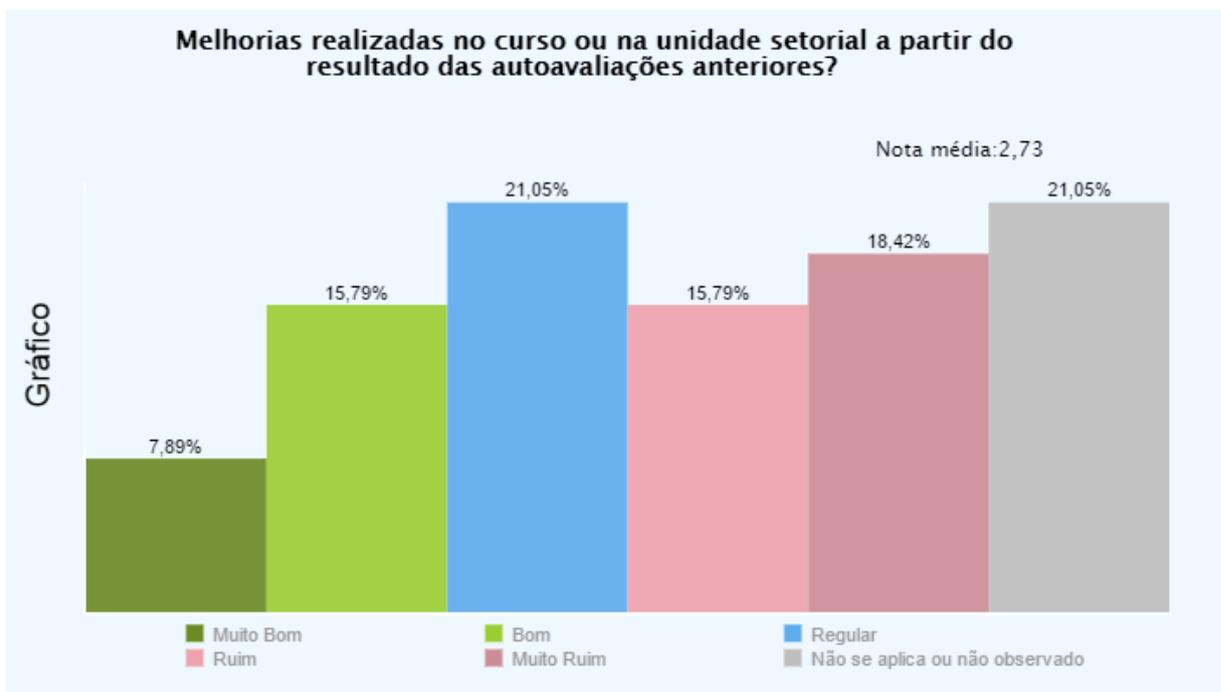
b) Participação em processos decisórios?



c) Atuação do DCE?



d) Melhorias realizadas no curso ou na unidade setorial a partir do resultado das autoavaliações anteriores?



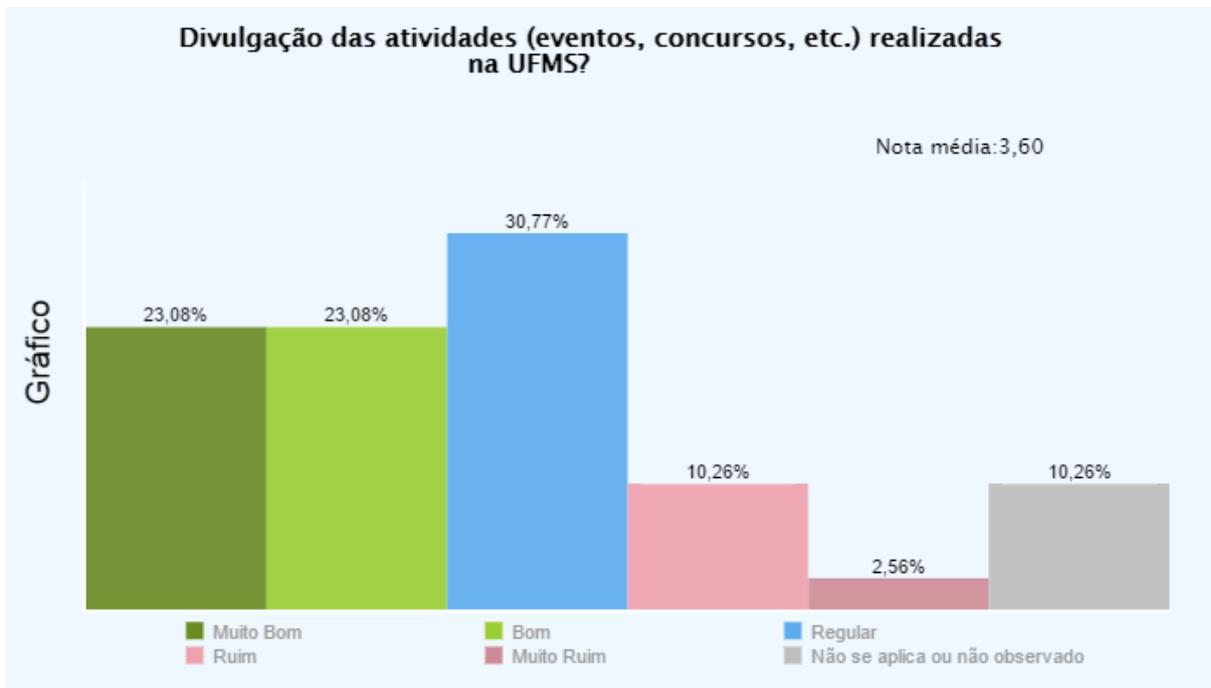
Os resultados, apresentados nas figuras acima, mostram que a atuação do DCE é, de certa maneira, insatisfatória, assim como a participação dos discentes em processos decisórios da FADIR.

5.1.5 COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

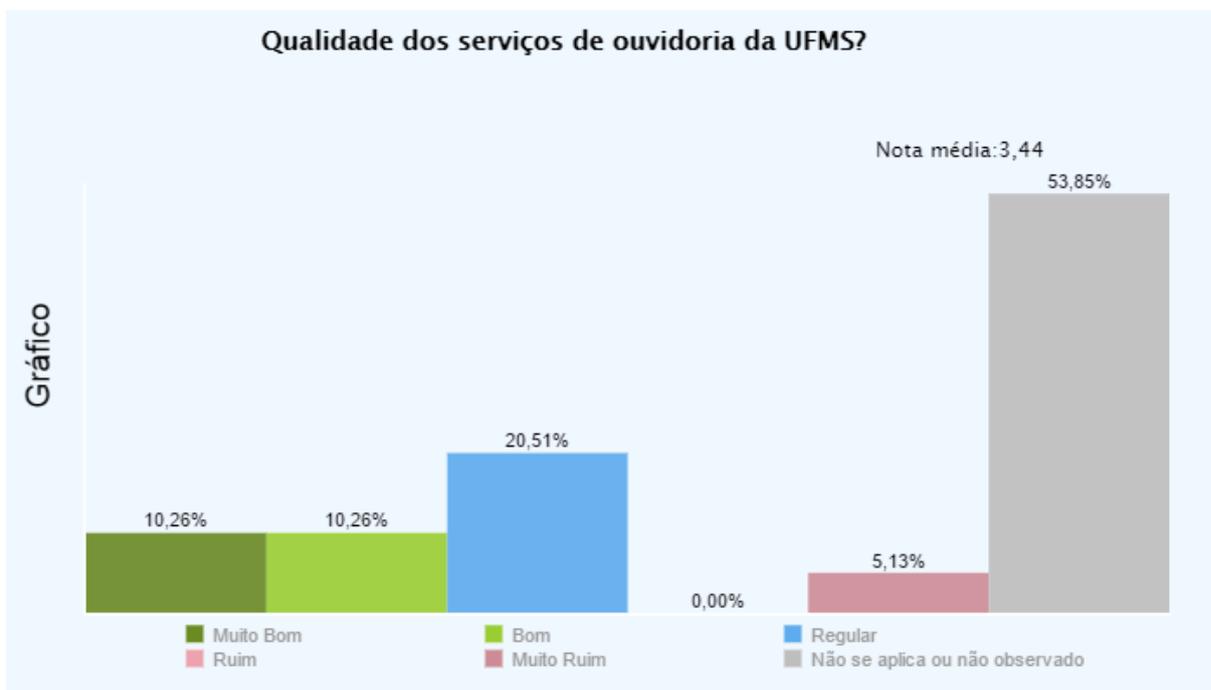
A comunicação com a sociedade por parte da FADIR foi avaliada de acordo com as questões a seguir:

Como você avalia a comunicação com a sociedade da FADIR com relação à(ao):

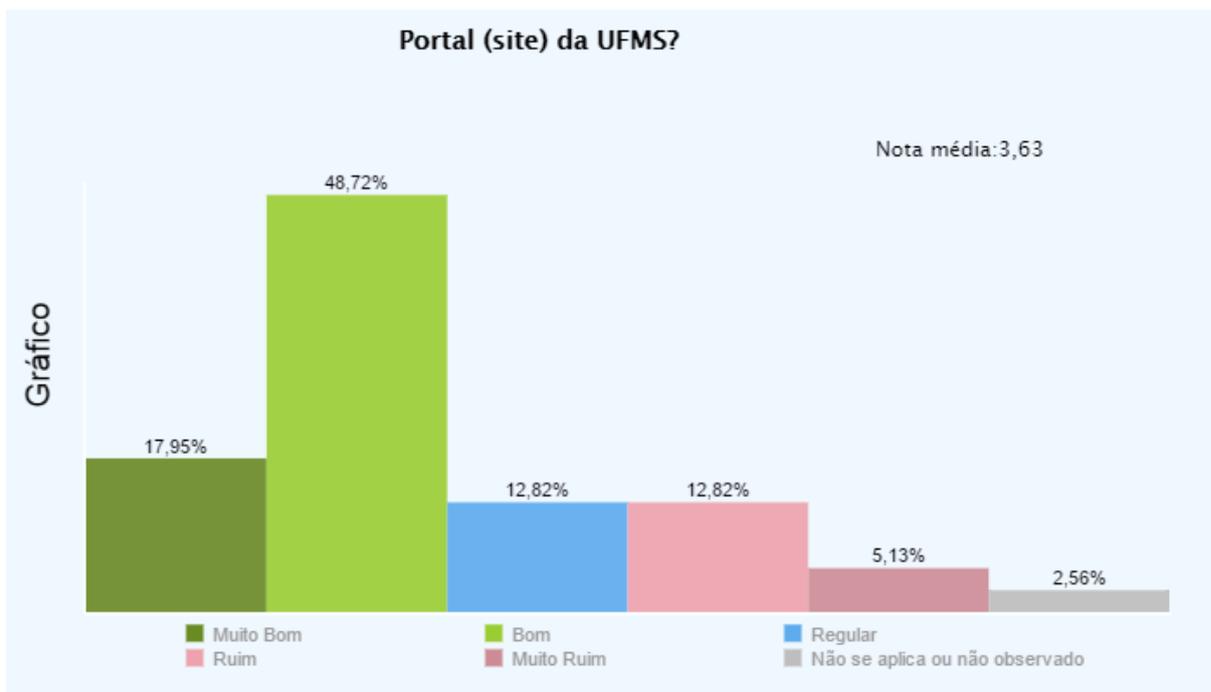
- a) Divulgação das atividades (eventos, concursos, etc.) realizadas na UFMS?



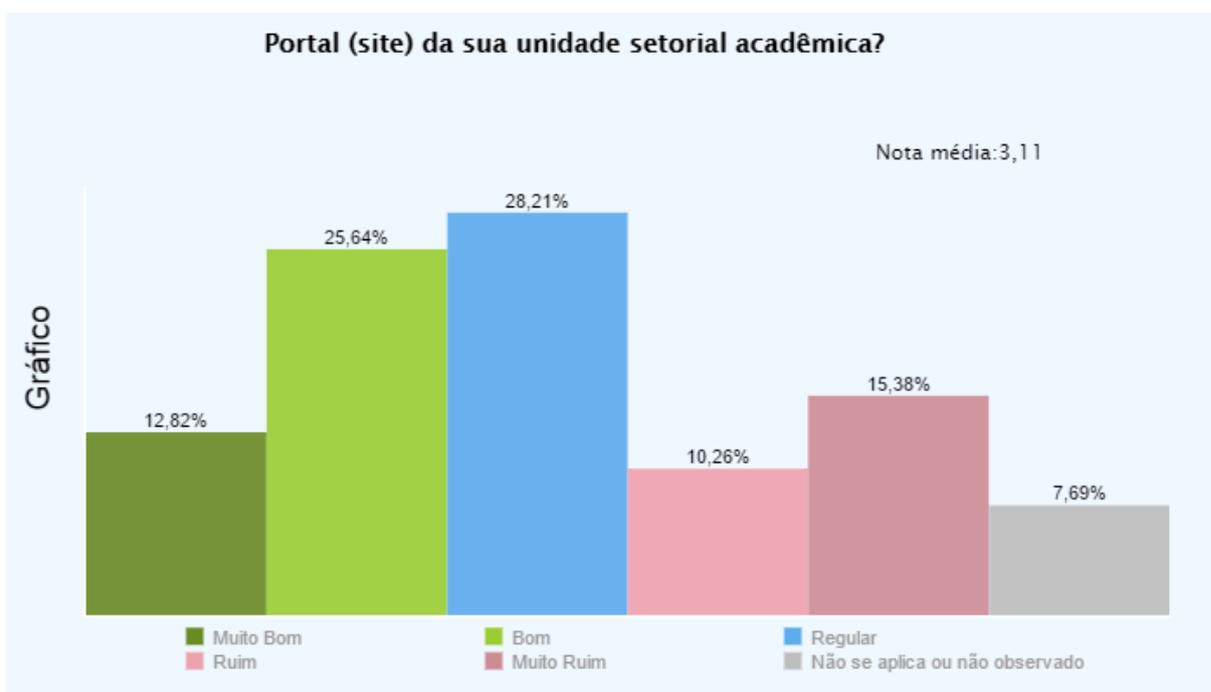
- b) Qualidade dos serviços de ouvidoria da UFMS?



- c) Portal (site) da UFMS?



d) Portal (site) da sua unidade setorial acadêmica?

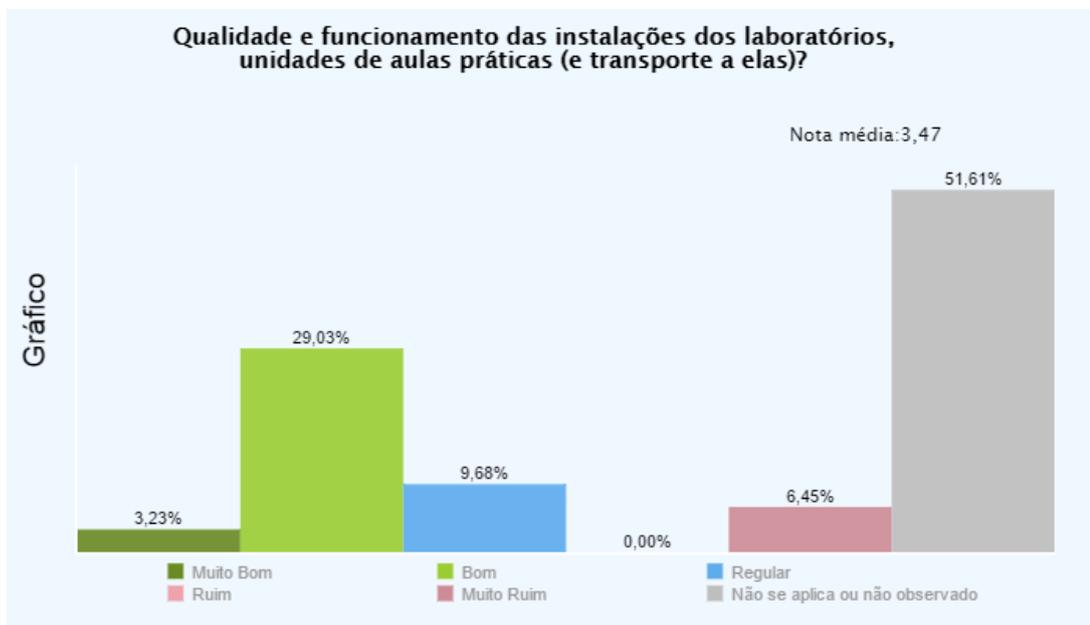


Os resultados foram apresentados nas figuras acima.

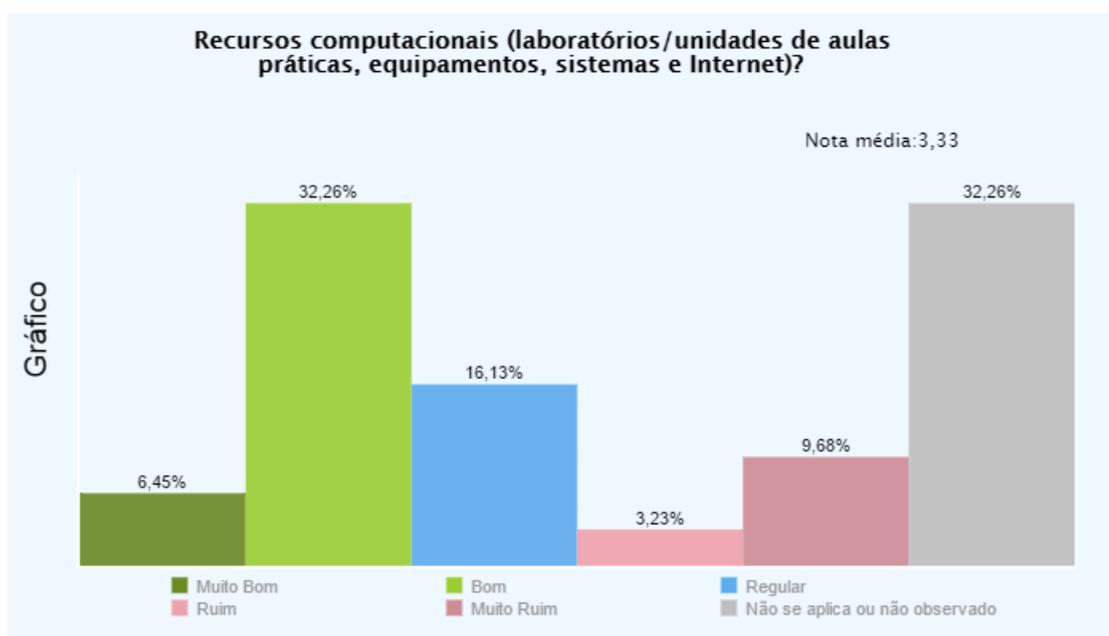
Os discentes avaliaram 05 (cinco) itens, quais sejam: Infra Estrutura, Pesquisa e Extensão, Políticas de Atendimento aos discentes, Organização e Gestão e Comunicação e Sociedade. Em cada um dos itens, desdobram-se as várias perguntas, que seguem com os resultados correspondentes, apresentados nas figuras a seguir.

5.1.6 INFRAESTRUTURA FÍSICA

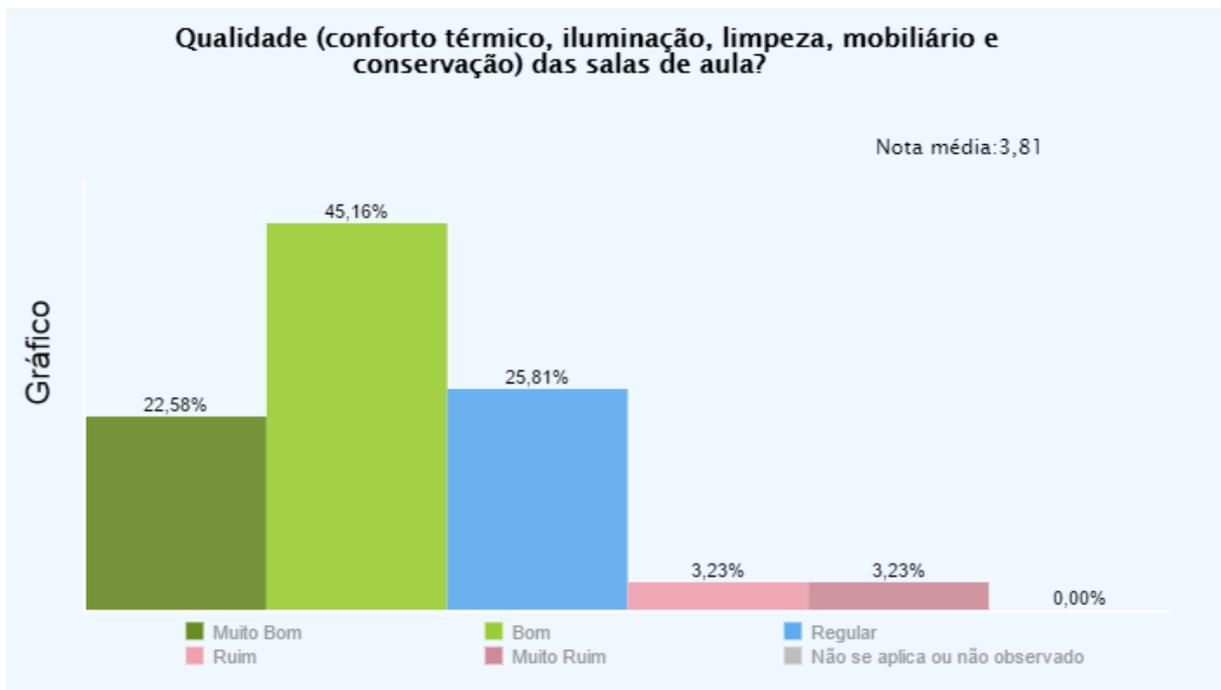
- a) Qualidade e funcionamento das instalações dos laboratórios, unidades de aulas práticas (e transporte a elas)?



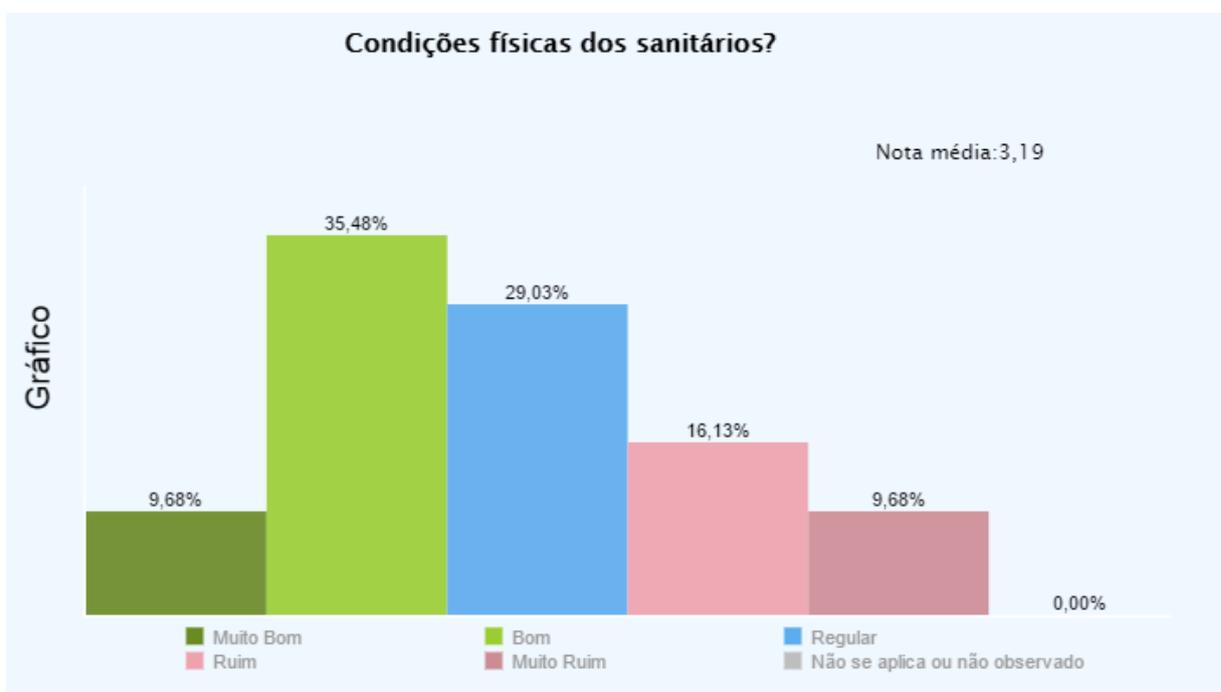
- b) Recursos computacionais (laboratórios/unidades de aulas práticas, equipamentos, sistemas e Internet)?



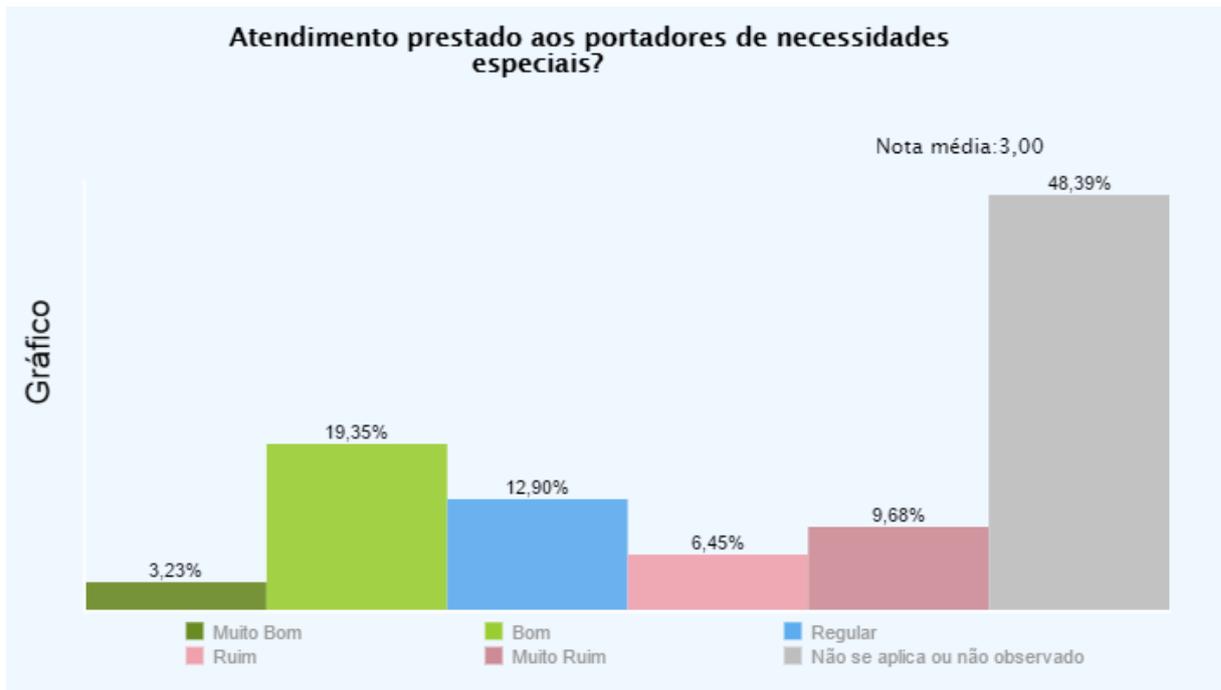
c) Qualidade (conforto térmico, iluminação, limpeza, mobiliário e conservação) das salas de aula?



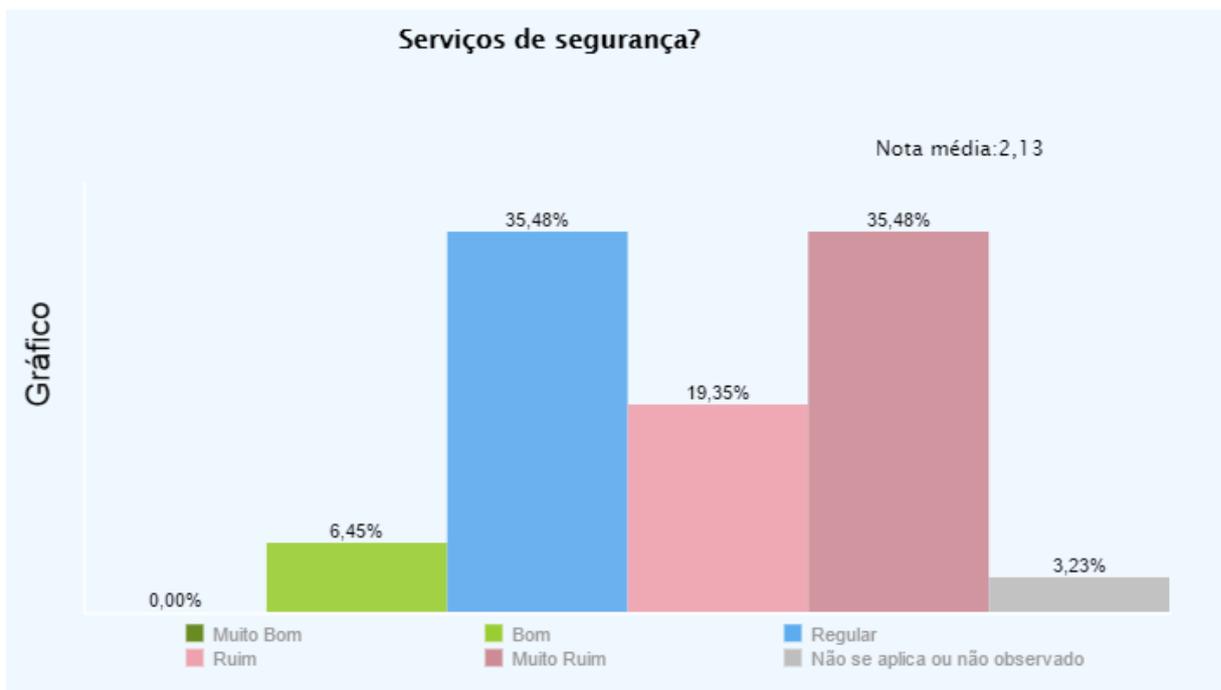
d) Condições físicas dos sanitários?



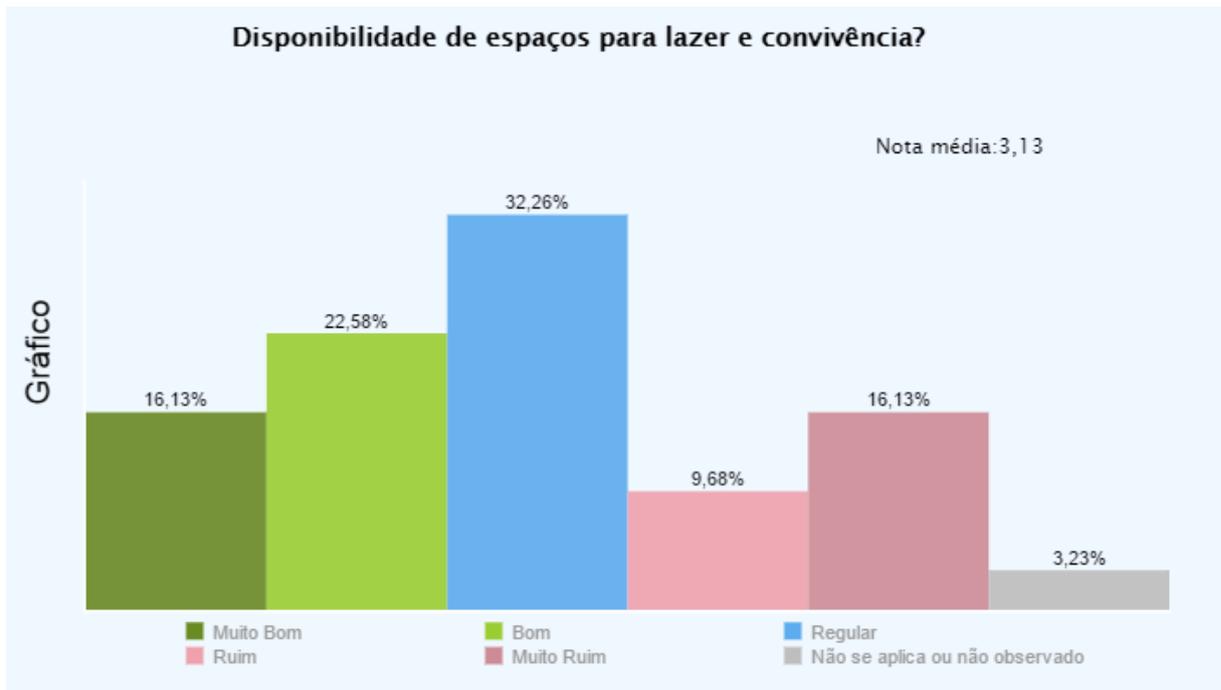
e) Atendimento prestado aos portadores de necessidades especiais?



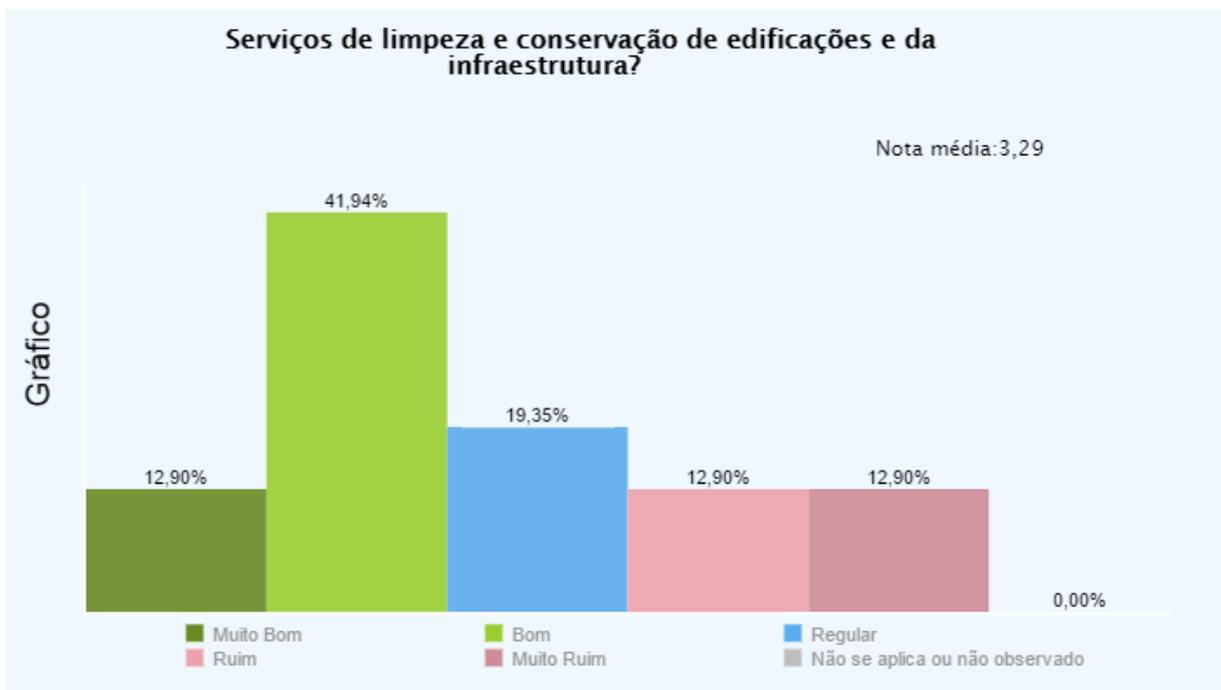
f) Serviços de segurança?



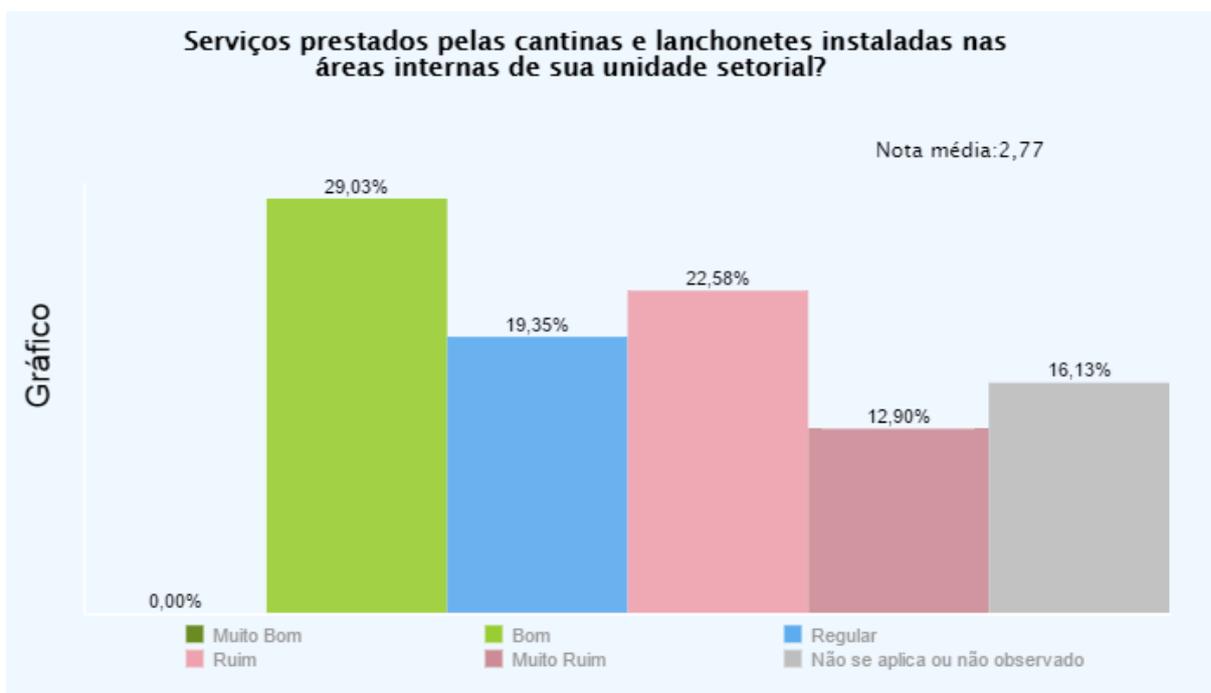
g) Disponibilidade de espaços para lazer e convivência?



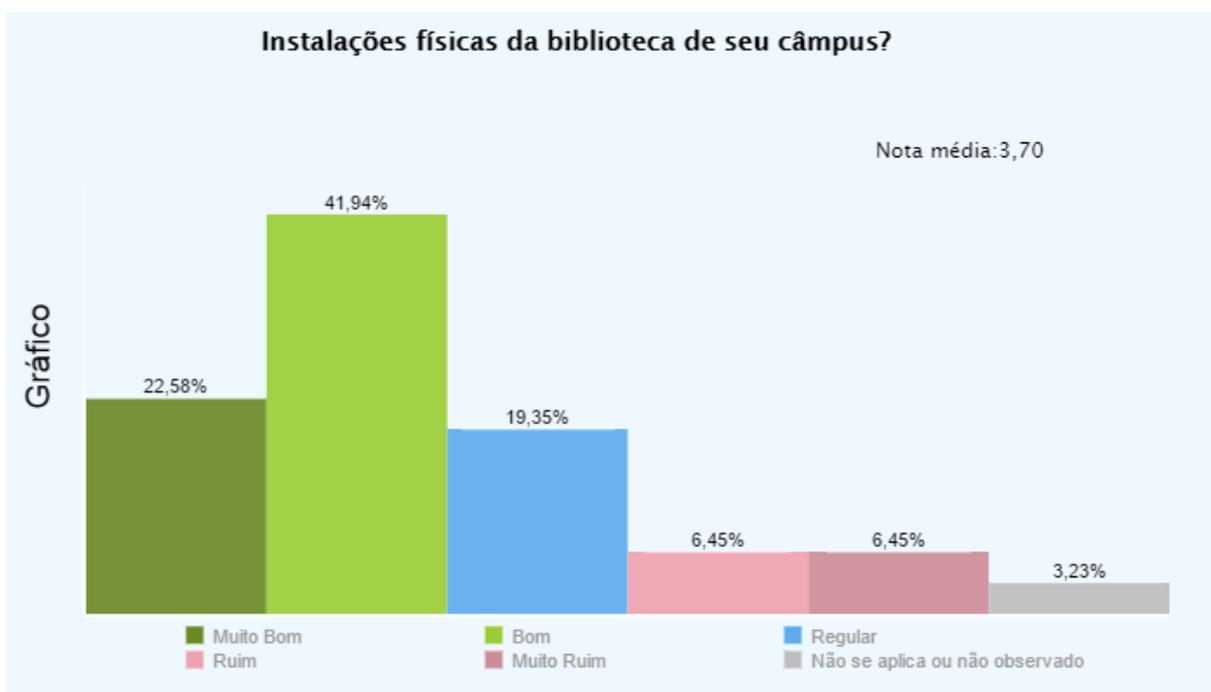
h) Serviços de limpeza e conservação de edificações e da infraestrutura?



- i) Serviços prestados pelas cantinas e lanchonetes instaladas nas áreas internas de sua unidade setorial?

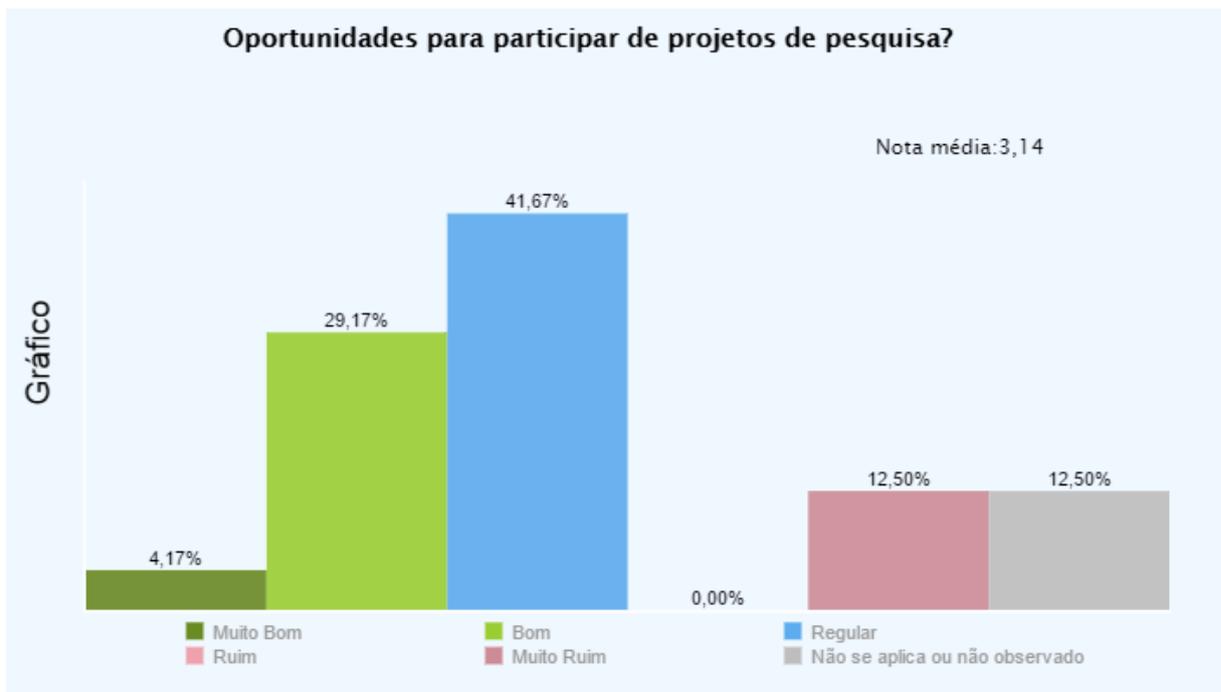


- j) Instalações físicas da biblioteca de seu câmpus?

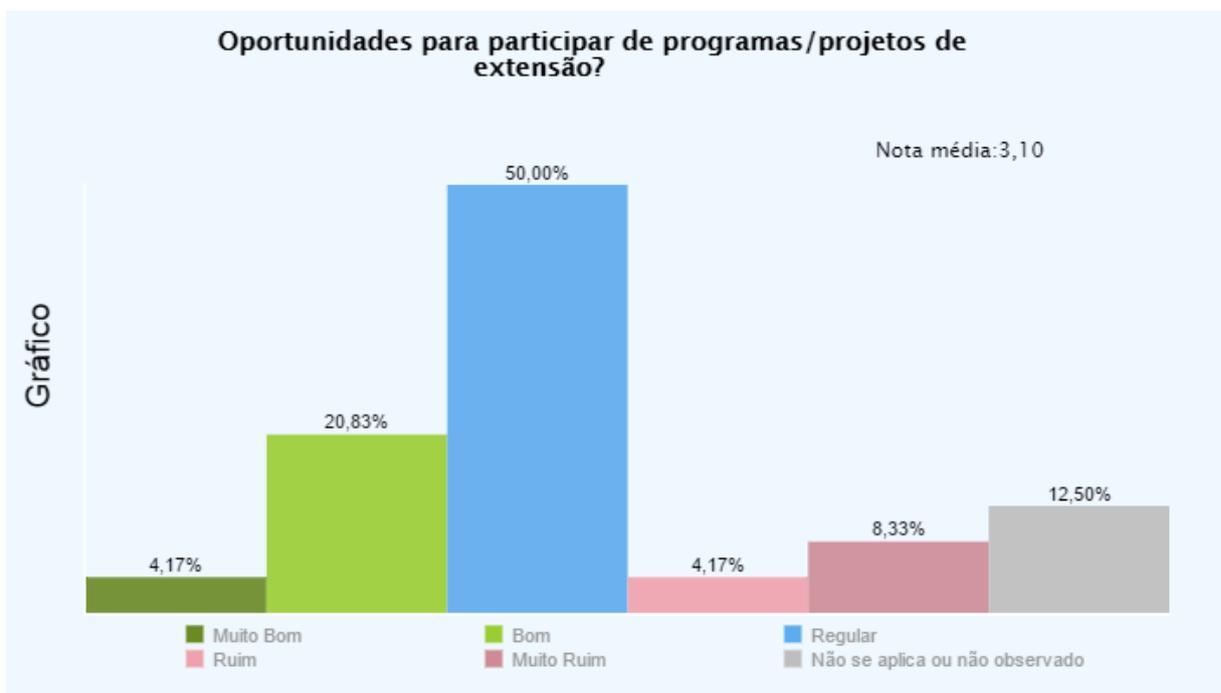


5.1.7 PESQUISA E EXTENSÃO

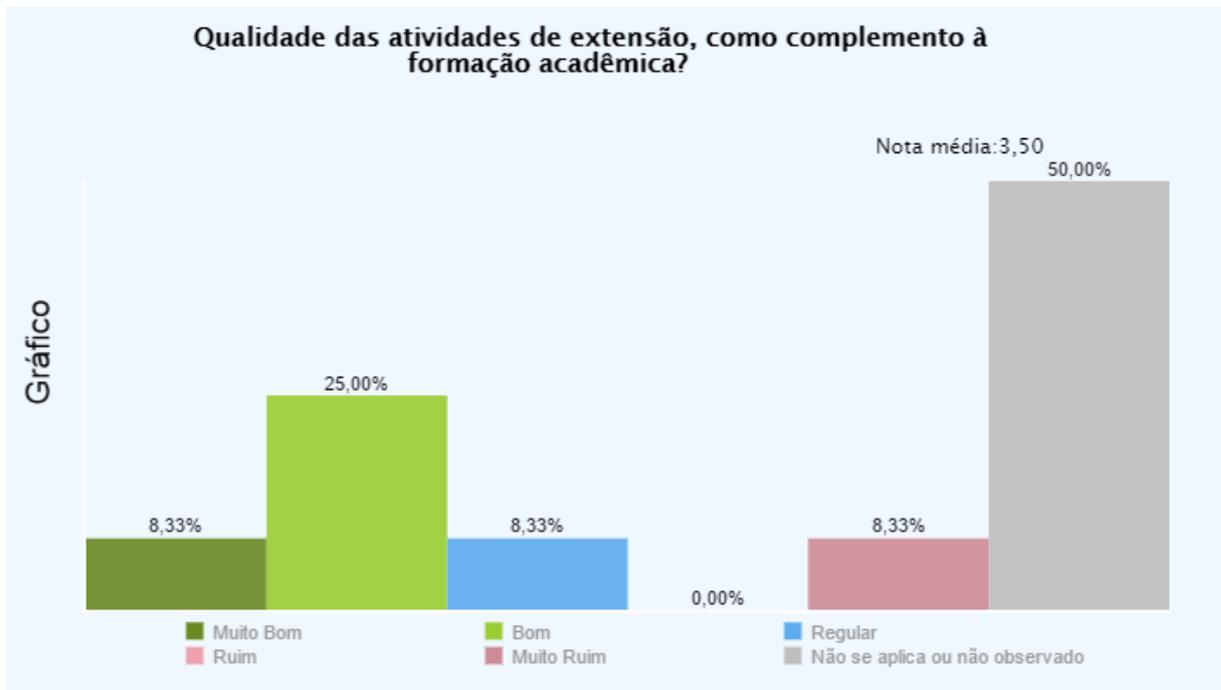
a) Oportunidades para participar de projetos de pesquisa?



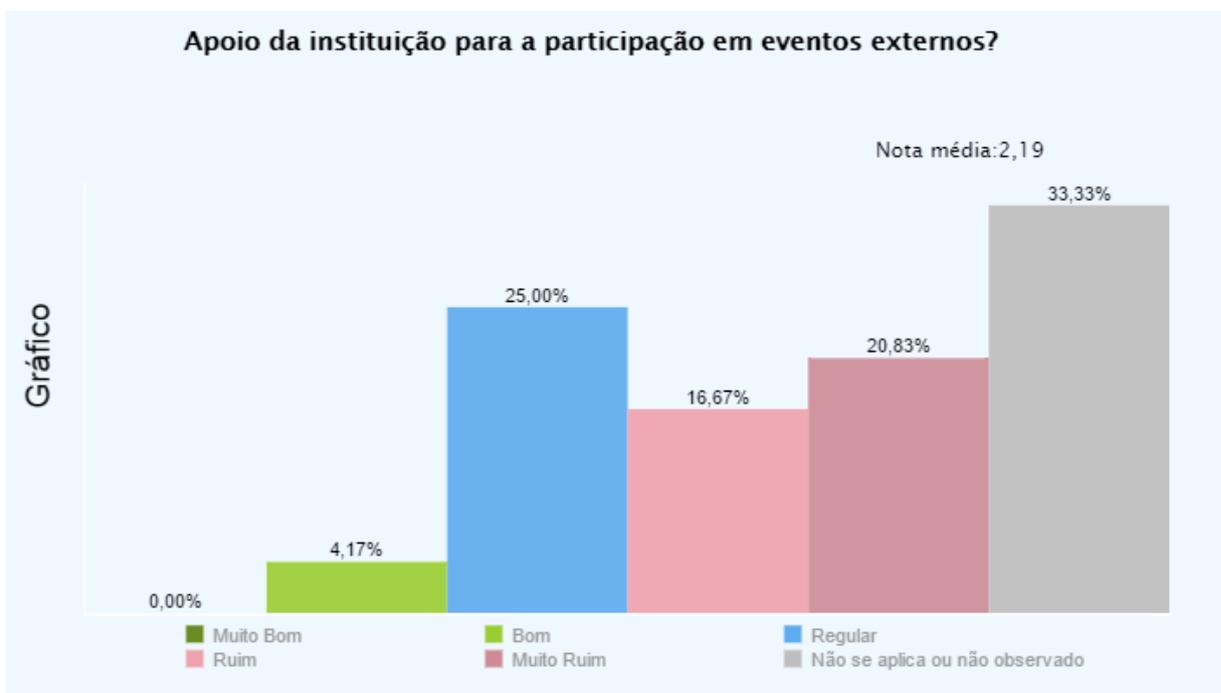
b) Oportunidades para participar de programas/projetos de extensão?



c) Qualidade das atividades de extensão, como complemento à formação acadêmica?

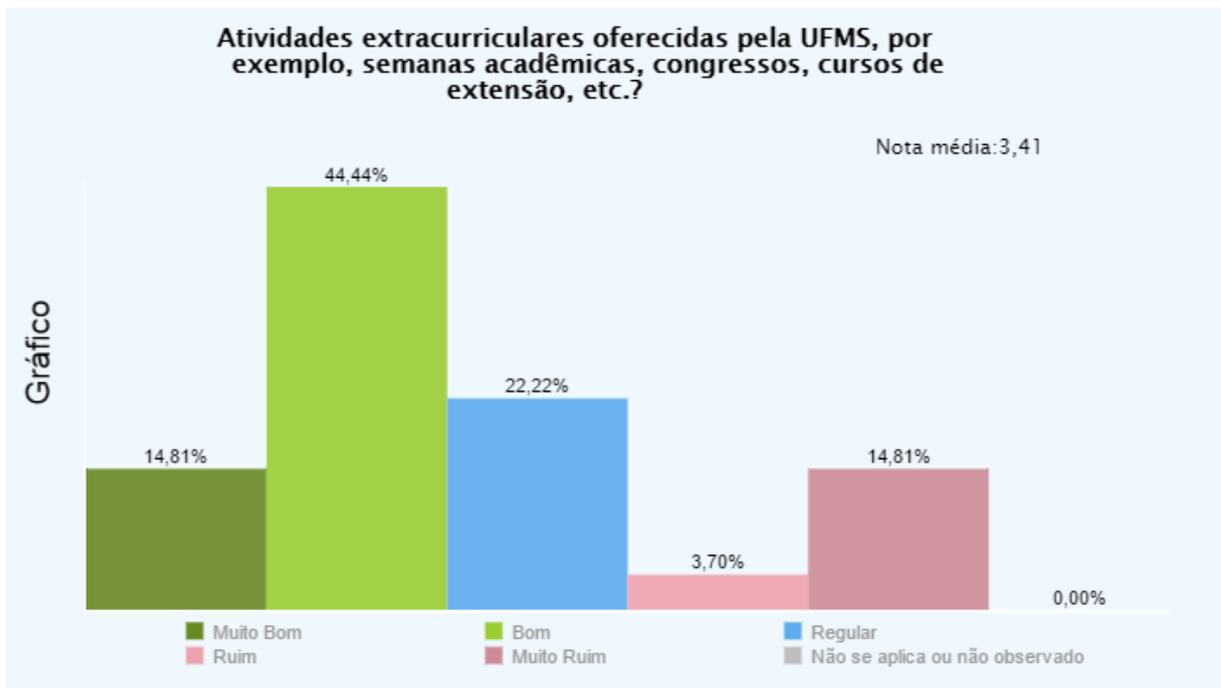


d) Apoio da instituição para a participação em eventos externos?

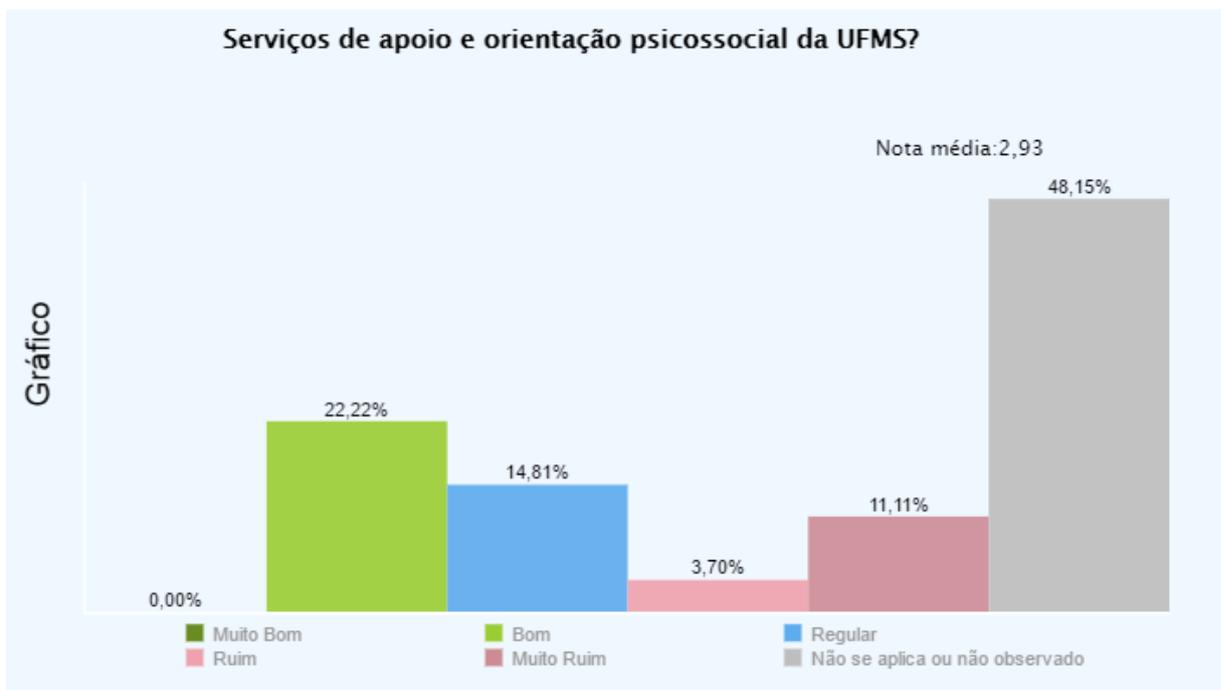


5.1.8 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

- a) Atividades extracurriculares oferecidas pela UFMS, por exemplo, semanas acadêmicas, congressos, cursos de extensão, etc.?

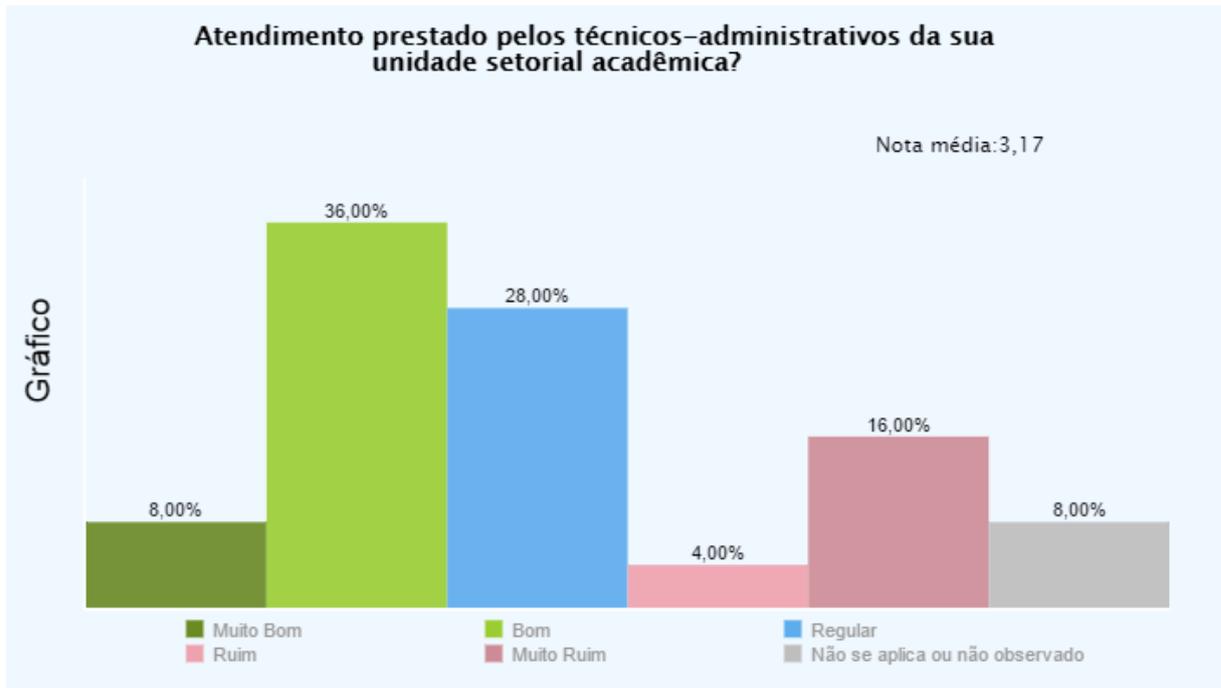


- b) Serviços de apoio e orientação psicossocial da UFMS?

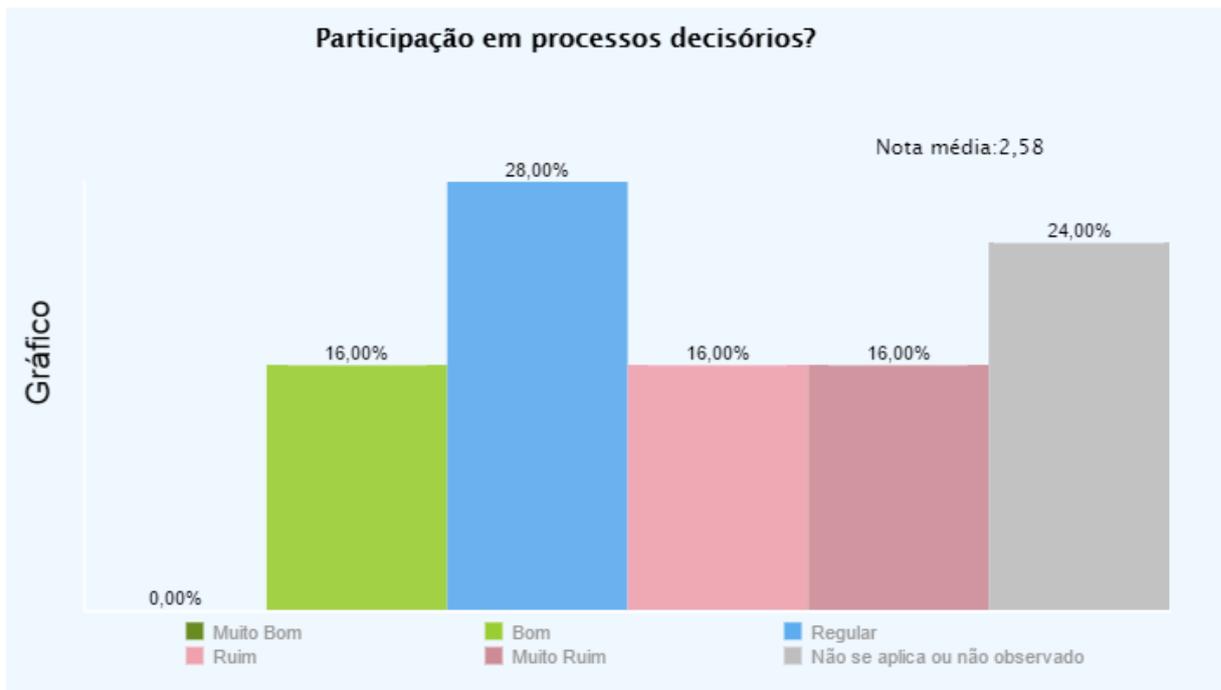


5.1.9 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO

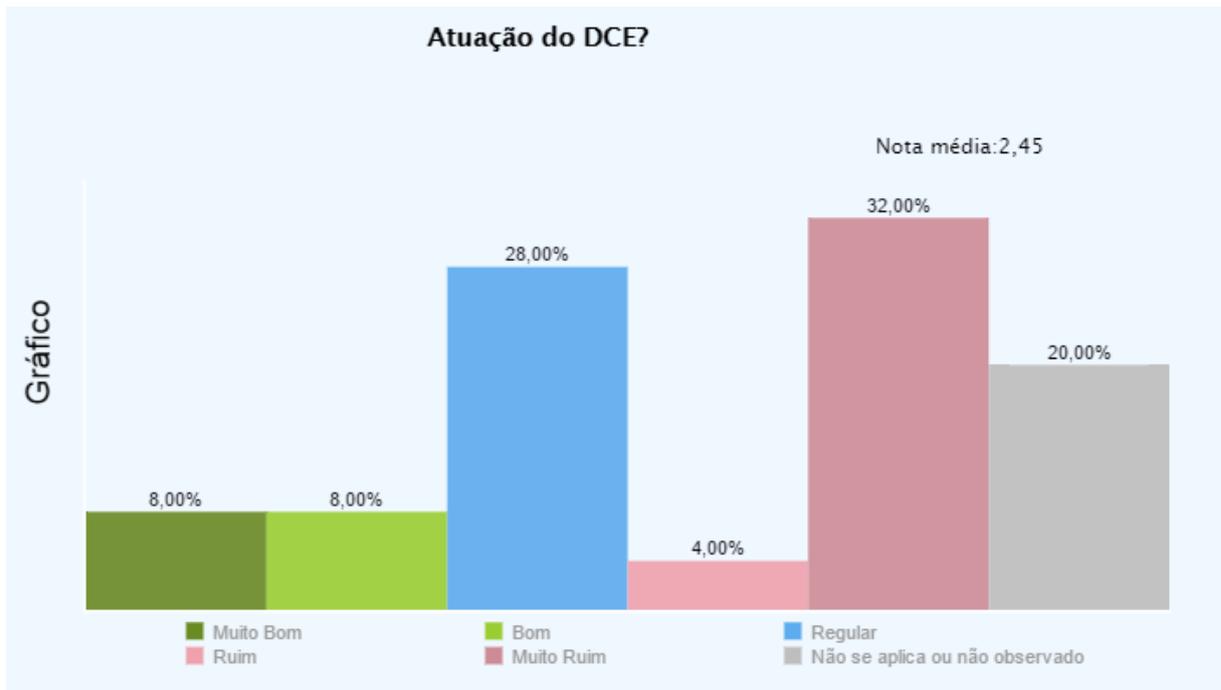
a) Atendimento prestado pelos técnicos-administrativos da sua unidade setorial acadêmica?



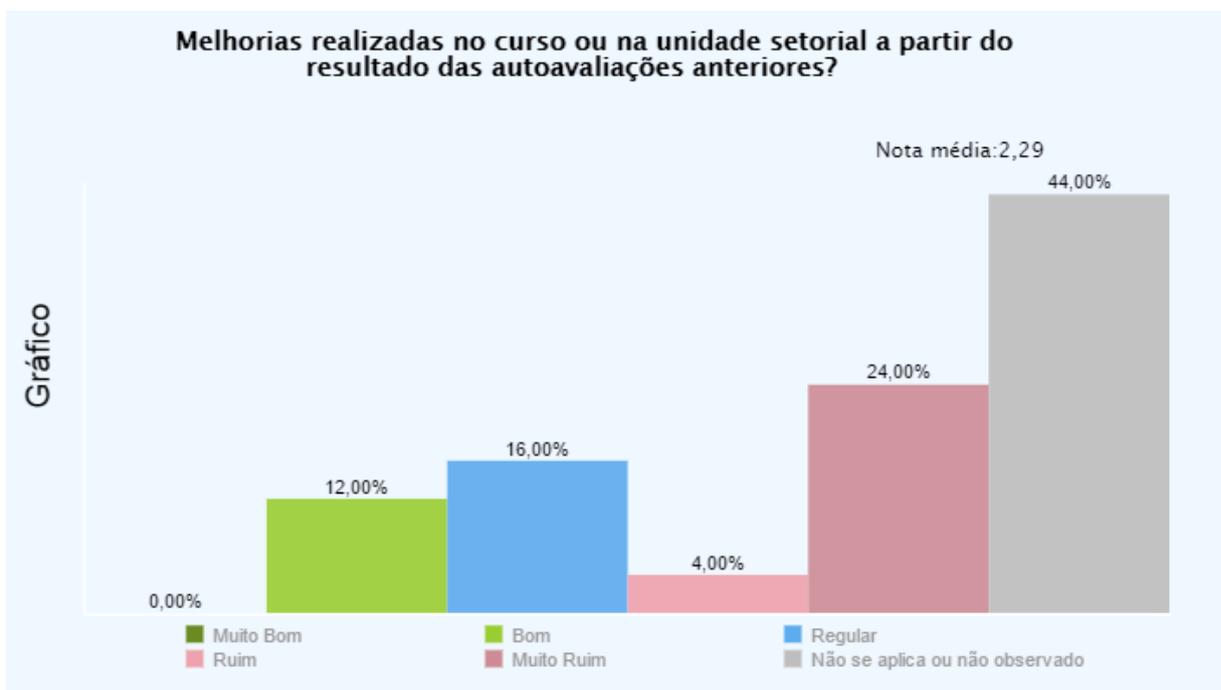
b) Participação em processos decisórios?



c) Atuação do DCE?

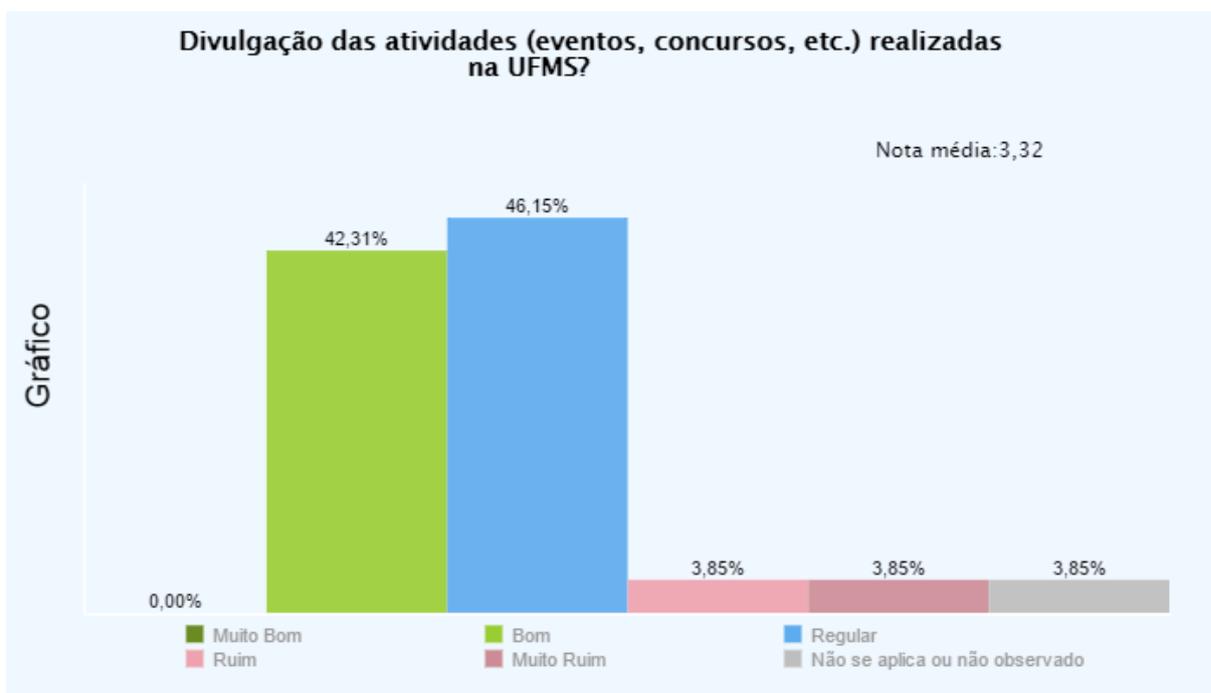


d) Melhorias realizadas no curso ou na unidade setorial a partir do resultado das autoavaliações anteriores?

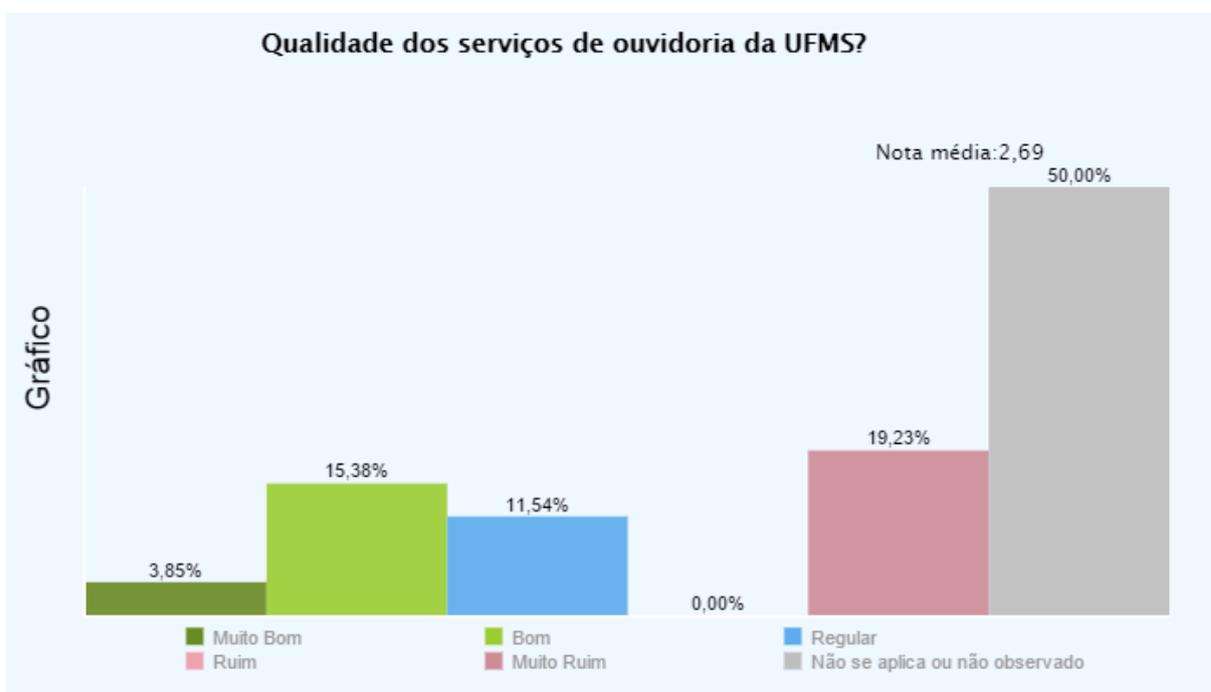


5.1.10 COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

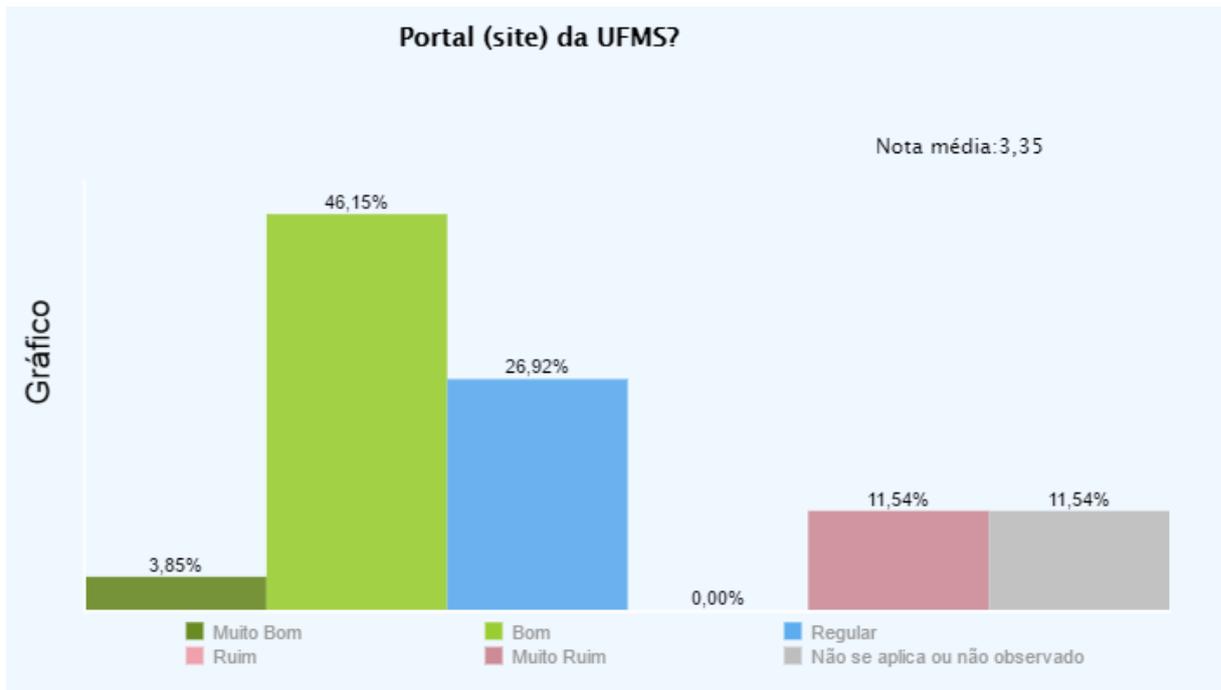
a) Divulgação das atividades (eventos, concursos, etc.) realizadas na UFMS?



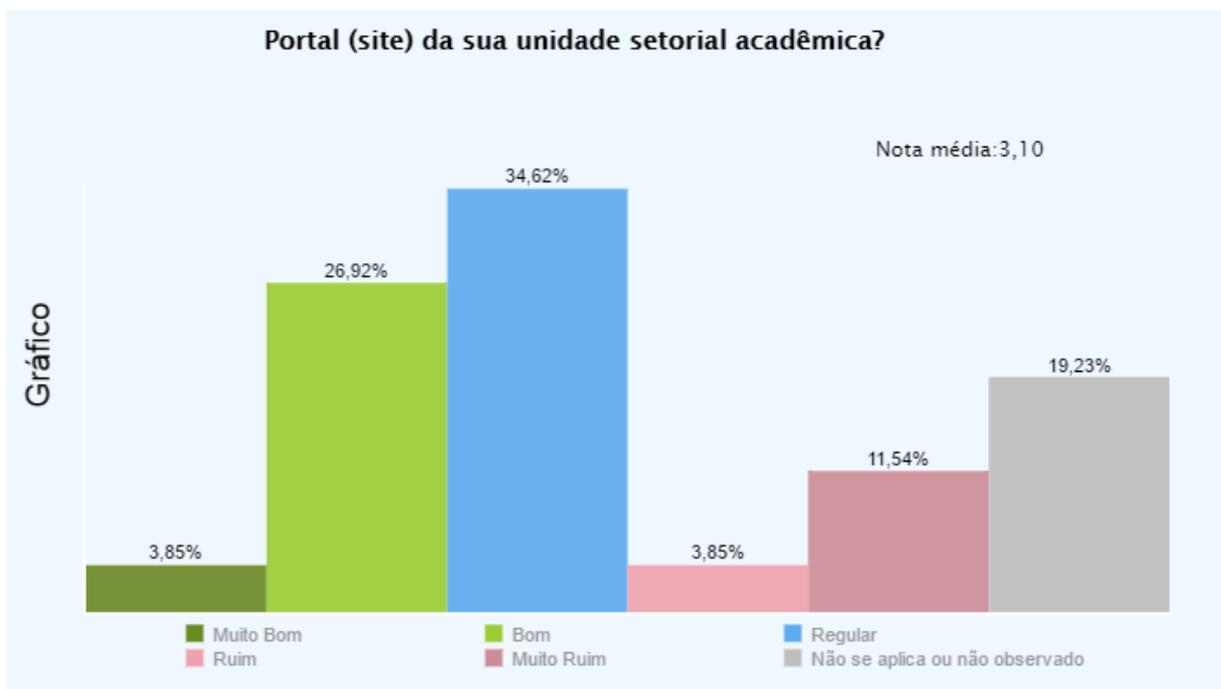
b) Qualidade dos serviços de ouvidoria da UFMS?



c) Portal (site) da UFMS?



d) Portal (site) da sua unidade setorial acadêmica?



5.1.8 Comentários

No tocante a coordenação de curso, a análise das questões abertas revelou grande satisfação em relação à urbanidade no trato com os alunos.

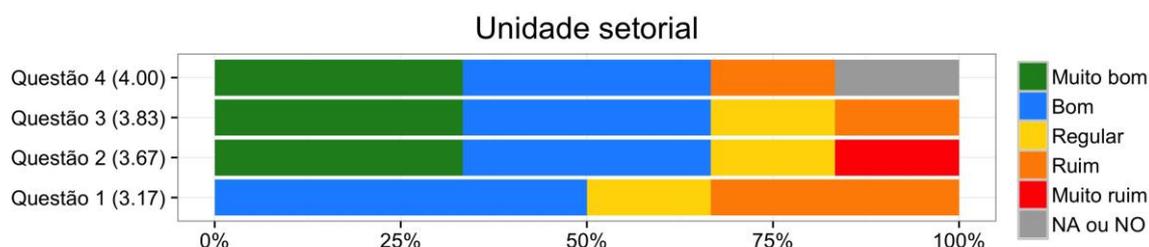
Questões nas quais ajustes foram sugeridos a coordenação são: horários de atendimento dos coordenadores, principalmente dos cursos oferecidos no período noturno, demora no responder questionamentos por e-mail, contato mais direto com os acadêmicos e divulgação sempre que possível de previsão de horários do semestre seguinte ao encerrar cada semestre.

5.2 Avaliação por Docentes

5.2.1 Unidade

Como você avalia a sua unidade setorial com relação à(ao):

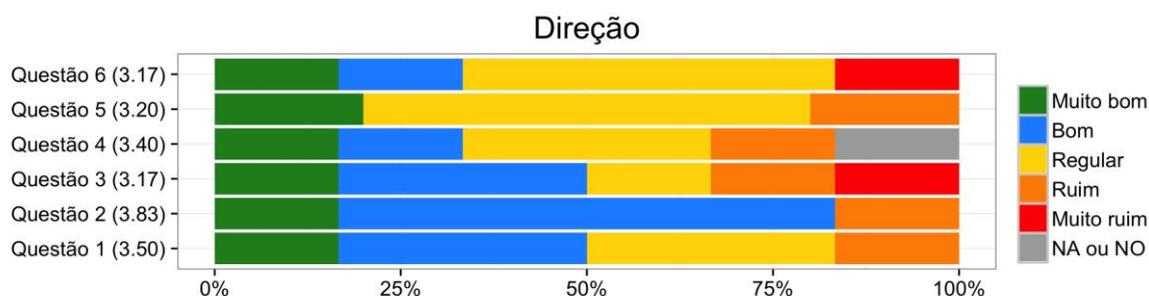
1. Condições da biblioteca local, com referência ao acervo e equipamentos?
2. Satisfação com a sua unidade de trabalho dentro da UFMS?
3. Qualidade do atendimento do pessoal técnico-administrativo?
4. Portal (site) da sua unidade setorial acadêmica?



5.2.2 Direção

Como você avalia a Direção da sua unidade setorial acadêmica quanto à (ao)

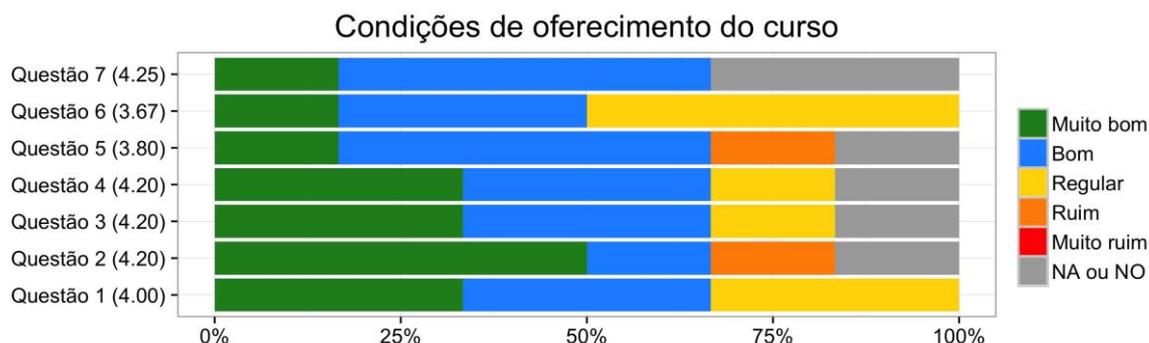
1. Acesso do professor à Direção?
2. Agilidade da Direção ao no retorno às solicitações dos professores, sejam elas positivas ou não?
3. Busca de soluções de problemas pela Direção?
4. Promoção, pela Direção, da integração entre os professores dos diferentes cursos quanto às atividades de ensino, pesquisa e extensão?
5. Comunicação/divulgação pela Direção das decisões do Conselho de Câmpus e Administrativas?
6. Transparência administrativa?



5.2.3 Condições de Oferecimento dos Cursos

Como você avalia as condições de oferecimento do curso relativo à (ao)

1. Espaço físico (salas de aulas, etc) disponível para o oferecimento de suas disciplinas?
2. Espaço físico disponível nos laboratórios, em relação ao número de acadêmicos matriculados nas suas disciplinas?
3. Equipamentos de laboratório e informática, e compatibilidade com as necessidades das suas disciplinas?
4. Atendimento e disponibilidade de pessoal de apoio nos laboratórios?
5. Colaboração do Colegiado do Curso e NDE nas suas necessidades pedagógicas?
6. Matriz curricular do curso (duração, disciplinas, flexibilidade)?
7. Atendimento a pessoas com deficiência?

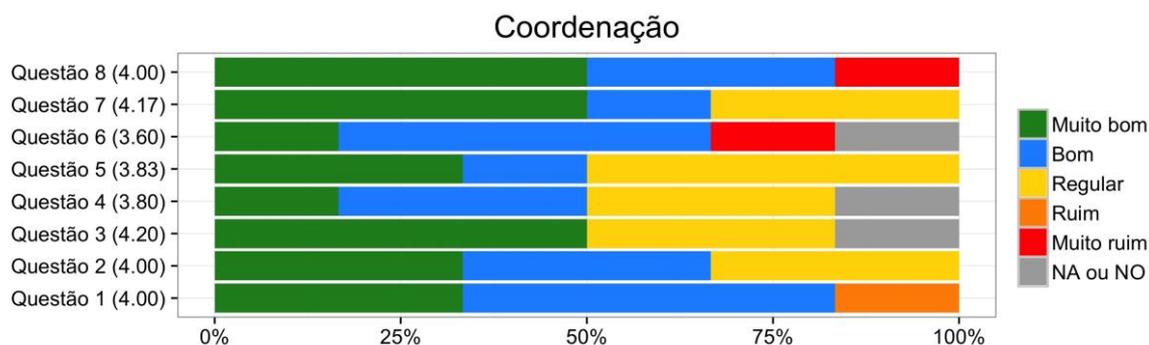


5.2.4 Coordenação de cursos

Como você avalia a coordenação do curso relativo à (ao)

1. Relacionamento com professores?
2. Preocupação com a integração de sua disciplina às outras disciplinas da matriz curricular?
3. Disponibilidade em atender as necessidades e solicitações para o desenvolvimento das aulas em cumprimento do Plano de Ensino?
4. Apoio às atividades de extensão?

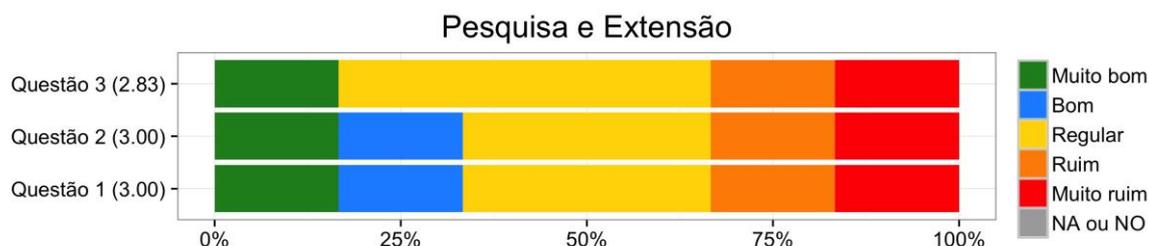
5. Promoção da integração entre os professores do curso quanto às atividades de ensino, pesquisa e extensão?
6. Comunicação sobre as decisões do Colegiado do Curso e do NDE?
7. Acesso e presteza no atendimento às solicitações?
8. Transparência nas ações da coordenação?



5.2.5 Pesquisa e Extensão

Como você avalia a pesquisa e a extensão no âmbito do(s) curso(s) relativo `a (ao)

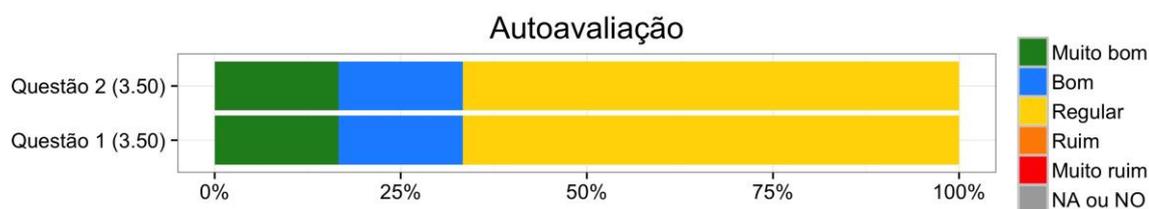
1. Integração da pesquisa, do ensino e da extensão?
2. Apoio institucional à pesquisa e à extensão?
3. Infraestrutura oferecida à pesquisa e à extensão?



5.2.6 Autoavaliação

Como você avalia o seu desempenho como professor quanto ao

1. Conhecimento dos documentos oficiais da UFMS (Estatuto, Regimento Geral, PDI, Relatórios de Autoavaliação)?
2. Conhecimento dos documentos oficiais do curso (PPC, regulamentos de estágio e de atividades complementares, etc.)?



5.2.7 Comentários

Pelas respostas das questões, foi possível identificar diversos pontos positivos referentes às condições de trabalho na FADIR, entre elas: o empenho da equipe técnica e a integração e o bom relacionamento entre direção, professores e técnicos no ambiente de trabalho. Alguns pontos possíveis de melhorias também foram identificados, como: biblioteca com maior número de exemplares, exemplares de livros mais recentes.

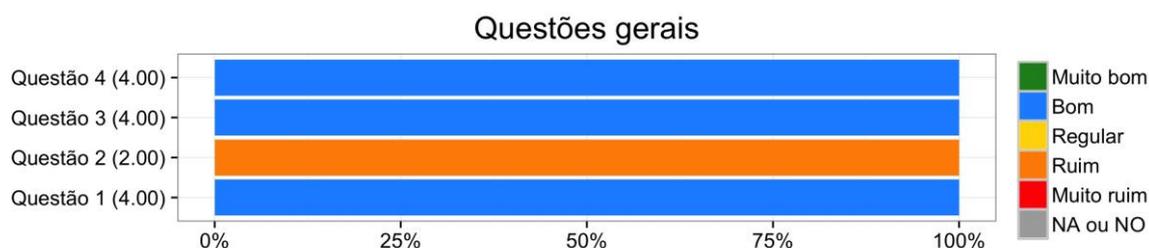
5.3 Avaliação por Coordenadores

Esta seção apresenta de forma consistente o resultado da avaliação feita pela coordenação de curso da FADIR.

5.3.1 Condições de Gestão e Oferecimento do curso

Como você avalia a FADIR com relação à (ao)

1. Atuação do NDE (Núcleo Docente Estruturante)?
 2. Disponibilidade de docentes para a oferta de disciplinas do curso, quanto ao seu quantitativo, titulação e previsão para os próximos 3 anos?
- Atualização do PPC (Projeto Pedagógico do Curso)?
4. Atendimento a pessoas com deficiência?



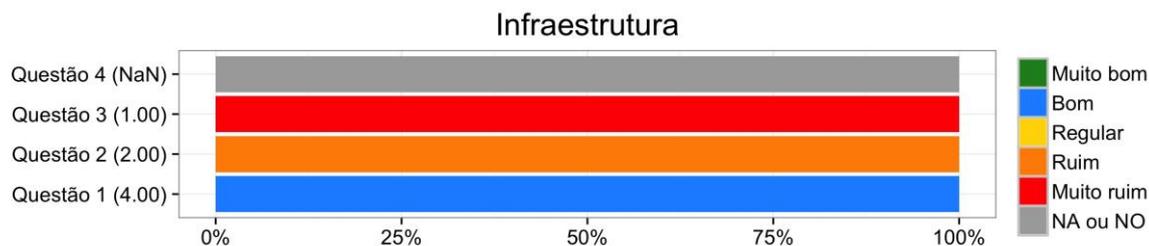
5.3.2 Infraestrutura

Como você avalia a infraestrutura da FADIR com relação à (ao)

1. Espaço físico (salas de aula, etc) disponível?
2. Espaço físico disponível nos laboratórios, em relação ao número de acadêmicos?

3. Equipamentos de laboratório e informática, e compatibilidade com as necessidades do curso?

4. Qualidade do atendimento e a disponibilidade de pessoal de apoio nos laboratórios?



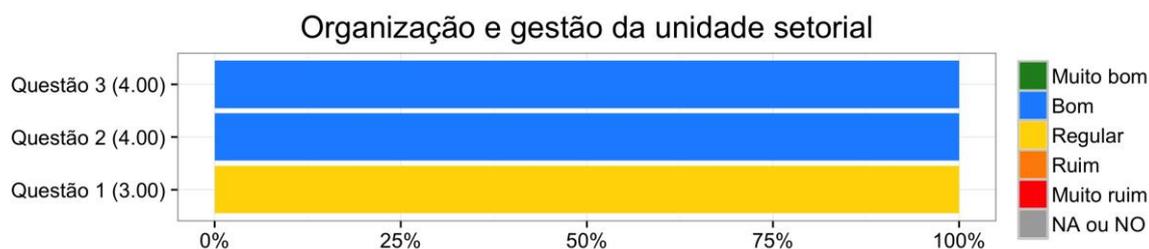
5.3.3 Organização e gestão da FADIR

Como você avalia a organização da FADIR com relação à (ao)

1. Treinamento/orientação recebido quanto às responsabilidades e às atividades a serem desenvolvidas na função de coordenador?

2. Qualidade do atendimento da SECAC (Secretaria Acadêmica)?

3. Auxílio da COAC (Coordenação de Gestão Acadêmica) e SAP (Secretaria de Apoio Pedagógico)?

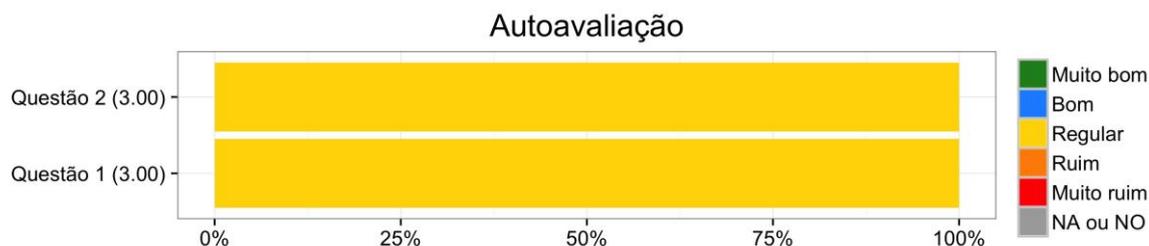


5.3.4 Autoavaliação

Como você avalia o seu desempenho como coordenador quanto ao:

1. Conhecimento dos documentos oficiais da UFMS (Estatuto, Regimento Geral, PDI, Relatórios de Autoavaliação)?

2. Conhecimento dos documentos do curso (PPI, PPC, regulamentos de estágio e de atividades complementares, etc.)?

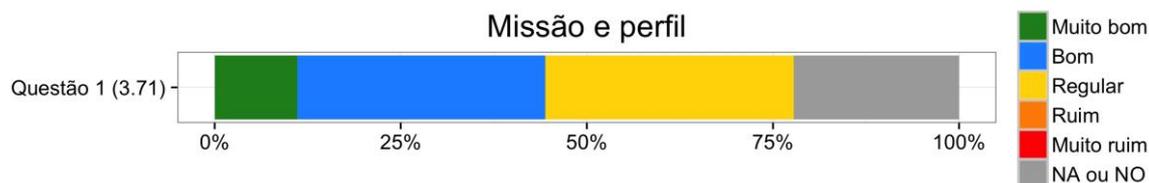


5.4 Avaliação por Técnico-Administrativos

5.4.1 Missão e Perfil

Considerando a missão da UFMS e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) avalie:

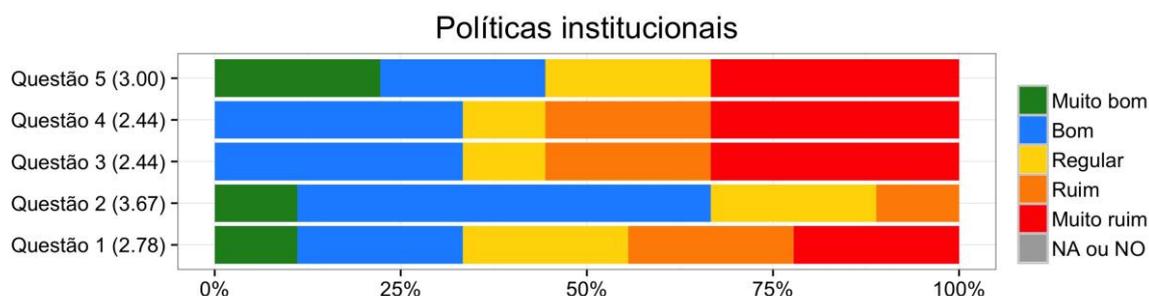
1. A contribuição da sua unidade na implementação e acompanhamento do PDI.



5.4.2 Políticas Institucionais

Como você avalia sua unidade/setor com relação:

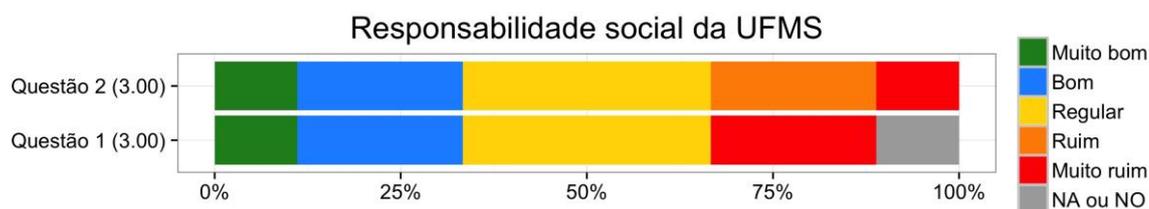
1. A integração entre servidores técnico-administrativos e professores;
2. A integração entre servidores técnico-administrativos e alunos;
3. A participação dos servidores técnico-administrativos nas atividades de pesquisa;
4. A participação dos servidores técnico-administrativos nas atividades de extensão;
5. A participação dos servidores técnico-administrativos na resolução de problemas da unidade/setor.



5.4.3 A Responsabilidade Social da Instituição

Como você avalia a sua unidade setorial com relação às:

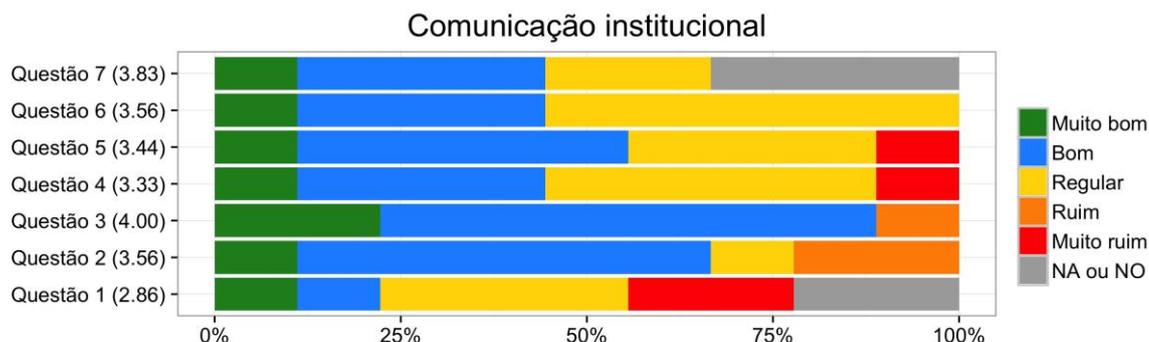
1. Ações desenvolvidas de inclusão e de responsabilidade social;
2. Atividades ou projetos de integração entre a comunidade acadêmica e a sociedade.



5.4.4 Comunicação Institucional

Como você avalia a efetividade dos meios de comunicação da instituição com relação à (ao):

1. Coordenadoria de Comunicação;
2. Portal da UFMS;
3. Boletim de Serviço;
4. Telefonia;
5. E-mail;
6. Comunicações Internas;
7. Ouvidoria.

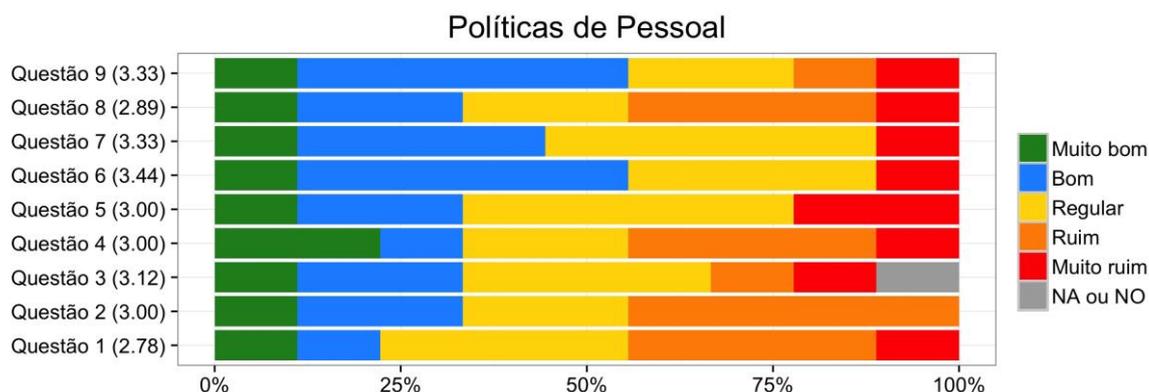


5.4.5 Políticas de Pessoal

Avalie em sua unidade/setor os critérios de acesso às políticas de pessoal com relação à(ao):

1. Levantamento de necessidades de treinamento;
2. Capacitação técnico-administrativa;
3. Apoio à participação em eventos;
4. Apoio à qualificação (pós-graduação, especialização, etc.);
5. Assistência à saúde do servidor;
6. Forma de avaliação de desempenho;

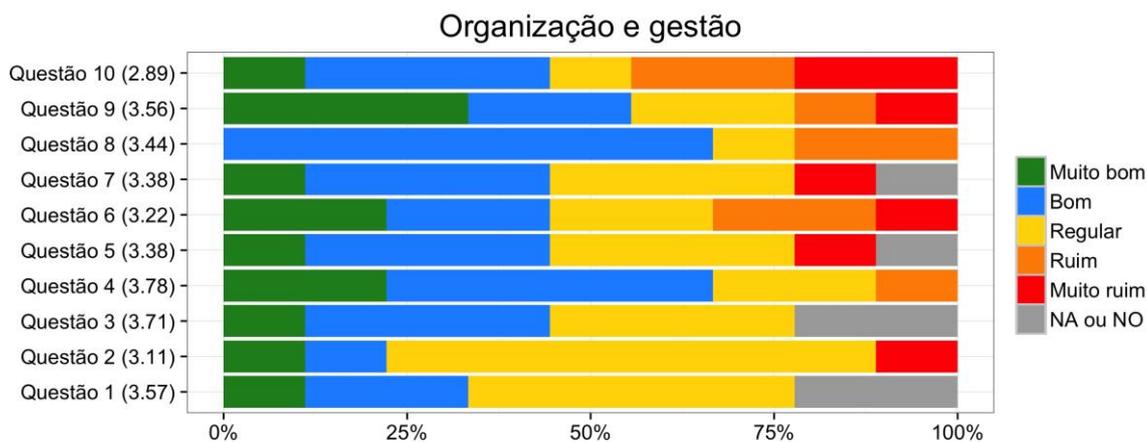
7. Plano de carreira e os critérios de progressão;
8. Grau de satisfação com as condições de trabalho, ambiente, recursos e outros aspectos vinculados a sua função;
9. Relacionamento interpessoal com a chefia imediata.



5.4.6 Organização e Gestão

Avalie a atuação dos órgãos/setores institucionais:

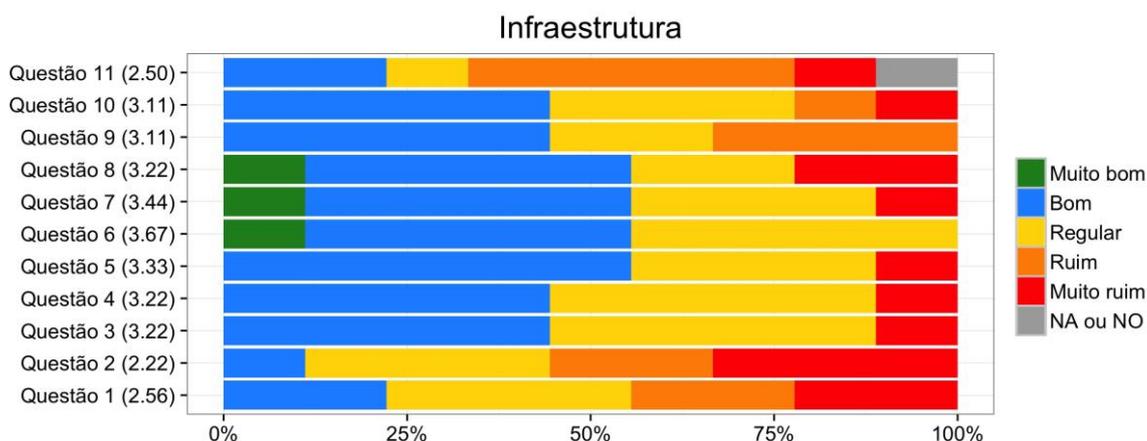
1. PRAD - Pró-reitoria de Administração;
2. PROINFRA - Pró-reitoria de Infraestrutura;
3. PROPP - Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação;
4. PROGEP - Pró-reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho;
5. PREAE - Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e de Extensão;
6. PREG - Pró-reitoria de Ensino de Graduação;
7. PROPLAN - Pró-reitoria de Planejamento e Finanças;
8. NTI - Núcleo de Tecnologia da Informação;
9. Direção da sua unidade;
10. Coordenação Administrativa de sua unidade.



5.4.7 Infraestrutura

Avalie em sua unidade, a infraestrutura em relação à (ao):

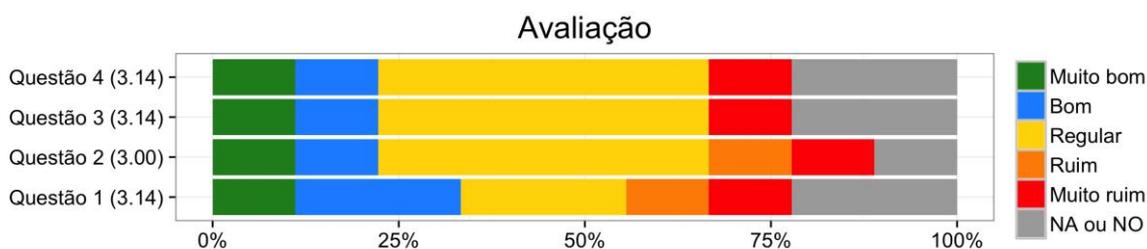
1. Espaço físico;
2. Estacionamento;
3. Limpeza do prédio;
4. Coleta de resíduos;
5. Acessibilidade;
6. Acesso à Internet e telefonia;
7. Uso econômico de material de consumo;
8. Material permanente e equipamentos adequados;
9. Manutenção de equipamentos;
10. Manutenção geral da unidade;
11. Segurança, vigilância e proteção.



5.4.8 Processo de Avaliação

Avalie em sua unidade, o processo de avaliação quanto à (s):

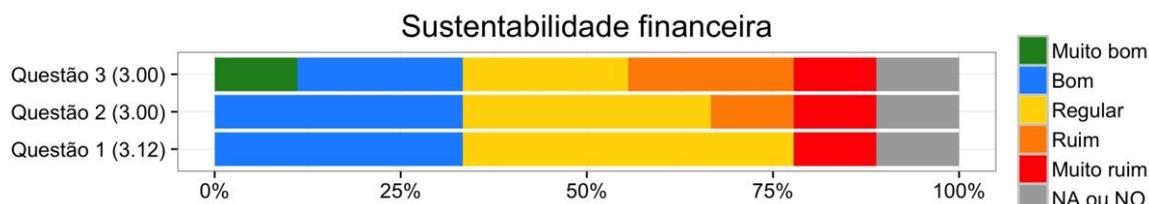
1. Ações acadêmico-administrativas baseadas nos resultados da autoavaliação;
2. Participação da comunidade interna nos processos de autoavaliação;
3. Relação entre planejamento e avaliação da unidade com o PDI;
4. Atuação da Comissão Própria de Avaliação Local.



5.4.9 Sustentabilidade Financeira

Avalie a gestão do orçamento da UFMS quanto à (ao):

1. Acompanhamento da execução do orçamento aprovado;
2. Adequação dos recursos às necessidades;
3. Uso racional dos recursos destinados às atividades administrativas e pedagógicas.



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A FADIR é responsável hoje por dois cursos de graduação:

Bacharelado em Direito Noturno e

Bacharelado em Direito Integral.

Além disso, a FADIR oferece um curso de pós-graduação *lato sensu*, com área de concentração em Direitos Humanos e um curso de pós-graduação *stricto sensu*, com área de concentração, também em Direitos Humanos.

Este relatório será amplamente divulgado à comunidade da FADIR, assim como à UFMS, para que possa servir como um documento norteador das ações futuras, tanto por parte da Direção quanto pelas coordenações de curso, visando a melhoria da qualidade dos serviços prestados pela FADIR. Desta forma, este documento será usado como subsídio às discussões acerca do Planejamento Estratégico que está sendo desenvolvido a partir da pesquisa de Plano de Trabalho/PIBIC Planejamento e Reestruturação de Organizações Públicas e Terceiro Setor.